

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

O ESTADO E O EMPRESARIADO:
A ATUAÇÃO POLÍTICA DOS INDÚSTRIAS DA
FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL - FIERGS
DURANTE A NOVA REPÚBLICA
(1985 - 1989)

CÉLIA ELIZABETE CAREGNATO
PROFESSORA ORIENTADORA: EVA MACHADO BARBOSA SAMIOS

Porto Alegre, abril de 1992.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que de alguma forma colaboraram para que fosse possível a elaboração deste estudo.

À professora Dra. Eva Machado Barbosa Samios pela orientação.

Aos professores do Curso de Mestrado em Ciência Política.

À Ramone e Cláudia com quem dividi dúvidas e debati soluções.

À Débora Fuentes, que com sua ajuda, tornou este trabalho apresentável.

Ao Nazur, pelo incentivo e solidariedade em momentos difíceis.

Aos amigos, pelo estímulo.

SUMÁRIO

	Página
RESUMO	VI
ABSTRACT	VIII
INTRODUÇÃO	10
PARTE 1 - ASPECTOS HISTÓRICOS	26
CAPÍTULO 1 - A ECONOMIA INDUSTRIAL GAÚCHA NO CENÁRIO NACIONAL	27
CAPÍTULO 2 - OS INDUSTRIAIS GAÚCHOS E O EMPRESARIADO DO CENTRO DO PAÍS	50
INTRODUÇÃO	50
2.1 - O APOIO AOS GOVERNOS MILITARES	54
2.2 - A CAMPANHA DESESTATIZANTE	59
2.3 - A LIBERALIZAÇÃO DO REGIME POLÍTICO	64
2.4 - AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO DE INTERESSES	67
CONCLUSÃO	76
PARTE 2 - O PENSAMENTO POLÍTICO	80

CAPÍTULO 3 - AS POSTURAS POLÍTICAS E POLÍTICO-ECONÔMICAS DOS INDUSTRIAIS GAÚCHOS DIANTE DE QUESTÕES NACIONAIS DURANTE A NOVA REPÚBLICA	81
INTRODUÇÃO	81
3.1 - AS TROCAS DE MINISTROS	85
3.2 - OS PLANOS ECONÔMICOS	87
3.3 - A CONSTITUINTE	101
CONCLUSÃO	112
 CAPÍTULO 4 - OS POSICIONAMENTOS DIANTE DE QUESTÕES POLÍTICAS DE ÂMBITO ESTADUAL	115
INTRODUÇÃO	115
4.1 - A RELAÇÃO COM O EXECUTIVO ESTADUAL	116
4.2 - AS INICIATIVAS PRÓPRIAS	121
CONCLUSÃO	127
 PARTE 3 - A ARTICULAÇÃO POLÍTICA	130
 CAPÍTULO 5 - O ESTADO E A INDÚSTRIA PETROQUÍMICA NO BRASIL .	131
INTRODUÇÃO	131
5.1 - AS DEMANDAS SOCIAIS E AS AÇÕES ESTATAIS: ELEMENTOS PARA ANÁLISE	133
5.2 - A INDÚSTRIA PETROQUÍMICA	139
5.2.1 - ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO	139
5.2.2 - AS ORIGENS DA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA NO BRASIL E O PAPEL DA TECNO-BUROCRACIA	143
A - A EXPANSÃO DO ESTADO BRASILEIRO NO PERÍODO PÓS-64	144
B - A PARTICIPAÇÃO ESTATAL NA PETROQUÍMICA	146
C - A TECNO-BUROCRACIA E O PÓLO BAIANO	152
D - UMA ESTRATÉGIA TECNO-BUROCRÁTICA	157

E - A DISPUTA RECENTE	159
CONCLUSÃO	161
CAPÍTULO 6 - O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO PÓLO PETROQUÍMICO GAÚCHO	163
INTRODUÇÃO	163
6.1 - O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE DECISÃO	164
6.2 - A CONSTITUIÇÃO DO TERCEIRO PÓLO PETROQUÍMICO	172
CONCLUSÃO	185
CAPÍTULO 7 - O EMPRESARIADO GAÚCHO E A POLÍTICA ESTATAL PARA O SETOR PETROQUÍMICO DURANTE A NOVA REPÚBLICA	187
INTRODUÇÃO	187
7.1 - A AGENDA DE QUESTÕES: AS POLÍTICAS PÚBLICAS E PRIVADAS LIGADAS AO TEMA	188
7.2 - O SURGIMENTO DA QUESTÃO: A REAÇÃO DOS GAÚCHOS AO PROGRAMA NACIONAL DE PETROQUÍMICA	192
7.3 - AS PRINCIPAIS DISPUTAS	196
7.3.1 - A UNIDADE DE FENOL-ACETONA	197
7.3.2 - DICLOROETANO-MVC-PVC	206
7.3.3 - A AMPLIAÇÃO DA CENTRAL DE MATÉRIAS-PRIMAS	212
CONCLUSÃO	214
CONSIDERAÇÕES FINAIS	223
ANEXOS	227
BIBLIOGRAFIA	233

RESUMO

O estudo analisa a atuação política do empresariado industrial ligado à Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul no período da Nova República - 1985 a 1989. Essa atuação é considerada sob dois aspectos: o pensamento político e a capacidade de articulação de interesses junto ao Estado.

Demonstra-se que existe vinculação entre as posições econômica e política ocupadas pelos industriais. Esses atores sociais são avaliados como hegemônicos, tanto econômica como politicamente no âmbito regional. Porém, quando comparados a empresários do centro do país, os quais também ocupam posição hegemônica na estrutura de sua região, constata-se especificidades importantes.

Na estrutura social mais ampla, a sociedade brasileira, a semelhança de posições entre os dois segmentos empresariais desaparece, e se pode falar em posição hegemônica e subsidiária para um e outro, mantendo-se a homologia em relação aos diferentes campos de ação: econômico e político.

Portanto, vinculada à condição periférica, que marca historicamente a economia gaúcha no cenário nacional, a atuação política dos industriais locais é analisada com ênfase em seu caráter

subsidiário. A distinção é feita pela preponderância de fragilidade em oposição à firmeza nas posturas políticas.

Na análise sobre a articulação dos industriais junto a segmentos que compõem o poder estatal (tecno-burocracia, executivo, legislativo, etc.), o trabalho permite que se evidencie características importantes sobre a atuação do Estado brasileiro. Tanto o poder da tecno-burocracia, quanto as disputas desta com representantes da administração direta são questões significativas, capazes de determinar, sob várias formas, ganhos e perdas a setores da sociedade civil como é o caso dos industriais.

ABSTRACT

The study analyses the political performance of the industrial businessmen connected with **Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul** (Industry Federation of the State of Rio Grande do Sul) during **Nova República** period, from 1985 to 1989. Such performance is considered under two aspects: the political thought and the ability of lobbying the State on the industrialists' interests.

It is demonstrated that there is a connection between the economic and the political positions held by the industrialists. Those social actors are evaluated regionwide as economically and politically hegemonical. However, when they are compared to the businessmen from the central part of the country, who also hold a hegemonical position in the structure of their region, important specificities are verified.

In the most comprehensive social structure the Brazilian society disappears like the positions between the two business segments, and one can refer to hegemonical and subsidiary positions for both of them by keeping the homology in relation to the economic and political fields of action.

Therefore tied to the peripheral condition, which historically marks Rio Grande do Sul's economy in the national

setting, the local industrialists' political performance is analysed with emphasis on its subsidiary character. The distinction is made by the preponderance of fragility in contrast to firmness in political posture.

By means of the analysis of industrialists' lobby to influence the segments which constitute the State power (techno-bureaucracy, executive, legislature, etc.), important features about the performance of Brazilian State can be accentuated. Both the techno-bureaucracy power and the techno-bureaucracy disputes with the representatives of the direct administration are significant issues capable of determining, under several ways, profits and losses for civil society sectors as in the case of industrialists.

INTRODUÇÃO

As transformações políticas e a situação econômica instável que marcam a sociedade brasileira em período recente têm provocado posicionamentos e articulações políticas distintas de acordo com diferentes segmentos sociais, pois diferentes são suas percepções e seus anseios.

No caso do presente estudo, interessa-nos entender qual é a postura política adotada por um segmento empresarial específico — os industriais gaúchos — tanto nas questões propriamente políticas, como nas político-econômicas no período da chamada Nova República. Isso não só no sentido de seu posicionamento retórico, mas também do ponto de vista daquelas ações que buscaram direcionar a ação estatal para a realização de seus objetivos.

No caso brasileiro a atuação política empresarial vem sendo estudada basicamente com referência ao empresariado do centro do país. Os estudos existentes em geral falam em empresariado nacional, mas utilizam como fonte de dados o segmento do eixo Rio-São Paulo. Assim, tais estudos, além de contribuírem para a idéia de que existe certa homogeneidade na caracterização econômica e política empresarial desconsideram as especificidades que se lo-

calizam em regiões geo-econômicas muitas vezes distintas daquela do centro do país. Esse fato omite diferenças importantes referentes a aspectos econômicos e principalmente políticos.

- O PROBLEMA

Na realidade, o segmento que vamos estudar é duplamente específico. De um lado, do ponto de vista econômico, avaliaremos uma das frações do capital: o industrial. De outro lado, em termos de região geo-econômica do país, o empresariado localizado no Rio Grande do Sul. Nosso objetivo central é analisar a atuação política composta por dois tipos de manifestações: (a) o pensamento político e (b) a movimentação no sentido de articular-se politicamente junto ao Estado.

Partimos de dois pressupostos básicos. Primeiro, o fato de que a economia industrial gaúcha possui um caráter subsidiário no cenário nacional (1). Segundo, em um nível mais teórico, existe uma relação mais ou menos direta entre o caráter subsidiário de uma economia e a atuação política dos atores a ela vinculados. O que ocorre entre representantes de setores econômicos de países centrais e periféricos tende a verificar-se também entre o empresariado industrial de regiões economicamente melhor posicionadas

(1) A análise da economia gaúcha sob essa perspectiva é objeto de inúmeros estudos que se preocupam em avaliar a relação entre o regional e o nacional, como veremos no capítulo 1.

e de regiões subsidiárias dentro de um mesmo país (2). Em outras palavras, situações econômicas diferenciadas podem gerar condições de dominação e subordinação relativas, porque poder econômico e poder político estão ligados em sua própria constituição, como diz Poulantzas (1985).

Segundo Poulantzas (1985), partindo de uma concepção relacional do poder, segundo a qual o poder não é uma coisa que alguém possua independente de outros, o processo econômico cria relações de dominação, não apenas econômicas, mas também políticas. Nas suas palavras:

“... é precisamente considerando o processo econômico e as relações de produção como rede de poderes que se pode compreender que as relações de produção, como poderes, estão ligadas constitutivamente às relações políticas e ideológicas que as consagram e legitimam e que estão presentes nas relações econômicas.”
(POULANTZAS, 1985, p. 41)

Segundo o autor, o poder “não é uma quantidade ou coisa que se possua, nem uma qualidade ligada à essência de classe, a uma classe-sujeito (a classe dominante)” (Poulantzas, p. 168), devendo ser entendido como resultado de uma relação. Apenas na me-

(2) A existência de um sistema global constituído por sistemas parciais com posições diferenciadas é um postulado central dos autores sobre a dependência. Por exemplo, Cardoso e Faletto (1984) analisam a questão da dependência na relação entre as nações capitalistas. Assim, a relação entre países dependentes e centros hegemônicos ocorre com base em ligações econômicas e político-sociais, as quais vinculam economias que ocupam posições distintas na estrutura global do sistema capitalista. Isso, contudo, não deve ser analisado como uma situação definida apenas pelo poderio de nações hegemônicas, mas também como resultado dos interesses de setores internos às nações dependentes, pela configuração das lutas político-sociais aí desenvolvidas.

dida em que se verifica a capacidade de uma classe ou segmento social de realizar seus interesses em detrimento de outros, é que podemos falar em poder.

Em síntese, considera-se que o poder não é imanente a quem o possui, e que há uma íntima relação entre poder econômico e poder político, embora eles possam ser analisados separadamente com relativa autonomia. Disso decorre que a capacidade de efetivação de interesses aumenta para aqueles que estão melhor posicionados na rede de relações econômicas e, por consequência, políticas.

Pierre Bourdieu, após criticar o reducionismo econômico, diz que

“... as relações dos outros campos com o campo de produção econômico são ao mesmo tempo relações de homologia estrutural e relações de dependência causal; a forma das determinações causais é definida pelas relações estruturais e a força de dominação é tanto maior quanto mais aproximadas das relações de produção econômica estiverem as relações em que elas se exercem.” (BOURDIEU, 1989, p.154)

Sendo assim, então um maior poder no campo econômico deve traduzir-se em maior poder político para influenciar decisões que digam respeito à economia ou a questões a ela relacionadas. Por dedução, aceita-se que o inverso também seja verdadeiro: uma situação econômica de subordinação também gera um poder político limitado.

Com base nesse raciocínio e na bibliografia existente sobre o comportamento político dos industriais gaúchos (3), formulamos nossa hipótese de trabalho, de acordo com a qual buscamos demonstrar que ao caráter subsidiário da economia gaúcha corresponde uma atuação política que revela certa fragilidade. Ao mesmo tempo, acreditamos que essa atuação "frágil" contribui, num segundo momento, para a manutenção da situação subsidiária que a economia rio-grandense ocupa no âmbito nacional.

Com nossa hipótese, não estamos afirmando que o empresariado é o único responsável pela condição econômica da região, como também não estamos negando que esses atores sociais tenham qualquer capacidade de alcance político em suas aspirações. No entanto, acreditamos na existência de uma interligação entre seu limitado poder no campo econômico e político em nível nacional.

Para comprovar a hipótese trabalhamos com as noções de fragilidade e firmeza política. A primeira indica o caráter subsidiário da atuação política e a segunda, ao contrário, estabelece o caráter não subsidiário. As duas noções são aplicadas em dois níveis de análise que fazemos sobre a atuação política dos industriais gaúchos: o pensamento e a articulação políticos.

Em nível de pensamento político, indicam fragilidade (1) aquelas posturas que aparecem como pouco questionadoras das ações governamentais e que, portanto, revelam grande consentimento, crença e apoio às políticas oficiais. Ao mesmo tempo, (2) as posturas críticas tardias, tomadas à semelhança daquelas adotadas

(3) No capítulo 2 deste, apresentamos o conteúdo desta bibliografia onde estão presentes as idéias de cautela e atraso nas manifestações dos industriais da FIERGS, relativamente àqueles no centro do país.

por segmentos empresariais mais fortes, também indicam fragilidade.

No que tange a análise da articulação política dos industriais junto ao Estado, definimos como indicadores de fragilidade política (1) a incapacidade de promover uma ação articulada que garanta resultado positivo às demandas formuladas. Outro indicador de fragilidade é (2) a obtenção de resultado positivo para aquilo que é pleiteado, desde que esteja menos ligado à influência política daqueles que demandam e mais vinculado a questões externas a eles. Por exemplo, a realização de interesses de outros atores sociais que termina por beneficiar os primeiros.

Relativamente aos indicadores de firmeza política, que estabelecem o caráter não subsidiário, em termos de pensamento político os definimos como sendo: (1) a adoção de posturas semelhantes repetidas vezes, independente do seu conteúdo, o que para nós revela convicção quanto aos posicionamentos ao longo do tempo; e (2) a movimentação organizada em defesa de uma idéia.

Como indicador de firmeza no campo da articulação política aparece (1) a obtenção de resultado positivo, desde que esse resultado nasça da ação, da articulação e da barganha política realizada junto àqueles que detém o poder decisório no Estado.

- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para viabilizarmos a demonstração de nossa hipótese, a pesquisa empírica foi dividida em duas partes. A primeira visou a caracterizar o empresariado industrial gaúcho do ponto de vista

de seu pensamento político. Tal caracterização é obtida através da identificação de traços que compõem o universo de suas posturas políticas e de suas demandas político-econômicas. Sob esse aspecto, examinamos a posição diante de questões gerais que marcaram a vida do país no período estudado - entre 1985 e 1989 - e foram alvo da atenção dos industriais. Nesse caso, salientamos os principais temas em que se detinham esses empresários.

A segunda parte da pesquisa empírica é constituída na análise da ação política dos industriais, procurando entender-se qual é a sua capacidade de articulação junto ao Estado. Assim, elaboramos um estudo de caso onde é analisada uma demanda político-econômica específica, produto dos interesses dos industriais gaúchos, visando a compreender a trajetória que ela percorre, bem como o processo de relações políticas que se estabelece em torno dela, e o papel que os sujeitos daquela vontade desempenham nesse processo. É através desse estudo de caso que avaliamos apoios e oposições obtidos, assim como os distintos momentos que marcam a problemática, até obter uma resposta formal à demanda por parte do Executivo Federal.

A - AS FONTES

A caracterização do pensamento político foi feita por meio do estudo de documentos da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul - FIERGS. Entidades como essa do sistema corporativo aglutinam em suas diretorias representantes dos setores melhor posicionados em termos de economia regional. Mas, além de

identificar traços de seu pensamento político, caberia entender qual o espaço que aqueles que são privilegiados regionalmente obtêm no âmbito de disputas nacionais. Foi o que procuramos fazer através do estudo de caso, cujas fontes constituem-se de documentos produzidos pelos industriais (atas de reuniões de diretoria e revistas da FIERGS); pelos governos estadual e federal (ofícios, leis, pareceres, etc.); bem como dados da imprensa e de entrevistas por nós realizadas com personalidades ligadas ao tema.

Cabe salientar também que os empresários industriais gaúchos e os nacionais constituem-se de forma bastante heterogênea econômica e politicamente. Isso significa afirmar que, no nosso caso, mesmo trabalhando a partir de dados coletados em determinada entidade representativa do segmento, estamos na realidade analisando preocupações de uma parte e não de todos os empresários do Rio Grande do Sul.

B - O PERÍODO DE ESTUDO

Como já foi dito, o presente estudo é desenvolvido considerando a idéia de que há vinculação mais ou menos direta entre capacidade econômica e alcance político nas ações dos sujeitos sócio-econômicos. Contudo, essa idéia não pretende ser nova. O que há de singular em nosso trabalho é o fato de que procuramos mostrar a maneira pela qual o fenômeno desta vinculação fica evidente numa região do país e num período de sua história recente.

Nesse sentido, o período eleito para estudo é aquele que passou a ser chamado Nova República, entre os anos de 1985 e 1989. A escolha fundamentou-se em dois tipos de motivos:

Em primeiro lugar, interessava-nos entender de que maneira reagiam os empresários industriais gaúchos num período da história do país marcado por uma interferência clara e constante do Estado diretamente nas relações de mercado: os pacotes econômicos, o congelamento de preços, a alta inflacionária, os juros bancários, além das mudanças de ministros para a área econômica são alguns dos temas que detinham a atenção e provocavam algum tipo de posicionamento por parte dos sujeitos investigados. Conhecer sua reação e suas ações diante desses fatos nos instigou a delimitar esse período de estudo.

O segundo motivo fundamenta-se no fato de ser esse período também marcado por inegáveis, embora limitadas, modificações de caráter geral no regime político. Ou seja, o poder decisório concentrado nas mãos do executivo durante o longo tempo dos governos militares, já a partir do primeiro governo civil, sofreu certa modificação. Segmentos que compõem o Estado, e que até então possuíam raios de ação bem definidos, começaram a participar de forma mais ampla na disputa pelo poder decisório. Nosso intuito, considerando o âmbito deste trabalho, foi tentar captar um pouco dessa modificação.

Por consequência, já que uma série de questões econômicas e políticas de interesse nacional tomavam conta das discussões no meio empresarial, queríamos entender que tema específico do inte-

resse dos industriais gaúchos manifestava-se como assunto de destaque ao lado dos temas gerais que afligiam o país.

C - O ESTUDO DE CASO

Identificamos claramente que, no período estudado, o tema da ampliação do Pólo Petroquímico gaúcho aparece com grande significado, transformando-se numa demanda político-econômica desses empresários junto ao governo federal. Essa demanda, contando com aliados e também adversários, ganhou espaço no interior do Estado, até tornar-se um aspecto importante da política para área petroquímica, sendo autorizada em 19.02.90 pelo Presidente José Sarney. A existência de autorização oficial para essa ampliação, embora não signifique exatamente a sua efetivação, constituiu-se em importante passo neste sentido.

Através da análise desse tema, sua trajetória, problematização e transformação em ação efetiva do Estado, procuramos entender os limites e o alcance da capacidade de barganha política dos industriais gaúchos.

Devemos ressaltar que as características próprias do desenvolvimento econômico brasileiro, com base em grande participação do Estado diretamente na produção, aparece como um dado especialmente importante na realização deste estudo de caso. Ocorre que o significativo desenvolvimento de certos empreendimentos estatais viabilizaram a formação de um segmento tecno-burocrático (4) que atua com grande autonomia. Tal segmento, com formação técnica,

(4) Martins (1985) utiliza a noção de "Executivos de Estado".
Abordaremos a questão no capítulo 5.

administra as empresas como unidades do capital privado, isto é, buscam sua expansão empresarial. Esse pessoal, em muitos casos, constitui-se num importante interlocutor junto ao capital estrangeiro ou a certos grupos nacionais na viabilização de empreendimentos de interesse comum. Forma-se, assim, uma aliança entre os três segmentos: o capital estatal, o capital nacional e o capital estrangeiro. Disso decorre que as ações da tecno-burocracia, enquanto componente do poder público, favorecem sobremaneira os empreendedores privados que compõem esta aliança (5). Porém, se há um privilegiado há também um preterido.

No caso que estudamos, ocorre justamente a ausência de aliança entre os industriais gaúchos e a tecno-burocracia do setor petroquímico. Evidenciam-se, então, as desvantagens (econômicas e políticas) daí decorrentes. Ou seja, a tecno-burocracia nesse caso alia-se a industriais de outras regiões do país.

Mas, então, porque estudar uma questão que desde o princípio revela certa desvantagem à ação dos industriais gaúchos?

Com efeito, quando iniciamos a pesquisa sobre a atuação política dos industriais gaúchos, não tínhamos claro qual seria a demanda empresarial a ser estudada para, a partir dela, conhecer um pouco da capacidade de articulação de interesses dos industriais junto ao Estado. Desta forma, estabelecemos que a melhor demanda seria aquela que se apresentasse como mais importante no universo das aspirações dos industriais da FIERGS. Conhecer o al-

(5) Sobre a tríplice aliança privilegiando segmentos específicos do capital privado nacional veremos, no capítulo 5, com base em Peter Evans (1982), o caso específico da indústria petroquímica.

cance político de determinados atores através da análise de sua movimentação nos pareceu um bom caminho. Pressupõe-se que, se a questão é a mais importante, então mais atenção e energia será dedicada para sua realização. Restava-nos, assim, estabelecer critérios que qualificassem as demandas como mais ou menos relevantes para os anseios dos industriais.

Disso resultou que a demanda pela ampliação do Pólo Petroquímico gaúcho apareceu como tendo particular valor, uma vez que os empresários a abordaram de maneira especial e isso ocorreu de duas formas.

A demanda por essa ampliação aparece registrada nas atas de reunião de diretoria da FIERGS, documentos que serviram de base para parte de nosso estudo, com altíssimo índice de incidência. Por exemplo, no ano de 1987, a questão foi abordada em mais de 50% do total de reuniões realizadas: em 25 reuniões, num universo de 47 havidas naquele ano. Nenhuma outra demanda apareceu tantas vezes em quaisquer dos anos referentes ao período de pesquisa. Esse fato, por si só, nos indicava que tínhamos aí um tema importante, que aglutinava, mais do que qualquer outro, os interesses dos industriais gaúchos.

Contudo, além desse fato, nos chamou particular atenção os conteúdos relativos ao tema registrados, principalmente nos anos de 1988 e 1989. Em vários momentos anunciava-se nas atas da FIERGS algum tipo de conquista parcial, para em seguida ser desmentida. O desmentido, por sua vez, constantemente vinha aliado à idéia de necessidade de movimentação para garantir a conquista esperada. Para nós, evidenciava-se com isso um caráter de disputa

política, de disposição, não só para posicionar-se, mas, de alguma forma, para mobilizar-se no sentido da realização do aspirado.

Desta forma, tanto qualitativa como quantitativamente, o tema em questão revelou-se como importante no universo das preocupações empresariais. O seu valor, no sentido de evidenciar a capacidade de realização de interesses por parte dos atores sociais investigados, nos pareceu inegável.

Para surpresa nossa, e para tornar ainda mais interessante o estudo do caso citado, observamos que, em determinado momento dessas relações políticas, ocorreu uma resolução positiva quanto à demanda. Conforme já mencionamos, a ampliação do Pólo Petroquímico gaúcho foi autorizada oficialmente pelo Presidente da República em 12.02.90.

Ora, se defendemos a tese de que os industriais gaúchos possuem reduzido poder de barganha política e, ainda, se o tema petroquímica envolve interesses tecno-burocráticos não ligados aos interesses desses industriais, de que maneira entender a resolução positiva obtida finalmente? Ou seja, de que maneira a demanda empresarial transforma-se em política estatal, tendo em vista elementos acima citados? A resposta a essa questão, na verdade, é encontrada nas relações políticas que se efetivaram em torno do tema, como veremos no desenrolar deste estudo.

- A ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho está dividido em três partes. Na primeira parte, composta por dois capítulos, tratamos de aspectos históricos referentes ao problema. Desta forma, o primeiro capítulo objetiva demonstrar que historicamente a economia industrial gaúcha possui um caráter subsidiário no cenário nacional. O segundo trata das características históricas da atuação política dos industriais gaúchos. Para demonstrar tais características, consideramos necessário trabalhar com o recurso da comparação. Nesse sentido, o capítulo é estruturado procurando salientar que, sob variadas questões, a atuação política do empresariado rio-grandense possui um caráter secundário ou periférico relativamente ao do centro do país. Tratamos, em última análise, de construir um raciocínio que nos remeta à relação entre esses dois elementos importantes: a condição secundária da economia industrial gaúcha no cenário nacional e, historicamente, a sua atuação política. (6).

A segunda parte do trabalho, refere-se à primeira etapa da pesquisa empírica, isto é, à análise do pensamento político dos industriais no período da Nova República. Neste caso, além de identificar os principais temas sobre os quais os atores em questão detém sua atenção, tratamos de classificar seus posicionamentos como sendo capazes de evidenciar fragilidade ou firmeza política.

(6) Devido à escassez de estudos sobre a atuação política dos industriais gaúchos, os estudos de Denise Gros (1987, 1989 e 1990) ganham particular importância nesta parte do trabalho.

Essa análise foi realizada com base nas posturas empresariais diante de dois tipos de questões - as de âmbito nacional e as estaduais - o que determinou a divisão desta parte do trabalho em dois capítulos. Assim, o primeiro, capítulo 3, trata dos temas nacionais sobre os quais os industriais posicionam-se, e o seguinte, capítulo 4, aborda questões estaduais ou regionais.

A terceira parte do trabalho, segunda parte da pesquisa empírica, corresponde à análise da atuação política empresarial do ponto de vista de sua capacidade de articulação política. Avaliamos, através de um estudo de caso, a transformação de uma demanda em política estatal. Essa parte é dividida em três capítulos. O primeiro, capítulo 5, trata de questões amplas, mas fundamentais na construção da análise. Primeiramente ressaltamos questões de caráter metodológico sobre a análise dessa transformação. Em seguida, pela demanda referir-se à área petroquímica, tratamos de esclarecer aspectos sobre a estrutura e funcionamento deste tipo de produção industrial. Por fim, abordamos o desenvolvimento histórico da indústria petroquímica no Brasil, bem como suas principais implicações.

No capítulo 6, avaliamos o processo de implantação do Pólo Petroquímico do Sul. São considerados então a tomada de decisão sobre a implantação, as expectativas geradas e aquilo que, até 1985, havia sido concretizado.

O sétimo e último capítulo deste estudo, analisa o processo de relações criado em torno da articulação pela ampliação do Pólo em período recente. Tratamos da problematização social do tema, das ações, das oposições, dos segmentos que detém maior poder na

área, etc. Em última análise, procuramos avaliar em que medida a aprovação oficial dessa ampliação revela ou não firmeza na atuação política dos industriais da FIERGS.

Por fim, elaboramos as considerações finais deste estudo, onde ressaltamos os resultados obtidos do ponto de vista dos objetivos iniciais. De outra parte, salientamos limites do trabalho os quais se tornaram evidentes na sua própria construção.

PARTE 1 - ASPECTOS HISTÓRICOS

CAPÍTULO 1 - A ECONOMIA INDUSTRIAL GAÚCHA NO CENÁRIO NACIONAL

- INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é reunir elementos históricos que demonstram o caráter subsidiário da economia industrial gaúcha no cenário nacional.

É importante frisar que o estudo de uma economia regional não pode ser feito independente do contexto nacional no qual está inserida. Muito menos quando se quer demonstrar sua condição de subsidiária relativamente a outras regiões do país. Assim, entendemos que a forma de desenvolvimento do setor industrial gaúcho encontra explicação no processo de articulação entre as especificidades da região e o desenvolvimento capitalista em nível nacional. Neste sentido, a situação de economia subsidiária tem caracterizado historicamente a economia gaúcha. Ou seja, tal peculiaridade prepondera tanto no período em que a agropecuária constituía-se na principal atividade local, como quando a indústria adquiriu tal posição.

No século XVIII, o fundamento econômico básico da região gaúcha era o gado destinado ao centro econômico colonial. Os tropeiros e contrabandistas forneciam, para a região de Minas Gerais, o gado para corte e para transporte. No final do século,

contudo, a região da mineração sofreu decadência econômica, mas o sul não saiu prejudicado. Dois novos produtos dinamizavam sua economia: o trigo e o charque. A vinda de casais açorianos permitiu que, em 1780, o trigo representasse um importante produto na economia local. O charque, na mesma época, foi o produto que gerou riqueza e permitiu a introdução do escravo, em grande escala, no Rio Grande do Sul.

No período pós-independência, a economia nacional foi marcada pela ascensão do café como primeiro produto para exportação. O sul do país colaborava, então, produzindo charque para o centro econômico cafeeiro, até 1860, quando iniciou uma crise na economia central.

Com a expansão capitalista em nível mundial e o advento da imigração (alemã a partir de 1824 e italiana iniciando em 1875), desenvolveu-se a agricultura colonial rio-grandense. Iniciado por volta de 1840/70, o desempenho deste tipo de produção expande-se a ponto de viabilizar exportações para o centro do país. A produção gaúcha, que tinha uma participação subsidiária na economia cafeeira, exportando produtos primários para o centro do país, contribuía para o processo de acumulação de capital nessa região.

É interessante observar que na região gaúcha o grande beneficiário da crescente atividade colonial não era o produtor agrícola, mas sim o comerciante. Era este que, através da atividade de abastecimento do mercado do centro do país, acumulava capital. Conforme Singer (1974), essa produção de riqueza, via integração ao mercado nacional, permitiu a importação de bens e, com isso, desestimulou a produção artesanal na região (p.168).

No período posterior, ainda no século XIX, nasceram as primeiras manufaturas locais, num processo de substituição de importações. De acordo com Sandra Pesavento,

“Com relação ao processo de industrialização, o Rio Grande do Sul apresentava determinadas condições estruturais que lhe permitiam uma arrancada inicial não muito diversa da que ocorria então em São Paulo. A atividade dos comerciantes de origem imigrante permitia uma razoável acumulação de capital; formara-se um mercado regional para manufaturados na zona colonial e nos centros urbanos; a agropecuária fornecia matéria-prima e a mão-de-obra imigrante que deixava a lavoura colonial em demanda das cidades era da melhor qualidade.” (PESAVENTO, 1984, p. 75)

Na década de 90, houve o primeiro surto industrial gaúcho, que se fundamentou na produção de conservas, têxteis, banha, vinho, cerveja e calçados. De acordo com Singer (1974, p. 173), este surto industrial, que invade a região de Porto Alegre, foi resultado da abolição da escravatura, da imigração em massa de europeus, de tarifas protecionistas e de facilidades de crédito, que objetivaram favorecer ex-donos de escravos. Este foi um período de desenvolvimento industrial em todo o país.

Entre 1907 e 1910, a produção industrial paulista cresceu 500%, enquanto a indústria gaúcha aumentou 115% (SINGER, 1974, p. 180). Isso se explica pela ocorrência de um processo de substituição por importações, o qual “no mercado rio-grandense se realizou predominantemente por produtos de São Paulo e do Rio de Janeiro e em proporção mais reduzida, por produtos da indústria do próprio Estado” (SINGER, 1974, p. 180). Ainda assim, nesse período, ocorreu o segundo surto industrial gaúcho, através da im-

plantação de novas fábricas, diversificação da produção e também concentração geográfica (Porto Alegre, Vale dos Sinos, Caxias, Pelotas, Rio Grande) dessa produção.

"A indústria ocupava uma posição subordinada num estado agropastoril. Aqui a pecuária não desempenhou, tal como o café no centro do país, o papel de mecanismo gerador de capitais que pudessem ser transferidos para o setor industrial num processo de diversificação da economia." (PESAVENTO, 1984, p. 76)

Durante a década de 30, com a crise no comércio internacional (que estimulou a produção industrial de substituição de importações de bens de consumo não duráveis) e com o processo de unificação política e econômica vivida pela nação brasileira, tornou-se possível a integração e concorrência industrial entre mercados regionais. Isso fez com que algumas regiões vivessem uma situação de desvantagem em relação a outras. A indústria de São Paulo, por exemplo, estava em situação vantajosa.

Conforme Bandeira,

"As causas dessa vantagem de indústria paulista, deve-se ressaltar, estiveram basicamente ligadas a processos intrínsecos ao funcionamento de uma economia capitalista como é o caso de concorrência entre diferentes capitais de um mesmo ramo de produção, na qual os mais eficientes sobrepujam seus competidores - não podendo a mesma ser entendida como sendo, em última análise, resultado da ocorrência de favorecimentos políticos ou de favores similares." (BANDEIRA, 1988, p. 37)

Na verdade, no início do processo de industrialização, São Paulo, devido à economia cafeeira, detinha posição privilegiada

no cenário nacional (1); "o avanço do processo de industrialização só fez confirmar essa preponderância, fato que teve efeitos indutores óbvios para o crescimento dos demais segmentos da economia local" (BANDEIRA, 1988, p. 22). Assim, em 1939, São Paulo era responsável por 31,1% do Produto Interno do país, enquanto que o Rio Grande do Sul ocupava o terceiro lugar com 10,33% (tabela 1). Outra importante diferença entre essas economias está no fato de que São Paulo contribuía com alto percentual, não só para produção industrial, mas também para o setor terciário. O Rio Grande do Sul participava do contexto da produção nacional, principalmente através de produtos do setor primário.

Durante a década de 40, São Paulo continuou a aumentar sua participação nos três setores da economia, porém com maior intensidade no setor secundário, o qual em 1939 detinha 36,37% do total nacional e, em 1949, passou para 47,86%. Nesse período, a produção industrial gaúcha diminuiu de 8,67% para 8% (tabelas 1 e 2).

Depois de 1930, com a integração política nacional, o Rio Grande do Sul "mergulhou" numa crise econômica que deve ser atribuída ao tipo de produção capitalista praticado no sul, distinto do centro paulista. Ou seja, devido às suas particularidades históricas, o Rio Grande do Sul apontava para um desenvolvimento capitalista de forma não concentrada (com produção diversificada e

(1) A partir da segunda metade do século passado, criou-se naquela região, através da expansão cafeeira, um mercado de consumo e de trabalho (formado por imigrantes), bem como certa infra-estrutura de transportes, comunicações e energia. Assim, a disponibilidade de capital gerada pela produção do café foi fundamental para o financiamento da nascente indústria paulista.

TABELA 1

Participação percentual das regiões e estados, por setores, na
renda interna do Brasil - 1939

REGIÕES E ESTADOS	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	TOTAL
Norte	3,28	2,33	2,44	2,66
Rondônia	-	-	-	-
Acre	-	-	-	-
Amazonas	1,56	0,96	0,88	1,09
Roraima	-	-	-	-
Pará	1,71	1,36	1,55	1,56
Amapá	-	-	-	-
Nordeste	23,03	12,08	14,97	16,72
Maranhão	2,47	0,72	0,76	1,24
Piauí	1,76	0,27	0,58	0,86
Ceará	3,17	0,94	1,91	2,09
Rio Grande do Norte	1,13	0,48	0,72	0,79
Paraíba	1,98	0,90	1,13	1,33
Pernambuco	4,49	4,65	4,27	4,40
Alagoas	1,17	1,04	0,70	0,90
Sergipe	0,77	0,57	0,57	0,63
Bahia	6,04	2,49	4,28	4,45
Sudeste	47,01	71,73	68,35	62,90
Minas Gerais	15,28	8,04	8,33	10,26
Espírito Santo	2,23	0,38	0,95	1,21
Rio de Janeiro	4,77	26,93	26,39	20,33
São Paulo	24,72	36,37	32,66	31,10
Sul	22,17	12,85	12,94	15,55
Paraná	4,91	2,14	2,18	2,95
Santa Catarina	3,67	2,03	1,60	2,27
Rio Grande do Sul	13,58	8,67	9,16	10,33
Centro-Oeste	4,49	0,98	1,28	2,14
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-
Mato Grosso	1,59	0,62	0,71	0,95
Goiás	2,89	0,36	0,56	1,19
Distrito Federal	-	-	-	-
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

Nota: A soma das parcelas pode diferir de 100 % devido a arredondamentos.

Fonte: Centro de Contas Nacionais da FGV.

in: *Bandeira*, 1988, p.79.

TABELA 2

Participação percentual das regiões e estados, por setores, na
renda interna do Brasil - 1949

REGIÕES E ESTADOS	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	TOTAL
Norte	1,68	0,89	2,03	1,69
Rondônia	-	-	-	-
Acre	-	-	-	-
Amazonas	1,02	0,26	0,82	0,75
Roraima	-	-	-	-
Pará	0,66	0,63	1,21	0,94
Amapá	-	-	-	-
Nordeste	19,25	9,70	12,95	13,90
Maranhão	0,99	0,31	0,68	0,68
Piauí	0,71	0,07	0,41	0,41
Ceará	2,85	0,65	1,59	1,72
Rio Grande do Norte	1,44	0,46	0,71	0,85
Paraíba	2,42	0,90	0,93	1,32
Pernambuco	3,50	4,35	3,66	3,77
Alagoas	1,34	0,81	0,66	0,88
Sergipe	0,75	0,50	0,50	0,56
Bahia	5,22	1,61	3,75	3,67
Sudeste	54,71	75,22	70,79	67,52
Minas Gerais	17,34	6,89	8,31	10,38
Espírito Santo	2,44	0,50	1,00	1,27
Rio de Janeiro	4,89	19,96	26,73	19,48
São Paulo	30,03	47,86	34,73	36,37
Sul	21,13	13,41	12,86	15,17
Paraná	6,75	2,75	3,10	3,99
Santa Catarina	3,93	2,66	1,77	2,53
Rio Grande do Sul	10,44	8,00	7,98	8,64
Centro-Oeste	3,20	0,74	1,35	1,70
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-
Mato Grosso	1,44	0,37	0,65	0,80
Goiás	1,76	0,37	0,69	0,90
Distrito Federal	-	-	-	-
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

Nota: A soma das parcelas pode diferir de 100 % devido a arredondamentos.

Fonte: Centro de Contas Nacionais da FGV.

in: *Bandeira*, 1988, p. 80.

acumulação menos concentrada do que São Paulo). Com a unificação, a região teve de reorganizar-se internamente e na sua relação com a economia nacional.

Com efeito, até meados dos anos 50, o desenvolvimento industrial no Brasil efetivou-se através do processo de substituição de importações de bens de consumo não duráveis. Contudo, entre 56 e 61, o país viveu uma aceleração no seu processo de industrialização. Através de um projeto governamental (Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek), o qual destinava grande parte do capital a ser investido para a região de São Paulo, o hiato, entre a economia gaúcha e a do centro do país, aumentou. Ou seja, a concorrência continuou desfavorecendo o Rio Grande do Sul.

Nesse momento, não é mais o setor agro-exportador o responsável pela transferência de excedente para indústria do país. O financiamento externo e o capital produtivo internacional tomam importante posição no rumo do desenvolvimento capitalista brasileiro para sua fase monopolista.

No Rio Grande do Sul,

"em consequência, instalaram-se, de um lado, uma fração do setor produtivo de bens de capital que se constituiu um dos elementos do próprio eixo da acumulação nacional (como é o caso dos ramos industriais fornecedores de máquinas e implementos agrícolas à agricultura), de outro, uma fração do setor de bens intermediários, que se articulou ao núcleo hegemônico da economia brasileira" (LÁPIS, 1987, p. 83).

De acordo com Lápiz, nessa fase, o Rio Grande do Sul mantém-se como supridor do mercado interno brasileiro, através da exportação de produtos agrícolas, ao mesmo tempo em que, com a produção de bens intermediários, integrada à indústria do centro do país, reafirma sua posição de economia subsidiária. Agora, a economia subsidiária rio-grandense não se define apenas a partir da agropecuária, mas também da indústria.

É importante salientar que, de acordo com Bandeira (1988), desenvolveu-se ao longo do tempo, mas principalmente entre o final dos anos 50 e início dos 60, uma visão pessimista na literatura econômica gaúcha quanto à sua situação. Tal percepção é explicada, segundo o autor, por dois motivos: primeiro, pela concentração de investimentos multinacionais na região de São Paulo, através da implantação de indústrias substituidoras de importações de bens de consumo duráveis; segundo, porque o Plano de Metas, que objetivava viabilizar a aceleração do crescimento econômico, investindo em infra-estrutura e na produção de insumos e bens intermediários, destinou "parcela ínfima de seus benefícios" ao Rio Grande do Sul (BANDEIRA, 1988, p. 62).

Efetivamente, ao longo dos anos 60, a taxa de crescimento industrial gaúcha foi inferior à média nacional, embora lentamente tenha-se reduzido a diferença de quotas de participação entre os setores primário e secundário da produção daquela região. O setor primário, entretanto mantinha-se como responsável maior.

Porém, a partir de 68, quando inicia uma fase de crescimento econômico em nível nacional, a literatura econômica gaúcha deixa de insistir na tese de declínio relativo da economia local. Como

todo o país, o Rio Grande do Sul expandiu-se no período do chamado "Milagre Econômico". No entanto, essa fase da produção nacional, financiada pelo capital internacional, começou a retroceder a partir de 73, devido à baixa liquidez no mercado financeiro internacional, provocada pela alta nos preços do petróleo.

Assim, na segunda fase da década de 70, desenvolveram-se dois processos importantes, relativo à produção industrial no país e no Rio Grande do Sul.

O primeiro diz respeito à reversão da tendência histórica de concentração regional da produção industrial. A parcela de São Paulo na produção do setor secundário, que em 70 era de 55,32%, cai, em 80, para 51,94% (tabela 3). Essa queda é atribuída principalmente à melhoria nas condições de infra-estrutura em áreas periféricas do país; ao investimento estatal no setor produtivo e à concessão de incentivos fiscais a essas mesmas áreas (Zona Franca de Manaus, Pólos Petroquímicos na Bahia e Rio Grande do Sul, etc.). Ainda contribuíram na formação de uma tendência à desconcentração, as deseconomias que o grande centro industrial produziu (escassez de terrenos para áreas industriais, aumento de custo de mão-de-obra, difícil acesso às unidades produtivas, etc.).

O segundo processo importante ocorreu no interior da economia gaúcha, ou seja, o setor industrial conseguiu suplantar o setor agropecuário quanto à percentagem no total da produção regional. Em 70, a relação era de 23,21% para o setor agropecuário e 22,40% para o industrial, enquanto, que em 75, a relação mudou

TABELA 3

Participação percentual dos estados no total do valor da produção industrial do País,
por gênero e grupos de gêneros — 1970-1980

GÊNERO E GRUPOS DE GÊNEROS	SÃO PAULO		RIO DE JANEIRO		MINAS GERAIS	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
Extração de minerais	7,55	3,51	4,76	1,99	28,46	26,43
Grupo I	50,76	45,20	14,17	9,67	6,65	7,78
Mobiliário	53,55	46,39	15,14	7,01	5,88	5,59
Produtos farmacêuticos	66,19	65,12	28,27	28,15	0,66	1,52
Perfumaria	64,04	68,87	23,41	15,78	0,89	1,14
Têxtil	61,94	51,92	10,42	7,70	6,01	7,71
Vestuário	58,64	46,55	14,69	10,67	2,93	4,61
Produtos alimentares	42,84	40,00	10,78	6,72	9,29	9,99
Bebidas	43,22	34,46	18,75	12,17	3,45	6,90
Fumo	30,62	16,54	25,28	2,04	7,12	15,42
Editorial e gráfica	53,31	50,04	29,05	28,20	3,90	4,32
Grupo II	50,68	49,19	17,54	11,88	10,61	10,34
Metalúrgica	49,20	51,52	19,45	14,84	21,45	20,37
Minerais não-metálicos	49,77	39,37	13,63	9,95	12,07	16,23
Madeira	18,54	18,70	3,96	1,72	2,94	2,66
Papel	65,78	56,21	12,75	7,78	2,82	4,72
Borracha	82,39	78,22	5,27	4,21	1,40	1,93
Couros	29,64	28,10	12,92	8,54	6,96	5,98
Química	49,98	48,99	22,71	12,52	4,18	5,17
Matérias Plásticas	66,78	60,53	19,11	11,93	0,55	1,74
Grupo III	77,36	69,07	11,95	9,29	2,28	5,37
Mecânica	69,46	68,25	14,33	7,70	4,41	6,44
Material elétrico	78,42	66,51	11,04	6,88	1,81	3,20
Material de transporte	84,26	74,83	9,77	11,00	0,87	6,09
Diversas	66,77	59,66	17,39	13,38	3,33	4,41
TOTAL	55,32	51,94	14,78	10,48	7,55	8,65

GÊNERO E GRUPOS DE GÊNEROS	RIO GRANDE DO SUL		DEMAIS ESTADOS		TOTAL DO PAÍS	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
Extração de minerais	2,31	1,62	56,89	64,42	100,00	100,00
Grupo I	8,26	9,99	20,13	27,34	100,00	100,00
Mobiliário	7,92	14,16	17,48	26,83	100,00	100,00
Produtos farmacêuticos	0,97	2,00	3,89	3,19	100,00	100,00
Perfumaria	2,79	3,28	8,85	10,91	100,00	100,00
Têxtil	2,25	2,58	19,35	30,07	100,00	100,00
Vestuário	14,52	17,53	9,20	20,61	100,00	100,00
Produtos alimentares	10,49	11,03	26,58	32,24	100,00	100,00
Bebidas	15,68	18,56	18,87	27,88	100,00	100,00
Fumo	18,11	32,28	18,85	33,70	100,00	100,00
Editorial e gráfica	4,42	4,40	9,29	13,02	100,00	100,00
Grupo II	6,40	6,68	14,75	21,88	100,00	100,00
Metalúrgica	4,75	4,52	5,13	8,72	100,00	100,00
Minerais não-metálicos	3,85	3,79	20,67	30,63	100,00	100,00
Madeira	10,37	8,07	64,15	68,83	100,00	100,00
Papel	3,33	4,47	15,30	26,70	100,00	100,00
Borracha	3,15	6,76	7,76	8,86	100,00	100,00
Couros	35,42	38,92	15,03	18,43	100,00	100,00
Química	8,51	8,39	14,59	24,90	100,00	100,00
Matérias Plásticas	2,16	4,65	11,38	21,13	100,00	100,00
Grupo III	4,18	4,55	4,20	11,69	100,00	100,00
Mecânica	5,86	7,09	5,92	10,49	100,00	100,00
Material elétrico	4,48	3,04	4,22	20,34	100,00	100,00
Material de transporte	2,71	3,41	2,34	4,64	100,00	100,00
Diversas	4,90	3,68	7,58	18,84	100,00	100,00
TOTAL	6,69	7,12	15,64	21,79	100,00	100,00

Fonte: CENSO INDUSTRIAL 1970: Brasil e Estados (1974). Rio de Janeiro, IBGE.

CENSO INDUSTRIAL 1980: Brasil e Estados (1984). Rio de Janeiro, IBGE.

in: *Bandeira e Grundling, 1988, p. 50.*

para 20,44% e 27,64%, respectivamente (tabelas 4 e 5). Com efeito, houve ao mesmo tempo uma desaceleração na expansão da produção agropecuária local e um lento crescimento da produção industrial. Relação esta que se mantém até, pelo menos, o início do decênio seguinte.

Do ponto de vista do desempenho das regiões quanto à produção industrial é importante observar que:

"entre 1970 e 1980, quando a expansão da indústria paulista foi amplamente superada pela de outras regiões fazendo com que ocorresse uma acentuada desconcentração geográfica do parque manufatureiro do país, o desempenho da indústria gaúcha foi superior ao da média nacional. No entanto, nesse mesmo período o crescimento gaúcho excedeu apenas o de São Paulo e do Rio de Janeiro dentre os estados de maior importância no tocante à indústria. Continuou a ser menor do que o de Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina. Foi inferior, também, ao de algumas áreas que tinham menor expressão nas décadas anteriores, como é o caso da Bahia e do Amazonas." (BANDEIRA, 1988, p. 71)

Efetivamente, não é difícil entender o declínio de São Paulo em termos relativos, uma vez que, como já dissemos, o grande centro industrial, conforme se amplia, tende a produzir dificuldades para si mesmo. No entanto, as razões que determinam a posição rio-grandense como inferior àquelas de outros estados da federação não é muito clara. Nesse sentido, parece razoável a explicação de que o desempenho da Bahia e Amazonas ocorreu devido às políticas governamentais, que favoreceram aquelas regiões. Os

TABELA 4

Participação percentual dos setores no PIBcf das regiões e dos estados do Brasil — 1970

REGIÕES E ESTADOS	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	TOTAL
Norte	23,55	15,13	61,31	100,00
Rondônia	21,56	12,74	65,69	100,00
Acre	40,99	2,88	56,11	100,00
Amazonas	23,83	15,48	60,68	100,00
Roraima	34,63	3,85	61,51	100,00
Pará	22,78	12,41	64,79	100,00
Amapá	8,15	58,88	32,95	100,00
Nordeste	22,35	18,34	59,29	100,00
Maranhão	43,20	8,41	48,37	100,00
Piauí	31,69	6,95	61,35	100,00
Ceará	18,99	16,60	64,40	100,00
Rio Grande do Norte	18,72	16,72	64,55	100,00
Paraíba	26,79	14,77	58,43	100,00
Pernambuco	14,17	21,89	63,92	100,00
Alagoas	28,57	16,85	54,56	100,00
Sergipe	21,33	25,57	53,09	100,00
Bahia	23,15	19,88	56,95	100,00
Sudeste	6,54	36,95	56,50	100,00
Minas Gerais	17,95	25,40	56,63	100,00
Espírito Santo	20,76	13,14	66,08	100,00
Rio de Janeiro	1,82	28,04	70,13	100,00
São Paulo	5,72	43,85	50,42	100,00
Sul	25,07	21,90	53,01	100,00
Paraná	27,96	16,88	55,14	100,00
Santa Catarina	25,18	30,49	44,32	100,00
Rio Grande do Sul	23,21	22,40	54,37	100,00
Centro-Oeste	24,00	6,99	69,00	100,00
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-
Mato Grosso	36,53	8,93	54,52	100,00
Goiás	34,66	9,20	56,12	100,00
Distrito Federal	0,38	2,66	96,94	100,00
TOTAL	12,53	30,62	56,83	100,00

Nota: A soma das parcelas pode diferir de 100 % devido a arredondamentos.

Fonte: Departamento de Contas Nacionais da Fundação IBGE.

in: *Bandeira*, 1988, p. 88.

TABELA 5

Participação percentual dos setores no PIBcf das regiões e dos estados do Brasil — 1975

REGIÕES E ESTADOS	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	TOTAL
Norte	21,76	20,04	58,19	100,00
Rondônia	27,14	13,38	59,46	100,00
Acre	36,63	5,51	57,84	100,00
Amazonas	16,82	28,41	54,75	100,00
Roraima	32,87	5,46	61,65	100,00
Pará	23,53	16,31	60,14	100,00
Amapá	15,53	21,72	62,74	100,00
Nordeste	21,64	20,94	57,41	100,00
Maranhão	42,57	8,56	48,85	100,00
Piauí	30,93	8,11	60,94	100,00
Ceará	21,25	18,58	60,16	100,00
Rio Grande do Norte	21,26	22,53	56,20	100,00
Paraíba	28,55	20,09	51,35	100,00
Pernambuco	12,83	25,78	61,37	100,00
Alagoas	27,52	18,08	54,38	100,00
Sergipe	17,99	27,19	54,81	100,00
Bahia	21,14	21,76	57,08	100,00
Sudeste	6,17	37,03	56,79	100,00
Minas Gerais	17,68	24,33	57,98	100,00
Espírito Santo	20,48	20,07	59,44	100,00
Rio de Janeiro	1,79	26,69	71,50	100,00
São Paulo	4,97	44,33	50,69	100,00
Sul	24,64	25,88	49,46	100,00
Paraná	31,12	18,77	50,10	100,00
Santa Catarina	22,02	37,56	40,40	100,00
Rio Grande do Sul	20,44	27,64	51,91	100,00
Centro-Oeste	23,93	8,46	67,59	100,00
Mato Grosso do Sul	36,84	8,20	54,94	100,00
Mato Grosso	25,62	15,44	58,92	100,00
Goiás	37,45	2,53	60,00	100,00
Distrito Federal	00,47	13,18	86,34	100,00
TOTAL	12,35	31,62	56,02	100,00

Nota: A soma das parcelas pode diferir de 100 % devido a arredondamentos.

Fonte: Departamento de Contas Nacionais da Fundação IBGE.

in: *Bandeira*, 1988, p. 89.

casos de Minas Gerais e Paraná são explicados pelo fato de constituírem-se em parques industriais mais especializados do que o do Rio Grande do Sul, produzindo mineração e exploração de reservas florestais, respectivamente. Entretanto, a estrutura industrial gaúcha esteve historicamente vinculada à produção de bens de consumo, e isso a fez competir com o centro hegemônico. Enquanto isso, Minas Gerais e Paraná voltavam a sua produção mais especialmente para bens intermediários, os quais eram demandados pela economia do centro do país. Estes fatos proporcionaram certas vantagens quanto ao desempenho industrial daquelas regiões frente ao Rio Grande do Sul.

De qualquer forma, durante os anos 70, a rentabilidade industrial gaúcha permitiu uma melhor capacidade concorrencial. Assim, numa análise que se preocupe em distinguir os três grupos que compõem a produção industrial, podemos afirmar que, na década de 70, o grupo I (bens de consumo não duráveis) teve a taxa de crescimento no Rio Grande do Sul superior à de São Paulo. Com relação ao grupo III (bens de capital e de consumo duráveis), o Rio Grande do Sul superou São Paulo com pequena margem. E, quanto ao grupo II (bens intermediários), o crescimento gaúcho também superou o paulista; contudo, foi o que teve o menor diferencial (tabela 6).

Bandeira & Gründling (1988, p. 80) consideram que seja pouco sustentável a tese segundo a qual o Rio Grande do Sul, nos anos 70, tenderia a especializar-se na produção de bens intermediários. O reduzido desenvolvimento do grupo II nessa região se-

TABELA 6

Relação entre o crescimento do valor da produção industrial nos diversos estados
e o crescimento do valor da produção do total da indústria brasileira,
por gênero e grupos de gêneros — 1970-80

GÊNERO E GRUPOS DE GÊNEROS	BRASIL	SÃO PAULO	RIO DE JANEIRO	MINAS GERAIS	RIO GRANDE DO SUL	DEMAIS ESTADOS
Extração de minerais	0,8674	0,6329	0,3638	0,8058	0,6059	0,9823
Grupo I	0,7074	0,6299	0,4828	0,8275	0,8550	0,9606
Grupo II	1,2689	1,2316	0,8599	1,2366	1,3239	1,8829
Grupo III	1,1586	1,0345	0,9007	2,7218	1,2607	3,2220
TOTAL	1,0000	0,9390	0,7090	1,1452	1,0640	1,3929

Fonte dos dados brutos: CENSO INDUSTRIAL 1970 : Brasil e Estados (1974). Rio de Janeiro, IBGE.
CENSO INDUSTRIAL 1980 : Brasil e Estados (1984). Rio de Janeiro, IBGE.

in: *Bandeira e Grundling, 1988, p. 58.*

ria prova disso. Os autores entendem que, se raciocinarmos em termos de especialização das regiões quanto aos distintos grupos da produção industrial, então o Rio Grande do Sul ter-se-ia especializado na produção de bens de consumo não duráveis durante os anos 70. Contudo, os mesmos estudiosos ressaltam que seja apressado concluirmos sobre uma "divisão regional do trabalho" para a indústria brasileira; a base empírica é, ainda, bastante frágil. Além disso, nos anos 80, verificou-se uma queda na produção industrial do grupo I e um crescimento maior dos grupos II e III. Este fato, porém, constituiu-se numa tendência generalizada a muitas regiões brasileiras (Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais).

Quanto aos gêneros mais produzidos no Rio Grande do Sul, relativamente à produção nacional, em 1980, destacam-se os tipos: madeira, mobiliário, couro e peles, química, vestuário, calçados e artefatos de tecidos, produtos alimentícios, bebidas e fumo (BANDEIRA & GRÜNDLING, 1988, p. 82). Entretanto, se considerarmos os gêneros que participaram com percentual maior no total da produção industrial gaúcha, em 80, teremos produtos químicos, alimentícios, de vestuário, metalúrgico e mecânico. A partir disso, podemos ver que as indústrias que compõem os grupos I e II foram aquelas que tiveram maior destaque (tabela 7).

Um elemento importante que caracteriza a produção industrial gaúcha diz respeito à sua produtividade. No período entre 70 e 80, dentre vinte e dois gêneros analisados, o índice de produtividade baixou em doze deles e ficou acima da média nacional

TABELA 7

Participação percentual do gênero e grupos de gêneros no total do valor da indústria, por estado — 1970-1980

GÊNERO E GRUPOS DE GÊNEROS	SÃO PAULO		RIO DE JANEIRO		MINAS GERAIS	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
Extração de minerais	0,22	0,14	0,52	0,26	6,08	4,28
Grupo I	39,31	26,37	41,07	27,97	37,76	27,28
Mobiliário	1,69	1,29	1,79	0,97	1,36	0,93
Produtos farmacêuticos	2,52	1,35	4,03	2,91	0,18	0,19
Perfumaria	1,57	1,06	2,16	1,20	0,16	0,10
Têxtil	10,23	6,32	6,44	4,65	7,27	5,64
Vestuário	3,52	3,40	3,30	3,86	1,28	2,02
Produtos alimentares	15,39	10,53	14,49	8,77	24,46	15,80
Bebidas	1,44	0,68	2,35	1,20	0,84	0,82
Fumo	0,52	0,17	1,61	0,10	0,88	0,95
Editorial e gráfica	2,38	1,53	4,87	4,27	1,28	0,79
Grupo II	32,68	42,87	42,34	51,35	50,13	54,13
Metalúrgica	10,91	13,42	16,14	19,16	34,84	31,87
Minerais não-metálicos	3,68	3,13	3,77	3,93	6,55	7,76
Madeira	0,75	0,72	0,60	0,32	0,87	0,61
Papel	2,85	2,86	2,07	1,96	0,89	1,44
Borracha	2,48	2,22	0,59	0,59	0,31	0,32
Couros	0,34	0,25	0,56	0,39	0,59	0,33
Química	9,68	17,92	16,47	22,70	5,93	11,37
Matérias Plásticas	1,96	2,32	2,10	2,27	0,12	0,40
Grupo III	27,77	30,60	16,06	20,40	6,01	14,29
Mecânica	7,03	9,83	5,43	5,50	3,27	5,57
Material elétrico	6,56	6,55	3,45	3,36	1,11	1,89
Material de transporte	12,28	11,13	5,33	8,11	0,93	5,44
Diversas	1,88	3,08	1,83	3,42	0,68	1,36
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

GÊNERO E GRUPOS DE GÊNEROS	RIO GRANDE DO SUL		DEMAIS ESTADOS		TOTAL DO PAÍS	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
Extração de minerais	0,55	0,31	5,87	4,14	1,61	1,40
Grupo I	52,90	42,51	55,14	38,03	42,84	30,31
Mobiliário	2,07	2,88	1,96	1,78	1,75	1,45
Produtos farmacêuticos	0,30	0,30	0,52	0,15	2,10	1,08
Perfumaria	0,56	0,36	0,77	0,40	1,36	0,80
Têxtil	3,08	2,29	11,30	8,73	9,13	6,32
Vestuário	7,20	9,34	1,95	3,59	3,32	3,79
Produtos alimentares	31,13	21,19	33,78	20,24	19,87	13,68
Bebidas	4,34	2,70	2,23	1,32	1,85	1,03
Fumo	2,54	2,43	1,13	0,83	0,94	0,53
Editorial e gráfica	1,63	0,98	1,47	0,94	2,47	1,58
Grupo II	34,11	42,44	33,64	45,47	35,67	45,27
Metalúrgica	8,70	8,60	4,02	5,42	12,26	13,53
Minerais não-metálicos	2,35	2,20	5,41	5,81	4,09	4,13
Madeira	3,48	2,26	9,22	6,31	2,24	1,19
Papel	1,19	1,66	2,35	3,25	2,40	2,65
Borracha	0,78	1,40	0,82	0,60	1,67	1,47
Couros	3,42	2,62	0,62	0,40	0,64	0,48
Química	13,62	22,38	9,99	21,71	10,71	19,00
Matérias Plásticas	0,52	1,30	1,18	1,93	1,62	1,99
Grupo III	12,42	14,72	5,33	12,35	19,86	23,01
Mecânica	4,90	7,44	2,12	3,60	5,60	7,48
Material elétrico	3,10	2,18	1,25	4,77	4,62	5,11
Material de transporte	3,27	3,70	1,20	1,64	8,06	7,72
Diversas	1,14	1,38	0,75	2,32	1,56	2,68
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: CENSO INDUSTRIAL 1970: Brasil e Estados (1974). Rio de Janeiro, IBGE.

CENSO INDUSTRIAL 1980: Brasil e Estados (1984). Rio de Janeiro, IBGE.

in: *Bandeira e Grundling, 1988, p. 57.*

em apenas quatro. Com isso, a hipótese levantada é de que a capacidade concorrencial da indústria gaúcha nesse período tenha se estabelecido não por alta produtividade, mas sim por se constituir numa região que possui uma média salarial inferior àquela vigente no conjunto da indústria nacional (BANDEIRA & GRÜDLING, 1988, p. 85).

Quanto à taxa de crescimento da produção industrial nos anos 80, verifica-se que, entre 81 e 87, o Rio Grande do Sul teve maior (20,05%) que a de São Paulo (18,94%), e menor que a de Minas Gerais (24,86%) e que a média nacional (22,65%) (tabela 8). Mas, se compararmos os distintos anos, podemos ver que a produção industrial no Rio Grande do Sul, relativamente ao resto do país, baixou entre os anos 83 e 85, revitalizando-se em 86, para cair novamente em 87 (tabela 9). É importante verificarmos que, em 86, os gêneros que compunham os principais segmentos da indústria de transformação no Rio Grande do Sul eram: alimentar, vestuário e calçados, mecânico, metalúrgico, químico e fumo em ordem decrescente (tabela 10).

Portanto, pode-se afirmar que a produção da indústria gaúcha teve a sua participação no total da produção nacional diminuída durante o período da crescente concentração desta atividade em São Paulo, ao passo que aumentou durante a reversão dessa tendência (final dos anos 60). Entre 39 e 70, o crescimento industrial gaúcho superou apenas o carioca, enquanto que, entre 70 e 80, superou o paulista, carioca, e a média nacional, ficando atrás de Minas Gerais e Santa Catarina.

TABELA 8

Crescimento da indústria, segundo os índices da produção industrial da Fundação IBGE, em alguns estados e regiões e no Brasil — 1981-87

ESTADOS, REGIÕES, E PAÍS	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Rio Grande do Sul	100,00	109,16	104,24	107,59	108,86	121,05	120,05
São Paulo	100,00	98,83	92,45	98,84	107,52	118,65	118,94
Minas Gerais	100,00	103,97	98,56	109,58	118,07	122,69	124,86
Rio de Janeiro	100,00	104,43	93,18	94,34	100,41	115,47	115,60
Região Nordeste	100,00	104,14	101,79	105,03	115,11	121,46	125,86
Região Sul	100,00	97,97	94,57	101,42	108,07	120,62	121,72
Brasil	100,00	99,81	94,41	101,03	109,57	121,56	122,65

Fonte: Fundação IBGE.

in: *Bandeira*, 1988, p. 109.

TABELA 9

Taxas de crescimento da indústria, segundo os índices da produção industrial da Fundação IBGE, em alguns estados e regiões e no Brasil — 1981-87 — (%)

ESTADOS, REGIÕES, E PAÍS	1981-82	1982-83	1983-84	1984-85	1985-86	1986-87
Rio Grande do Sul	9,16	-4,49	3,21	1,18	11,20	-0,82
São Paulo	-1,16	-6,44	6,91	8,78	10,35	0,25
Minas Gerais	3,97	-5,19	11,18	7,75	3,91	1,77
Rio de Janeiro	4,43	-10,76	1,25	6,43	15,00	0,11
Região Nordeste	4,14	-2,24	3,18	9,60	5,51	3,63
Região Sul	-2,02	-3,46	7,25	6,55	11,62	0,91
Brasil	-0,18	-5,40	7,02	8,45	10,94	0,90

Fonte: Fundação IBGE .

in: *Bandeira*, 1988, p. 110.

TABELA 10

**Principais segmentos da indústria de
transformação no Rio Grande do Sul-1986**

GÊNERO	Nº DE ESTABE- LECIMENTOS	Nº DE EMPREGADOS	PARTICIPACÃO % NO VBP	TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO 1975 - 86
Minerais não-metálicos	2 188	16 524	1,70	3,44
Metalúrgica	2 830	49 124	7,50	3,46
Mecânica	1 066	47 756	8,78	3,52
Material elétrico e de comunicações	274	12 707	2,22	3,82
Material de transporte	532	22 267	4,20	9,95
Papel e papelão	288	14 309	2,28	8,45
Borracha	102	6 486	1,34	11,70
Química	235	13 810	7,25	15,41*
Perfumes, sabões e velas	261	2 319	0,48	12,43
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	5 332	17 417 3	17,44	12,64
Produtos alimentares	3 794	75 097	23,89	1,56
Bebidas	582	10 522	2,78	4,81
Fumo	71	5 981	5,48	4,29
Total desses segmentos	17 546	450 076	85,34	5,98

VBP = Valor Bruto da Produção Industrial do Estado = Faturamento .

* Esta taxa média de crescimento não inclui fertilizantes.

Fonte: Manual do Empresário, Secretaria da Indústria e Comércio, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1988. p.13.

Conforme Bandeira, entre 39 e 80, não se evidenciaram manifestações de crise regional na produção industrial gaúcha.

"... o declínio da participação rio-grandense no produto gerado pela economia do país não levou a uma redução, em termos comparativos da renda média por habitante. Ocorreu exatamente ao contrário: a renda "per capita" gaúcha tornou-se cada vez mais elevada do que a média nacional." (BANDEIRA, 1988, p. 74)

Durante a década de 80, a crise econômica nacional fez baixar o desempenho das várias regiões, entre elas o do Rio Grande do Sul. Porém, isso foi percebido pelas lideranças gaúchas (empresários, políticos, etc) como uma situação especialmente crítica para o Estado. Esse fato fez com que a noção de "crise econômica gaúcha" voltasse a ganhar espaço no discurso de lideranças e na imprensa. Entretanto, Bandeira sustenta que até agora esta hipótese não foi provada (BANDEIRA, 1988, p. 64).

Ainda devemos considerar que uma das características do parque industrial gaúcho define-se pela presença maciça de indústrias de pequeno e médio porte (até 500 empregados).

Por fim, não é demais salientar que relacionados a todos esse fatores - como diversificação de produção por setor ou por ramo de atividade industrial, crescimento ou queda na produção, etc - está a idéia que para nós é fundamental: o caráter subsidiário da economia gaúcha no cenário nacional firma-se desde a época colonial até recentemente. Seja através da produção agropecuária ou da produção industrial, a qual ganha importância maior na economia do estado gaúcho apenas na década de 70.

CAPÍTULO 2 - OS INDUSTRIAIS GAÚCHOS E O EMPRESARIADO DO CENTRO DO PAÍS

- INTRODUÇÃO

Neste capítulo, tratamos de aspectos históricos relativos à atuação política dos industriais gaúchos desde 1964 para cá. O objetivo é demonstrar que o caráter subsidiário presente na economia industrial gaúcha também se verifica em termos de postura política.

Para essa análise optamos por um trabalho de comparação. Assim, a caracterização é feita entre aqueles que se encontram em posição semelhante no interior de uma estrutura regional diferenciada, ou seja, os industriais do centro com os do Sul do país.

Dito de outra forma, considerando a economia industrial gaúcha como subsidiária, e a do eixo Rio-São Paulo como hegemônica no âmbito nacional, isso as constitui como estruturas diferentes. Por outro lado, os atores sociais que elegemos como objeto de estudo vinculam-se à economia subsidiária, mas, dentro dela, ocupam posição privilegiada. São empresários representativos dos principais ramos da produção regional. Ora, quando falamos em industriais do centro do país, também estamos falando daqueles que estão ligados aos setores e unidades industriais de

maior porte na sua região. Isso significa que o que faremos a seguir constitui-se em caracterizar politicamente atores sociais que ocupam posições semelhantes no interior de estruturas diferentes, inseridas na estrutura maior do país. Pretendemos mostrar que a atuação política dos empresários gaúchos é correspondente à econômica, isto é, subsidiária.

É importante ficar claro que o significado do termo "subsidiário" não se refere aqui a uma situação onde uma parte possui importância menor na formação de uma totalidade. Tanto a economia como a atuação dos industriais gaúchos, embora sendo hipoteticamente subsidiárias, constituem parte substancial do todo. Do ponto de vista político, no entanto, ser subsidiário significa ser menos audacioso, menos saliente e ter maior dificuldade na efetivação de interesses. Isso, contudo, se traduz em aspectos significativos na formação do todo.

Com efeito, podemos dizer que o empresariado industrial rio-grandense e aquele do centro do país possuem posições semelhantes ou homólogas no interior de cada uma de suas estruturas econômicas regionais. Porém, pelo fato dessas estruturas serem distintas, existem propriedades específicas de cada um dos segmentos empresariais.

Conforme Bourdieu (1987), há que se considerar a idéia de "propriedade de posição" na análise de atores e estruturas sociais. Isso significa que, além da posição de classe definida pelas relações de produção, deve-se distinguir, no interior das estruturas sociais, propriedades das posições ocupadas pelos mesmos

atores que compõem as classes, as quais viabilizam que se entenda certas diferenças ou "margem de variação" no seu interior.

Bourdieu, afirma que:

"Se é verdade que duas classes (ou duas sociedades), definidas por condições de existência e práticas profissionais idênticas ou semelhantes, podem apresentar propriedades diferentes quando, inseridas em estruturas sociais diferentes, ocupam posições estruturalmente diferentes e, inversamente, se duas classes (ou dois grupos), caracterizadas por condições de existência e práticas profissionais diferentes, podem apresentar propriedades comuns porque ocupam posições homólogas em duas estruturas diferentes, o estabelecimento de proposições gerais, transculturais e transistóricas não pode resultar da simples aproximação de casos isolados do contexto histórico e social em que estão inseridos." (BOURDIEU, 1987, p. 6)

Assim,

"A comparação só pode ser feita efetivamente entre estruturas equivalentes ou entre partes estruturalmente equivalentes das mesmas." (BOURDIEU, 1987, p. 6)

De acordo com nosso estudo, estamos nos referindo aqui a dois segmentos do empresariado industrial nacional e, por isso, suas condições de existência e práticas profissionais podem ser entendidas como semelhantes. Mas, pelo fato de estarem inseridos em subestruturas econômicas, políticas e sociais (regiões do país) distintas, possuem propriedades de posição diferentes entre si. Embora ambas sejam parte do empresariado industrial nacional,

ocupam posições distintas no interior da estrutura maior que é a nacional.

Contudo convém afirmar que esses dois segmentos empresariais caracterizam-se como portadores de uma propriedade comum; eles compõem os setores com maior poder em suas economias regionais.

Ainda é de particular importância para nós o fato de que tal homologia de posição pode ocorrer não apenas no interior de estruturas sociais distintas, mas também entre diferentes campos de ação social no interior de uma mesma estrutura. Bourdieu diz:

"E ganharíamos ao menos em clareza se observássemos que dentre as proposições gerais sobre classes sociais existem aquelas que, aplicando-se a unidades definidas exclusiva ou primordialmente por sua posição diferencial em uma estrutura social, estabelecem ligações regulares entre **posições homólogas** e entre certas características de unidades localizadas nestas posições..." (BOURDIEU, 1987, p. 7)

Ou seja, pensando-se em unidades de posição diferencial, por exemplo, posição no campo econômico e no campo político em dada estrutura social, existem certas características de situação de classe que definem posições homólogas. Afinal, "... a situação de classe define a **margem de variação**, em geral muito pequena, deixada às propriedades de posições" (BOURDIEU, 1987, p. 4). Isto é, uma boa posição no campo das relações econômicas corresponde, indiretamente, a uma posição homóloga no campo das relações políticas. O inverso também é verdadeiro: um mesmo segmento pode ocupar posições homólogas num e noutro campo, mesmo quando tal posição revelar menor poder.

Com base em análises existentes sobre o tema, procuraremos a seguir, identificar semelhanças e diferenças entre a atuação política dos industriais do centro do país e a dos gaúchos. As principais questões que avaliaremos dizem respeito às posturas adotadas em episódios como: o golpe de 1964, o Milagre Econômico, a campanha desestatizante (1) e a liberalização do regime político. Abordamos também a problemática das formas de organização desenvolvidas por esses industriais. Tais questões demonstram que existem semelhanças importantes na adoção de certas posturas políticas entre os dois segmentos. Porém, elas também mostram que, no caso das diferenças, evidencia-se aquilo que denominamos de fragilidade política por parte dos industriais gaúchos.

2.1 - O APOIO AOS GOVERNOS MILITARES

As posturas políticas adotadas pelos empresários do centro do país e pelos industriais da FIERGS no caso do golpe militar em 1964, como também no período do chamado Milagre Econômico se revelam bastante semelhantes.

Os militares que assumiram o poder em 1964 proporcionaram, ao longo de seu período no poder, um processo de "profundización" da economia do país com base na aliança do tripé de desenvolvimento: o capital estatal, capital privado nacional e internacional. O processo de produção capitalista expande-se e aprofunda-se.

(1) A campanha desestatizante foi um movimento político que se verificou entre 1974 e 1976 e que criticou a "excessiva" presença do Estado na economia. Adiante detalhamos melhor.

Para o empresariado, em nível de nação, 1964 teve um significado próprio. Com efeito, Diniz & Lima Jr. (1986) entendem que, em geral, base e cúpula do empresariado atuam de forma diferenciada; há limites importantes quanto à capacidade de mobilização das bases em relação às lideranças. Entretanto, o golpe de 64 traduziu um momento em que o segmento empresarial atuou como um todo não-fracionado, comprometendo-se com a implantação do novo regime político.

Entre 64 e 68, o primeiro governo militar criou mecanismos que garantiram uma crescente concentração de recursos nas mãos do Estado (através da criação do FGTS e PIS, por exemplo). Neste período, caracterizado pela austeridade econômica, há crescimento das atividades produtivas estatais. O empresariado mantém seu apoio ao regime político vigente.

No mesmo período os industriais gaúchos, de forma convergente aos do centro do país, apoiaram à instauração do novo regime. Esse apoio não nasceu, negativamente, através do silêncio, mas sim explicitamente nos próprios discursos. Segundo Denise Gros (1987), nesse período pode ser identificada certa contradição em sua retórica. De um lado, as medidas econômicas (antiinflacionárias, salarial, etc) e aquelas que visavam a desmobilizar a sociedade civil, adotadas pelos primeiros governos, eram recebidas positivamente pelos industriais ligados à FIERGS. De outra parte, o mesmo segmento manifestava preocupações de cunho regionalista. Nesse sentido, "transmitem suas preocupações quanto à solução dos problemas econômicos do país, em especial,

daquelas que afetam diretamente a economia gaúcha". (GROS, 1987, p. 63)

Nas palavras da autora:

"Na esfera econômica, a ênfase da FIERGS era dirigida às deficiências de infra-estrutura do Rio Grande do Sul e à perda de posição da economia gaúcha em relação à nacional. A solução para essas questões passaria sempre, segundo a FIERGS, por uma maior atenção do Governo Federal aos problemas do Rio Grande do Sul. Na discussão dessas questões transparece a percepção que os industriais gaúchos têm do Estado Nacional: o Estado assistencialista que deve intervir na economia sempre e quando a iniciativa privada o necessitar, mas sem competir com ela." (GROS, 1987, p. 94)

Desta forma, esses empresários, ao mesmo tempo em que apoiavam a instauração do novo regime, também reivindicavam para si vantagens ainda não concedidas. O Estado deveria preocupar-se com a ordem social, mas também deveria oferecer incentivos às empresas privadas.

Já entre 68 e 73, através do chamado Milagre Econômico, o desenvolvimento capitalista brasileiro sofre grande aceleração com base na produção do setor de bens de consumo duráveis. As empresas estatais, nesta fase, diversificam-se e ampliam-se além do que se desenvolve um processo de maior integração com o capital internacional. Os empresários nacionais vêem com satisfação a política governamental que lhes proporciona lucros maiores.

Efetivamente, o período do "Milagre Econômico" marca uma segunda fase da postura empresarial diante do Estado. Nesse momento, o empresariado gaúcho oferece apoio irrestrito aos gover-

nos do regime autoritário. Os resultados econômicos obtidos pelos industriais durante o governo Médici fazem transparecer grande entusiasmo quanto à política econômica em vigor; isso, tanto por parte do empresariado gaúcho como daquele do centro do país. Especificamente no Rio Grande do Sul,

"o tom de lamúria pela perda de posição do Rio Grande do Sul no panorama nacional, característico das manifestações da FIERGS no período de 1964-67, bem como a ambigüidade de suas posições em relação à política econômica adotada são substituídos por um entusiasmo com os resultados satisfatórios conseguidos no período do 'milagre'." (GRGS, 1987, p. 69)

Conforme Boschi (1978), o empresariado industrial brasileiro não apresentou historicamente uma postura nacionalista em termos ideológicos. O nacionalismo resultou apenas de projetos circunstanciais e, portanto, tinha valor instrumental. Tal consideração nos permite entender porque não houve questionamento de parte desses empresários quanto à entrada de capital estrangeiro no país nem antes nem depois de 64.

Com relação à expansão da intervenção estatal na economia, do ponto de vista empresarial, essa não era percebida como ameaçadora. Portanto, o que definia a maior ou menor presença no país das distintas frações do capital não era sua origem (nacional, multinacional ou estatal). Era, isto sim, seu setor de atuação, ou seja, sua capacidade e interesse em investir nos diversos ramos produtivos. Disso resulta que as empresas estatais atuam em geral concentradas em poucas áreas, onde o investimento exige alto patrimônio e grande risco. Por outro lado, o capital privado

possui maior diversificação quanto às atividades econômicas que exerce, sendo que, em geral, as empresas nacionais possuem um valor médio de patrimônio líquido considerado baixo em relação às estatais. Desenvolve-se, assim, certa complementaridade entre as três frações de capital definidas de acordo com sua origem. De qualquer forma, o empresariado industrial, no período do milagre, não apresentou discordância quanto à sua situação econômica diante das políticas estatais.

De outra parte, no que tange ao processo de tomada de decisões, a partir de 64, houve um fechamento em relação ao período populista. O Estado, complexificando-se, acentuou dificuldades próprias na sua ação coordenada. As decisões políticas tornaram-se cada vez mais concentradas (já que o processo é fechado), mas também fragmentadas. Os diversos órgãos burocráticos do setor público vão ganhando autonomia (2) e dificultando a coordenação de suas ações.

Sendo assim, essa fragmentação das decisões políticas nos vários órgãos permitiu que o empresariado privado criasse novos canais de articulação de seus interesses junto ao Estado. Disso resultou, de um lado, a percepção dos empresários quanto à dificuldade de influenciar a política econômica de forma global. Por outro lado, nasceram claras diferenças (no meio empresarial) quanto a seu poder de barganha junto a essas decisões. Assim, simultaneamente ao fracionamento das decisões estatais, verificou-se o mesmo quanto ao poder político do empresariado industrial.

(2) Ver os casos BNDE, CACEX e CDI em Martins, 1985.

Com maior intensidade, esse empresariado abrigou setores com distintas capacidades de persuasão e inserção naqueles órgãos.

Disso resulta também que o período autoritário foi marcado pela participação direta de certos segmentos empresariais junto ao Estado. Tal participação fica mais claramente entendida através, por exemplo, da noção de "anéis burocráticos" construída por Fernando Henrique Cardoso (1975), a qual abordaremos adiante. Podemos afirmar com tranquilidade que este foi um período de definição de novos caminhos de acesso ao poder estatal por parte dos empresários melhor posicionados no âmbito das relações econômicas e políticas.

2.2 - A CAMPANHA DESESTATIZANTE

Após a fase do chamado Milagre Econômico, a partir de 1974, as relações entre o poder executivo e o empresariado do centro do país sofreram alguma conturbação. Neste período, verificou-se com certa clareza a heterogeneidade de posicionamentos do empresariado nacional frente ao Estado e às políticas governamentais. Existem diferenças tanto setoriais, como regionais.

Em 1974, o governo do Presidente Geisel assumiu o poder tendo importantes características que o diferenciavam do governo anterior. Por exemplo, buscando maior concentração no processo de tomada de decisões. O novo governo criou o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) o qual, além de esvaziar o poder decisório do Conselho Monetário Nacional (CMN), não garantiu acesso formal ao empresariado (DINIZ & LIMA JR., 1986). Por sua vez, o

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que se constituía desde 64 no principal órgão aliado das empresas privadas nacionais, obedecendo às diretrizes do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), passa a gerir os recursos da poupança institucional (PIS/PASEP) e tem seus financiamentos dirigidos especialmente para a indústria de base e produção de insumos. Esse era o setor estratégico da política industrial do governo Geisel.

Desta maneira, com a política econômica definindo a passagem de incentivos do setor de bens de consumo para o setor de bens de capital, a partir de 74, gerou-se um descontentamento tanto de parte dos integrantes daquele segmento industrial, por sentirem-se prejudicados, como também dos membros da fração financeira do capital privado. Conforme Velasco e Cruz (1984), desenvolveu-se uma campanha contra a estatização da economia, entre 74 e 76, a qual tinha como alvo aparente o BNDE, mas buscava atingir a política econômica como um todo. Assim, da fração industrial do capital privado, apenas o setor de bens de capital não aderiu à campanha, já que se sentia beneficiado pela política governamental.

O plano do governo, que previa o fortalecimento da indústria privada nacional, também pressupõe uma expansão do setor público. Isto porque as empresas estatais seriam as principais responsáveis pela encomenda de bens produzidos pela indústria nacional de base. Porém, alegando problemas na balança comercial, empresas estatais importantes, como a Eletrobrás e a Siderbrás, continuaram adquirindo tais produtos no exterior. Conseqüentemente, o plano de desenvolvimento, a partir da indústria de base,

não conseguiu vingar, e o empresariado industrial desse setor adere tardiamente à campanha antiestatizante.

É interessante observar que o alvo da crítica inicial era o BNDE, já que o principal questionamento era a estatização da poupança. Entretanto, este Banco se constituía no primeiro aliado do setor de bens de capital, através de financiamentos e comercialização de sua produção. Assim, fica evidente que interesses heterogêneos mobilizavam a crítica em forma de campanha, a qual também possuía alvos distintos no Estado. Objetivamente, o setor empresarial financeiro e o industrial ligado a bens de consumo pretendiam atingir o problema da estatização da poupança e também a nova destinação de financiamentos, e o alvo era o BNDE, gestor dessa poupança e financiador de investimentos. De outra parte, o setor industrial ligado a bens de produção, que mais tarde aderiu à campanha, aliava-se ao BNDE e pretendia atingir certas empresas estatais (Eletrobrás e Siderbrás).

No Rio Grande do Sul, diferentemente do que ocorria no centro do país, entre 1974 e 1976, não há a adesão dos industriais à campanha pela desestatização.

Nesse período, Gros (1987) identifica que através da FIERGS,

"... os empresários mostram-se satisfeitos por encontrar no Plano a confirmação da livre iniciativa como 'instrumento propulsor dos avanços sócio-econômicos' e, paralelamente, 'a necessidade de equilíbrio entre capital nacional e estrangeiro, para a consecução das metas do país'." (GROS, 1987, p. 7)

É interessante observar que os primeiros segmentos do capital engajados na campanha pela desestatização da economia foram os que compõem o setor de bens de consumo e o setor financeiro. No Rio Grande do Sul, os principais ramos da economia industrial, na década de 70, compunham o setor de bens de consumo não duráveis (produtos alimentares, vestuário, calçados, etc.) e o de bens intermediários (como produtos químicos e metalúrgicos). Não se constituíam, portanto, no setor beneficiado pela política industrial à época, isto é, de bens de produção. Assim, fica difícil explicar a não-adesão dos gaúchos à campanha de acordo com a lógica de interesses setoriais. Por essa lógica, os industriais da FIERGS deveriam unir-se aos seus colegas do centro do país, industriais de bens de consumo, que se viam prejudicados pela política do II PND, e fortalecer a retórica desestatizante.

A autora mostra que, no mesmo período em que ocorreu a campanha em caráter nacional, os empresários ligados à FIERGS preocupavam-se com problemas econômicos existentes, mas sob um ângulo específico. Estes empresários atribuíram as dificuldades econômicas que o país atravessava à crise monetária internacional, à crise do petróleo, à inflação nos países desenvolvidos e, ao mesmo tempo, depositavam confiança nas medidas adotadas pelo governo Geisel. Eles também entendiam que o II PND representava uma tentativa de equilíbrio entre os três segmentos do capital, os quais formam o tripé econômico de desenvolvimento.

Com efeito, a postura dos gaúchos, distinta daquela de outros empresários de mesmo setor, talvez possa ser explicada de acordo com uma lógica própria. Conforme Gros, a solução de pro-

blemas referentes à economia gaúcha pressupunha, do ponto de vista empresarial, um Estado assistencial. Assim, a política de incentivo ao desenvolvimento do capital privado nacional, contida no II PND, poderia trazer vantagens para a indústria local. Em 1975, os gaúchos "mostram-se satisfeitos por encontrar no Plano a confirmação da livre iniciativa como "instrumento propulsor dos avanços sócio-econômicos"..." (GROS, 1987, p. 71).

A adoção de uma perspectiva regional na análise dessa situação ganha força se considerarmos a condição estrutural da produção industrial local. Velasco e Cruz (1984) observa que, se o Estado nacional

"... é primordial como alavanca de acumulação no plano nacional, na arrancada industrial de regiões mais atrasadas, as suas funções são mais amplas. Se for assim, um movimento contra a expansão do Estado e pela privatização da economia não contará com o suporte dos núcleos empresariais dessas áreas." (VELASCO e CRUZ, 1984, p. 93)

No Rio Grande do Sul, por exemplo:

"... o terceiro Pólo Petroquímico era um sonho longamente acalentado pelo estado, que advogou essa solução com estudos e pareceres elaborados no âmbito da administração pública, com o concurso de entidades empresariais." (VELASCO e CRUZ, 1984, p. 93)

À época do início da campanha desestatizante, identificada por Velasco e Cruz como sendo dezembro de 1974, as elites gaúchas (políticos, empresários, etc.) achavam-se envolvidas com outra campanha de âmbito estadual. A decisão de implantação do terceiro

Pólo Petroquímico brasileiro, no Rio Grande do Sul, foi precedida de mobilização de vários setores dominantes na sociedade gaúcha. Sendo o decreto que marca tal decisão datado de março de 75, podemos trabalhar aqui com a hipótese de que os industriais gaúchos priorizavam na sua percepção sobre a política econômica do II PND, naquele momento o aspecto que poderia lhe beneficiar. As deliberações sobre o terceiro Pólo Petroquímico, sua implantação e localização devem-se, em grande parte, à política estabelecida pelo II PND, ao mesmo tempo em que uma decisão favorável ao Rio Grande do Sul era considerada altamente benéfica para a economia industrial da região.

Curiosamente, só em 77, quando de sua despedida da presidência da FIERGS, Luiz Carlos Mandelli faz discurso criticando a "excessiva atuação econômica do Estado". Ele defende que a empresa privada nacional deva assumir o "comando" da economia sem "hostilizar os sadios capitais estrangeiros" e tendo "nos capitais estatais um aliado em áreas estratégicas e de segurança da Nação" (GROS, 1987, p. 72).

2.3 - A LIBERALIZAÇÃO DO REGIME POLÍTICO

A partir de 1978, um novo fato, que marcou a participação política de segmentos ligados ao capital, contribuiu para a análise da atuação específica do empresariado industrial e de suas posturas diversas. Depois do fracasso do II PND, que previa uma expansão significativa da economia com base na produção de bens de capital, e sob a vigência de uma crise recessiva, importantes

lideranças empresariais manifestaram-se no sentido da liberalização do regime político. Uma manifestação, em 1978, através do Fórum Gazeta Mercantil, envolveu grandes líderes empresariais nacionais como Cláudio Bardella, José Mindlin, Paulo Villares, Antônio Ermírio de Moraes, entre outros, marcando o início de um novo debate no meio empresarial: o debate sobre a "abertura política".

É importante considerar que, segundo Velasco e Cruz (1984), os líderes empresariais que participaram da crítica antiestatista, em período anterior, são distintos daqueles que pronunciaram-se mais tarde a favor da "abertura política". Na polêmica sobre a estatização manifestaram-se nomes como Theobaldo de Nigris, José Papa Jr., Pompeu de Souza e Paulo Maluf. Desta forma, observa-se mais uma vez aquilo que classificamos como ausência de homogeneidade quanto à atuação política do empresariado, ao mesmo tempo em que se revela certa identidade entre interesses de setores privados e de membros do Estado. Na verdade, os próprios governos militares, desde Geisel, haviam projetado certa liberalização do regime político.

É importante salientar que Diniz & Lima Jr. (1986) entendem que o empresariado industrial não teve papel determinante no processo de transição político, assim como não possuía consenso quanto a um projeto de dominação política. Os vários estudos sobre o empresariado industrial nos mostram que sua unidade política só ocorre em torno de objetivos específicos de curto prazo. A ausência de um projeto de dominação política, portanto, não se constituía num fato novo.

No tema da liberalização do regime político a postura dos industriais gaúchos é de cautela.

No Rio Grande do Sul, os industriais manifestam-se com atraso, e revelam certa timidez às primeiras propostas empresariais pela liberalização do regime.

A FIERGS, segundo Denise Gros,

"não só começou a discutir a intervenção do Estado na economia e liberalização política com atraso, como o seu questionamento não era direto, mantendo-se a nível de uma crítica velada e cautelosa da atuação econômica do Estado, sempre suavizada por afirmações de confiança e disposição de cooperar com o Governo." (GROS, 1987, p. 95)

Diante disso, a explicação encontrada pela autora é a seguinte:

"A situação de abandono do Rio Grande do Sul, sentida pelos industriais gaúchos, levou-os a serem moderados em suas críticas com medo de perderem as "benesses" que reclamavam do Estado. Quanto à questão da volta do país ao regime democrático, foi mencionada apenas num manifesto, onde a FIERGS afirmava que a abertura democrática deveria ser lenta e gradual para não causar perturbações à Nação." (GROS, 1987, p. 95)

De qualquer forma, é importante observar que as posições adotadas diante do tema revelam que, na FIERGS, os industriais, da mesma forma que não aderiram à chamada campanha contra a estatização da economia, também não se manifestaram na vanguarda empresarial que defendeu a liberalização do regime político.

2.4 - AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO DE INTERESSES

De acordo com diversos autores, identificamos pelo menos quatro principais mecanismos de articulação de interesses empresariais junto ao Estado. Abordamos agora tais mecanismos relativamente ao empresariado do centro do país.

O primeiro diz respeito à estrutura oficial de representação de interesses, a qual teve origem nos anos 30 e efetivou-se através da organização corporativa de sindicatos, federações e confederação sob a tutela do Estado. É importante, no entanto, diferenciar esse corporativismo, que O'Donnell (1976) chama de o "corporativismo populista", com aquele que resulta do Estado burocrático autoritário. Este, presente em período recente da sociedade brasileira, caracteriza-se por ser "bifronte" e "segmentário". Isto é, além de penetrar no Estado e em setores da sociedade civil, o corporativismo difere em seu funcionamento real segundo classes sociais. Isso implica que este corporativismo no seu aspecto estatizante ocorra sobre o setor popular com o Estado tutelando sindicatos, por exemplo. No seu aspecto privatizante, por sua vez, efetiva-se possibilitando a representação direta de interesses das classes dominantes no Estado.

No que tange ao setor industrial, podemos constatar que a estrutura sindical volta-se especialmente para defesa de questões políticas de caráter global diante do poder estatal. Isso, nos termos de O'Donnell (1976), caracteriza o corporativismo privatizante; setores privilegiados da sociedade obtém acesso e repre-

sentação direta no Estado na defesa de seus interesses, utilizando-se da estrutura corporativa.

Conforme Diniz & Boschi, a

“...função política, na visão do empresariado, é atribuída principalmente aos órgãos de cúpula da hierarquia sindical (federações e CNI), função esta que é avaliada em geral de forma negativa, porém favoravelmente em alguns de seus aspectos, como a mobilização da opinião pública em campanhas ideológicas de caráter amplo, tais como a defesa do princípio da livre iniciativa enquanto base da organização econômica do país, a difusão de valores voltados para o fortalecimento da empresa privada como condição da democracia política, ou ainda a necessidade e legitimidade da participação do setor privado na formulação da política econômica.” (DINIZ & BOSCHI, 1978, p. 179)

A organização corporativa dos industriais representa sua atuação política na defesa de questões gerais junto ao Estado. Mas, a partir da década de 50, com a diversificação na produção industrial, nasce a segunda modalidade de relacionamento, constituída pelas associações paralelas e mobiliza interesses setoriais da indústria. Tais associações viabilizam o acesso da elite empresarial ao Estado, de acordo com setores próprios de atuação. No centro do país, na década de 60, foram criadas associações como a ABINEE (Associação Brasileira da Indústria Eletro-eletrônica) e a ABDIB (Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base). Elas envolvem, de forma preponderante, o grande empresariado e possuem atuação mais pragmática (sobre questões específicas setoriais) do que política. Assim, essa modalidade de organização de interesses consegue “subverter” a or-

dem corporativa oficial sem, contudo, desarticulá-la. Ao contrário, atuando com objetivos distintos, a organização corporativa e a autônoma complementam-se.

A terceira importante forma de articulação pode ser compreendida através da noção de "anéis burocráticos", desenvolvida por Cardoso (1975). Os "anéis burocráticos" representam um modo de articulação que torna possível que interesses econômicos privados sejam beneficiados diretamente pelas agências estatais via burocracia. Sobre os "anéis burocráticos", Cardoso diz que:

"O que os distingue de um "lobby" é que são abrangentes (ou seja, não se resumem ao interesse econômico) e mais heterogêneos em sua composição (incluem funcionários, empresários, militares etc.) e, especialmente, que para ter vigência no contexto político-institucional brasileiro, necessitam estar centralizados ao redor do detentor de algum cargo. Ou seja, repetindo, não se trata de um instrumento de pressão da sociedade sobre o Estado, mas da forma de articulação que sob a égide da "sociedade política", assegura ao mesmo tempo um mecanismo de cooptação para integrar nas cúpulas decisórias membros das classes acima referidas que se tornam participantes da arena política, mas a ela se integram **qua persone** e não como "representantes" de suas corporações de classe." (CARDOSO, 1975, p. 208)

Assim, não é o Estado que, sozinho, se fortalece a partir desse novo ponto de arranjo entre o público e o privado. Na verdade, os "anéis burocráticos", como entrelaçamento de setores no Estado e setores na sociedade, reorganizam e redistribuem o poder entre os segmentos dominantes no período burocrático-autoritário. Além disso, a centralização das decisões no Executivo permitiu mesmo que o Legislativo fosse perdendo espaços para a burocracia.

Essa consolidada por meio de crescente autonomia que distintos setores ganhavam frente a outros no interior do Estado, e também pela vinculação mais direta a interesses privados.

A quarta modalidade de interação entre segmentos dominantes na sociedade e segmentos no Estado é explicada por Diniz & Boschi como sendo uma forma "aprimorada de relacionamento": o neocorporativismo.

"Trata-se de uma modalidade de interação entre organizações de interesses primordialmente vinculadas a especificidades funcionais decorrentes da divisão social do trabalho e segmentos da política econômica. Tal interação tem lugar numa arena específica envolvendo uma ação concertada entre os diferentes atores, tendo por base o princípio da negociação." (DINIZ & BOSCHI, 1987, p. 3)

O neocorporativismo não se refere a formatos corporativos impostos pelo Estado (corporativismo de Estado), nem tão pouco aquele que resulta de um grau maior de autonomia da sociedade face ao Estado (corporativismo societal). Ele se constitui na fusão de interesses e concertação de políticas num só tempo (3). Embora o neocorporativismo, descrito aqui, vincule diretamente interesses empresariais a segmentos no Estado (burocracia e políticos), sua diferença em relação aos "anéis burocráticos" está no fato de que o primeiro vincula interesses corporativos de grupos funcionais, enquanto que o segundo integra membros da classe do-

 (3) Considerando a noção de "corporativismo bifronte em O'Donnell (1976), na verdade, parece haver identidade entre a idéia de "corporativismo privatizante", daí derivada e anteriormente mencionada, e de "neocorporativismo" em Diniz & Boschi (1987).

minante (que inclui funcionários, militares, empresários) de forma individual, não como representantes de setores, junto a detentores de cargos no Estado.

No caso do mecanismo corporativo de representação e articulação de interesses, vale lembrar que, a partir de 1980, há um processo de renovação de lideranças empresariais no centro do país. A gestão de Luiz Eulálio Bueno Vidigal marca essa renovação na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP. O papel das federações, parte do sistema corporativo, é revitalizado inclusive através da formação de novos órgãos de assessoramento voltados para analisar e formular propostas para a área político-econômica (ARTURI, 1989, p. 215).

No período constituinte, é importante ressaltar que a atuação organizada dos empresários, conforme René Dreifuss (1989), deu-se por meio de vários recursos (campanhas, "lobbies", etc.). Esses recursos envolveram conjuntamente empresários, políticos e militares mantendo uma característica histórica da atuação política desses setores na sociedade brasileira. O autor afirma que:

"...a Sociedade Política Brasileira não nasceu de rupturas profundas entre estratos sociais, camadas e segmentos dominantes tradicionais e as novas classes capitalistas, mas de um processo de **convergência de classes e elites dominantes...** Poderíamos dizer que o realinhamento político conservador é da própria essência das elites dominantes brasileiras e tem sido a marca registrada de suas práticas e do processo político por elas encaminhado ao longo deste século." (DREIFUSS, 1989, p. 9)

O empresariado industrial como parte importante dessa composição dominante viu-se, no caso da Constituinte, constrangido a agir mais abertamente do que em períodos anteriores. Ocorre que, apesar da característica conservadora dos setores dominantes, no exercício da política profissional, há o que Dreifuss identifica como conservadorismo associado ao fisiologismo (parlamentares "conserviológicos"). Embora a Constituinte tenha sido composta em sua grande maioria por deputados conservadores, não havia garantias para o empresariado quanto à confiabilidade naquele trabalho. O fisiologismo de muitos políticos, ou sua relação arraigada com o poder no Estado poderia trair interesses empresariais. Assim, estes mobilizaram-se através do lançamento de candidaturas próprias, de campanhas, "lobbies", coligações e articulações entre setores, frentes e outros meios. Eles participaram diretamente do processo constituinte.

No Rio Grande do Sul, quanto às formas de organização, vale ressaltar que a constituição de associações paralelas tem marcas distintas daquelas do centro do país. Apesar de, em 1963, haver sido criada a Associação do Aço da Região Sul, é apenas na década de 80 que aquele tipo de representação ganha força. Nesta década, nasceram a ADICAL (Associação das Industrias de Calçados do Rio Grande do Sul - 1983 em Novo Hamburgo), a Associação Nacional de Fabricantes de Implementos Rodoviários (1984 em Caxias do Sul) e a Delegacia Regional da ABINEE (1985). O desenvolvimento dessas associações é explicado, em parte, porque houve monopolização de entidades corporativas, nestas regiões, por lideranças representativas de setores remanecentes dos ramos industriais importan-

tes no início do processo de industrialização. Ao mesmo tempo, os setores "modernos" da indústria gaúcha criam tais entidades na busca de uma negociação direta de interesses específicos junto ao Estado (GROS, 1987, p. 85 a 88).

Paralelo a isso, empresários de diversos setores filiam-se e participam das associações nacionais. De acordo com Gros,

"A utilização, pelos empresários gaúchos, das entidades da estrutura extracorporativa de representação de interesses não se limita à mera filiação (...) os maiores produtores gaúchos de cutelaria, material de transporte, máquinas agrícolas, material eletro-doméstico e siderurgia, entre outros, são filiados a associações nacionais e a sindicatos interestaduais de São Paulo e detêm cargos nas direções dessas entidades". (GROS, 1989, p. 135)

Ainda, de um ponto de vista mais estritamente político, foi criada em 1984 a Associação dos Jovens Empresários do Rio Grande do Sul, com cerca de 250 sócios (em 1988) oriundos de diversos setores de atividades. Seu objetivo é discutir questões políticas e econômicas, como a preocupação em formar novos líderes empresariais. Defende postura claramente antiestatista e participou ativamente do movimento de empresários gaúchos junto à Constituinte. Outra entidade criada em 84 foi o Instituto de Estudos Empresariais, formado por "50 jovens empresários, alguns herdeiros de grandes empresas gaúchas". Por sua vez, o Instituto Liberal do Rio Grande do Sul, que tem o objetivo de divulgar idéias liberais, integra junto com as outras duas associações um nível organizativo conquistado pelos empresários gaúchos, preocupados não

só com questões econômicas imediatas, mas também com sua formação política.

Enfim, o que ocorre é que, em geral, as associações paralelas são reconhecidas, mas não utilizadas pelos empresários de ramos tradicionais (como o de bebidas, alimentação, vestuário etc.), ao passo que empresários de setores "dinâmicos" da economia (metalurgia, material de transporte etc.) utilizam-se das associações extracorporativas. Os empresários dos setores mais dinâmicos têm seus interesses representados de um modo mais específico nas associações e de um modo geral no sistema corporativo, o qual se caracteriza por uma atuação política de interesse geral do empresariado. Devemos ressaltar, no entanto, que os órgãos de cúpula da estrutura corporativa (federação e confederação) são dirigidos em geral por atores vinculados aos setores de grande porte na economia, enquanto que os sindicatos contam com presença prevalecte de pequenos e médios empresários.

Finalmente, cabe salientar que, semelhante ao ocorrido com a Federação do Industriais do centro do país (FIESP), em 1980, a FIERGS sofre certa renovação. A característica específica desta renovação, relativamente àquela do centro do país, é que não são novas lideranças que assumem o poder da entidade, após batalha eleitoral. Na verdade, são antigos membros da direção que elaboram um novo texto e alteram certas práticas. Além disso, esse processo ocorre pelo menos três anos mais tarde do que a renovação na FIESP.

Assim, em 83, Luiz Otávio Vieira assume a presidência da FIERGS, procurando inserir a entidade na discussão de questões

até então tratadas com menor ênfase. é o caso do debate sobre a transição política no país. Em seu discurso de posse, esse empresário defendeu a "organização da sociedade em bases democráticas" e nesse sentido procurou ampliar os debates em torno do tema. Exemplificando, fez com que as reuniões-almoço semanais, promovidas pela entidade, significassem também um espaço para debate político sobre questões gerais de interesse da nação.

Contrariando esta aparente disposição para discussões e práticas democráticas, em se tratando de reivindicações de trabalhadores, as atitudes dos industriais gaúchos evidenciam forte conservadorismo. Conforme, Gros

"A rigidez com que trataram toda a discussão sobre a legislação trabalhista na Constituinte (...) é uma comprovação de que os pronunciamentos de cunho liberalizantes de dirigentes da FIERGS devem ser lidos com uma certa reserva." (GROS, 1990, p. 395)

Assim, as alterações evidenciadas em sua retórica e em certas práticas nos anos 80 são um acompanhamento tardio às mudanças mais gerais sofridas pela sociedade em termos políticos. Porém, a continuidade da postura nas relações trabalhistas não revela significativa diferença entre os industriais gaúchos e os do centro do país. Ou seja, os traços autoritários identificados por Diniz & Boschi (1977), num e noutro caso, persistem historicamente.

A atuação dos empresários do Rio Grande do Sul junto à Constituinte revela características importantes sobre sua capacidade de organização. Essa questão será abordada no próximo capítulo.

tulo, uma vez que se insere no período da chamada Nova República, intervalo de tempo delimitado para a pesquisa empírica.

- CONCLUSÃO

Com base na bibliografia existente sobre o tema, podemos afirmar que a atuação política dos industriais gaúchos evidencia, sob certos aspectos, grande identidade com a dos industriais do centro do país. É o caso, por exemplo, do apoio ao movimento político-militar de 1964, como também da política econômica à época do Milagre Econômico. Há identidade também nas posturas conservadoras diante das relações trabalhistas mantidas historicamente por um e outro segmento empresarial.

Outrossim, em vários momentos podemos observar distinções, do ponto de vista político, na atuação dos empresários gaúchos diante daqueles do eixo Rio-São Paulo. É significativo notar que tais diferenças traduzem de um modo geral cautela, moderação e atraso nas críticas dirigidas ao governo federal. Nesse caso, aparece como particularmente importante a sua ausência na campanha pela desestatização da economia, o seu atraso na defesa da liberalização do regime político, a não-renovação de lideranças-chaves na cúpula da Federação das Indústrias, embora houvesse certa renovação em termos de proposta de atuação.

Quanto às formas de organização, vimos que a formação de associações paralelas à estrutura corporativa, as quais em geral aglutinam os setores mais dinâmicos da economia, desenvolvem-se

no Rio Grande do Sul em período bem posterior à sua formação no centro do país.

Na procura de explicações para as diferenças quanto à atuação política de um e outro segmento, entendemos seja válido raciocinar por analogia. Sendo assim, Diniz & Lima Jr. (1986), analisando o empresariado do centro do país, nos mostram que, historicamente, base e cúpula do segmento empresarial atuam com diferenças significativas quanto à sua capacidade de mobilização política e articulação de interesses junto ao Estado. Principalmente no período do regime autoritário, os autores afirmam que os "interesses corporativos das elites econômicas foram não só preservados, como ampliados..." (p. 49). Nesse sentido, em fases de prosperidade econômica as "elites empresariais" garantiram o apoio ao regime político, contudo, em momentos de crise, gerava-se discussões sobre prioridades econômicas, criando "cisões e ameaçando a unidade entre as elites dominantes." (p. 58). O fato é que essas elites mantêm historicamente uma significativa capacidade de efetivação de interesses junto ao Estado, em detrimento das bases, que têm seu acesso dificultado. Tudo isso significa que, ao falar em empresariado do centro do país, estamos, na verdade, falando sobre um segmento bastante heterogêneo.

Analogicamente, podemos afirmar que, na comparação entre a atuação política de empresários das distintas regiões - com posições privilegiadas locais -, por estarem vinculados, de um lado, a um centro econômico principal e, de outro, a uma economia subsidiária, ocupam posições diferentes, e formam respectivamente, "elites" (ou "cúpulas") e "bases". Obedecendo a esse ra-

ciocínio, podemos entender que haja entre os dois segmentos - o empresariado do centro do país e o gaúcho - importantes diferenças em termos de atuação política, tal qual Diniz & Lima Jr. identificam em seu estudo.

Explicitando: por um lado, identificamos que no interior das duas estruturas (regiões) citadas dois segmentos empresariais, que ocupam posições homólogas nos termos de Bourdieu (1987). São atores sociais muito bem posicionados econômica e politicamente. Por outro lado, comparando-se as regiões como partes de uma estrutura maior, o contexto econômico e político nacional, então chega-se a outra conclusão: os industriais gaúchos ligados à FIERGS situam-se em posição econômica e, por decorrência em posição política menos favorável em relação aos industriais do centro do país.

Portanto, existe uma homologia de posições entre os dois segmentos, tanto em termos econômicos como políticos, no interior de cada estrutura regional, considerando-os separadamente. Os dois segmentos são hegemônicos nesse contexto e, pelo raciocínio construído aqui, o são em dois campos: econômico e político.

Contudo, pensando-se em termos de estrutura social mais ampla, a sociedade brasileira, desaparece a semelhança das posições, e pode-se falar em posição hegemônica e subsidiária para um e outro, mantendo-se a homologia em relação aos diferentes campos de ação. Ou seja, aqueles que são hegemônicos no campo econômico ocupam posição semelhante no campo político, e os que são subsidiários o são também nos dois campos.

Finalmente, semelhante à condição econômica subsidiária vivida pela produção industrial gaúcha e pelos atores econômicos a ela vinculados, também podemos falar em posição subsidiária em termos políticos. Isso se expressa através da cautela, do atraso e da moderação em certas manifestações empresariais de cunho político. Assim, se, de um lado, há semelhanças na adoção de posturas entre o empresariado gaúcho e aquele do centro do país, - por exemplo, diante do golpe de 64 e do período de Milagre Econômico - por outro lado, há nítidas diferenças no caso da campanha pela desestatização e liberalização do regime político. A FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e a FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) engajaram-se na campanha citada, ao passo que a FIERGS omitiu-se. No caso da liberalização do regime, em 1978, Luiz Eulálio Bueno Vidigal, que seria presidente da FIESP a partir de 80, compunha o grupo de empresários que se manifestava a favor da liberalização do regime político. Na FIERGS, somente em 83 Luiz Otávio Vieira assume a presidência com tom de renovação nas posturas de federação.

Citamos alguns exemplos que definem a atuação política dos industriais da FIERGS como sendo subsidiária. Nos capítulos que seguem, avaliamos o caráter dessa atuação no período da Nova República.

PARTE 2 - O PENSAMENTO POLÍTICO

CAPÍTULO 3 - AS POSTURAS POLÍTICAS E POLÍTICO-ECONÔMICAS DOS INDUSTRIAIS GAÚCHOS DIANTE DE QUESTÕES NACIONAIS DURANTE A NOVA REPÚBLICA

- INTRODUÇÃO

O presente capítulo é desenvolvido com o intuito de demonstrar quais são os principais temas políticos e político-econômicos de âmbito nacional que aparecem como alvo das preocupações dos industriais da FIERGS durante a Nova República. Tratamos de avaliar em que medida as posturas evidenciam ou não a fragilidade política que, supomos, corresponde à condição subsidiária da economia industrial gaúcha, e que indica um caráter também subsidiário no que tange à atuação política.

Como já explicitamos, por caráter subsidiário, em nível do pensamento político, entendemos a presença significativa de indicadores de fragilidade política. Portanto, são esses indicadores: (1) a cautela nas críticas às ações governamentais, manifestações que aparecem em tempo posterior às semelhantes adotadas por seu par do centro do país. E, (2) o consentimento, o apoio e a crença nas ações governamentais, revelando mais aceitação do que análise crítica.

Os indicadores de firmeza são: (1) a evidência de movimentação política organizada na defesa de uma tese e (2) a

adoção de mesmas posturas repetidas vezes, sem vacilação, demonstrando, assim, convicção quanto à posição tomada ao longo do tempo. Nesse caso não está em jogo a natureza das posturas, mas sim a manutenção de um mesmo conteúdo em momentos diversos.

Esta etapa do trabalho utiliza como fonte de dados as atas de reuniões semanais de diretoria da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul. Essa fonte principal utilizada foi considerada como o material que maiores informações poderia proporcionar, tendo em vista nossos objetivos e o rastreamento feito sobre outros documentos da Federação. Mesmo assim, tais documentos apresentam posturas genéricas e menos comprometedoras. Isso, não só pelo fato de constituir-se num registro formal das discussões e posturas, mas especialmente porque os seus protagonistas não têm interesse em registro detalhado de seus posicionamentos (1).

(1) Pelo menos em dois momentos pudemos identificar claramente o interesse em que não haja registros detalhados sobre as manifestações dos diversos sujeitos envolvidos. Em 1985, "O Presidente em Exercício da FIERGS José Aury Klein, referindo-se a certas enunciações de natureza política que foram registradas em atas, tais como foram colocadas na reunião pelas Diretorias, alertou para a gravidade desses tipos de registros e propôs que assuntos de natureza política, quando debatidos pelas Diretorias, não constassem de forma explícita na respectiva Ata, tendo em vista a circulação deste documento, o que poderia comprometer as Entidades e suas Diretorias. (...) Debatida essa questão as Diretorias recomendaram que os registros sejam genéricos e omitam detalhes inconvenientes" (Ata 04/85, item 1). E, em 1986: "As Atas das reuniões até agora foram feitas no sentido de reproduzirem, o mais fielmente possível, os debates verificados o que nem sempre foi alcançado e discute-se a validade deste formato; então, propõe-se que as Atas sejam elaboradas como aquelas das empresas, ou seja, contendo as conclusões chegadas e as manifestações individuais desde que seu autor expresse essa vontade de registrá-la" (Ata 27/86).

Na verdade, esses fatos dificultam este trabalho, mas não o inviabilizam. Mesmo depois de ter sido decidido pelos industriais que assuntos de natureza política não constariam em atas, na prática, isso não ocorreu. Senão por outro motivo, pelo simples fato de que toda discussão ocorrida em instâncias dessa natureza envolve, por si só, interesses que são econômicos e também políticos, inevitável, pois, o seu registro quando da elaboração de uma ata.

Por fim, não é demais lembrar que o discurso em si impõe restrições ao conhecimento mesmo da atuação política de qualquer segmento social. Assim, através da análise de conteúdo dos documentos escolhidos, podemos identificar traços do pensamento político desse segmento empresarial, bem como conhecer as principais demandas políticas e econômicas que compõem seu universo de aspirações. Entretanto, segundo a perspectiva que adotamos, somente através da reconstituição histórica de fatos é que podemos entender qual é efetivamente a capacidade de articulação e de barganha política dos industriais gaúchos. Esse trabalho faremos adiante, na terceira parte deste estudo.

Este capítulo está estruturado de acordo com distintos grupos temáticos abordados pelos industriais ao longo do período estudado. Eles são aqui avaliados e classificados como reveladores de fragilidade ou firmeza política empresarial. Para um melhor acompanhamento de nossa explanação, construímos o quadro número 1 onde estão resumidas, não só as posturas adotadas, bem como o caráter dessas. O quadro está organizado

QUADRO 1

O caráter subsidiário ou não das posturas políticas dos industriais da FIERGS diante de temas (fatos e percepções quanto a fatos) nacionais, no período do Governo Sarney, de acordo com diferentes grupos temáticos

CATEGORIA DE ANÁLISE	GRUPOS TEMÁTICOS TEMAS INDICADORES	TROCA DE MINISTROS			PLANOS ECONÔMICOS			CONSTITUINTE			OUTRAS QUESTÕES POLÍTICAS	
		Dornelles/ Funaro	Funaro / Bresser	Bresser / Mailson	Cruzado	Bresser	Verão	Convocação	Participação no Centrão	MpLE*	Percepção de Esquerdização do Governo	Percepção de Fragilidade na Atuação do Pres. Sarney
FRAGILIDADE (define caráter subsidiário)	Cautela (e Atraso) nas Manifestações											X
	Consentimento, Apoio e Crença		X	X	X	X	X					
POSIÇÃO INTERMEDIÁRIA	Demonstração de Desconfiança	X										
FIRMEZA (define caráter não- subsidiário)	Adoção de mesma postura repetidas vezes/ Conservadorismo							X	X		X	
	Mobilização Organizada									X		

* MpLE - Movimento pela Liberdade Empresarial

segundo três grupos de temas considerados os mais importantes no período estudado.

Os grupos são: as trocas de ministros, os pacotes econômicos e a Constituinte. Além disso, sob o título de "outras questões políticas", incluímos questões que não compõem os grupos de temas principais, mas que aparecem ao longo da nossa explanação e contribuem para a constituição da análise aqui proposta.

3.1 - AS TROCAS DE MINISTROS

De acordo com a classificação utilizada aqui, de um modo geral, as posturas adotadas pelos industriais quanto às trocas de ministros devem ser classificadas como reveladoras de fragilidade política. Há que se distinguir, no entanto, o posicionamento adotado quando da substituição de Francisco Dornelles por Adilson Funaro.

Efetivamente, nessa troca, em agosto de 1985, manifesta-se certa inquietação por parte dos empresários da FIERGS. Ocorre que, segundo esses industriais, fica caracterizado o fato de que José Sarney não teria conseguido sustentar a coalizão política articulada por Tancredo Neves. Isso porque, com Funaro no Ministério da Fazenda, estaria ocorrendo uma evolução "...para o lado da área política aparentemente mais popular, ou seja, a do estruturalismo, a qual dá mais suporte popular" (Luiz Octávio Vieira, Ata 33/85, item 5). A percepção de que fica criada uma homogeneidade de pensamento na nova equipe econômica faz com que sejam vistos "...riscos consideráveis, pois, quando todos pensam

da mesma forma, as chances de adoção de decisões errôneas se multiplicam exatamente pela falta de contestação entre os governantes." (Luiz Octávio Vieira, Ata 33/85, item 5).

De fato, a afirmação acima, de que interesses populares possam vir a ter junto ao governo seria negativo aos empresariais, traduz a percepção empresarial de conflito, entre um e outro setor social.

Ora, o fato de que os empresários percebiam que não há essa identidade de interesses não parece constituir-se em novidade. O importante para nós é que a posse do ministro Funaro é vista com certa desconfiança, porque ela caracterizaria a consolidação de uma perspectiva mais popular nas ações governamentais. Com isso, os empresários revelam uma postura de precaução crítica diante do governo.

Relativamente a outras troca de ministros, tanto na posse de Bresser Pereira (1987), como na de Mailson da Nóbrega (1988), foram feitas demonstrações de apoio e de expectativa positiva quanto à futura atuação de cada um deles. No caso de Bresser, o fato de ser um empresário inspirava confiança aos industriais gaúchos. Houve declaração de "esperanças de que (o novo ministro) faça um bom trabalho, em virtude de ser empresário, secretário de estado já pela segunda vez, achando que ele vai repor a confiança no País..." (Alécio Lângaro Ughini, Ata 17/87, item 4).

A posse do ministro Mailson da Nóbrega, por sua vez, também foi vista com satisfação, já que os empresários percebiam grande identidade entre esse ministro "e os anseios da classe empresarial gaúcha (...) principalmente quanto a questões da

liberdade de mercado...” (Luiz Carlos Mandelli, Ata 01/88, item 3). Mandelli também “aprecia o fato de que a ocupação do cargo seja feita por um técnico e não por um político” (Ata 01/88, item 3).

Enfim, quanto aos momentos dessas trocas durante o período Sarney, vê-se que o apoio e a crença dos empresários prevalece sobre a desconfiança e a crítica.

Com efeito, apenas a nomeação de Dilson Funaro (1985) suscitou manifestações de desconfiança da diretoria da FIERGS. Mesmo assim, alguns meses mais tarde, pode-se constatar uma atitude explícita de apoio ao Ministro e à política econômica por ele estabelecida, como veremos.

3.2 - OS PLANOS ECONÔMICOS

Nas avaliações dos industriais da FIERGS sobre os planos econômicos implantados pelos ministros posteriores a Francisco Dornelles, fica evidenciada a posição de consentimento, apoio e crença no conteúdo das medidas de cada um dos planos. Diferentemente dos empresários ligados às federações de indústrias do eixo Rio-São Paulo, os industriais gaúchos apoiaram todos os planos econômicos. Dessa forma, mais uma vez estamos diante da fragilidade na atuação política.

O ano de 1986 foi marcado pela implementação do primeiro plano econômico que visava a diminuir a inflação para um índice zero: o Plano Cruzado.

Na verdade, desde o início dos anos 80, o país viveu um processo de crise e recessão econômica aliada à alta inflacionária. Embora, entre os anos de 1984 e 1985, tenha ocorrido recuperação e expansão da capacidade produtiva, os índices de inflação mantiveram-se altos (2). Para enfrentar os problemas econômicos e, ao mesmo tempo, tentar conquistar a necessária legitimidade política (não conquistada nas urnas) para o exercício de governo, o Presidente José Sarney autorizou, em dado momento, a implantação de medidas não ortodoxas para a economia.

Assim, em fevereiro de 1986, foi lançado o pacote econômico conhecido como Plano Cruzado, com a mudança do nome da moeda oficial em circulação no país, os preços e salários foram congelados, além do que foi prometido um índice de inflação igual a zero a partir daquele momento.

Na FIERGS, podemos constatar que a primeira ata de reunião de diretoria, após a implantação do referido plano econômico, não faz referência ao seu caráter político; apenas registrava preocupações de cunho técnico-operacional. Ou seja, não foram objeto de discussão as razões que levaram o governo a implementar esse e não outro plano, como também não foram discutidas as conseqüências ou implicações políticas que daí pudessem resultar. As principais preocupações evidenciadas diziam

(2) O PIB, em 1981, teve uma variação negativa de -4,4%. Em 82 cresceu 0,7%; em 83 foi novamente negativo com -3,4%. Em 84 e 85 atingiu um crescimento de 5% e 8,3%, respectivamente (Dpto. de Contas IBGE, dez/89). Os índices de inflação atingiram, 109,9% em 1981; 95,4% em 1982; 154,5% em 1983; 220,6% em 1984 e 233,65% em 1985. (Revista Conjuntura Econômica. Vol. 40. Nº 1, FGV, jan/86 e Doc. Depto de índices e Preços, IBGE, fev/90).

respeito a problema setoriais, quanto à relação entre custos e preços (congelados), ou ainda quanto à forma pela qual deveriam ser implementadas algumas medidas (Ata 08/86, item 5).

Aos poucos, a postura política dos industriais gaúchos da FIERGS, diante da questão, vai tomando forma. Assim, de um lado a política governamental recebe claro apoio, como demonstram afirmações como essa: "... o pacote econômico, pelo seu conteúdo, proporciona um crédito à livre iniciativa, que deverá sair fortalecida nesse processo em que passou a ser mais valorizada." (Luiz Octávio Vieira, Ata 9/86, item 8) Por outro lado, os conflitos entre segmentos industriais e entre distintos setores do capital (industrial e comercial, principalmente) tornam-se evidentes. Afirmam então, que "... o Governo Federal, através das medidas decretadas, está induzindo a conflitos o setor empresarial em geral, que encontra dificuldades de negociar entre si, e, além disso está fazendo com que a sociedade se volte contra o setor comercial." (Guido Mário D'Arrigo, ata 9/86, item 8).

No caso da relação com o setor comercial, os industriais entendem que no passado a "... questão da oligopolização dos super-mercados (...) foi favorecida pelo Governo que tinha interesse no uso dessa oligopolização como instrumento de manipulação de índices inflacionários." (Luiz Octávio Vieira, Ata 9/86, item 8) Na realidade, a política de congelamento de preços apenas tornou mais evidente o conflito existente entre os dois setores. A disputa por maiores ganhos, entre as diversas

frações do capital, é um dado estrutural e manifesta-se com maior ou menor intensidade de acordo com fatores conjunturais.

Quanto à disputa com a fração financeira nesta conjuntura, a situação é modificada relativamente à anterior. Até então o grande problema localizava-se nas altas taxas de juros cobrados, havia uma insatisfação dos industriais quanto aos ganhos do setor financeiro. Naquele momento, devido à nova política econômica, a situação mudou, e a rentabilidade daquele setor é considerada pelos industriais suficientemente baixa, a ponto de poder provocar demissão de "entre vinte e trinta por cento dos bancários." (Luiz Octávio Vieira, Ata 13/86, item 5) Com efeito, durante vários meses, o problema dos altos juros bancários, muito abordado no ano anterior, deixaria de ser o centro das preocupações na relação entre os vários setores do capital. Isso porque, segundo os industriais gaúchos, "...o setor de intermediação financeira diminui em função do crescimento que se verificará no setor produtivo." (Luiz Octávio Vieira, Ata 13/86, item 5) Portanto, esses industriais entendiam que o Plano Cruzado trazia benefícios à iniciativa privada e especificamente à indústria, já que com os juros diminuindo, o setor industrial cresceria.

Não é por nada que, em março de 1986, a FIERGS, em conjunto com a Confederação Nacional da Indústria - CNI, lança um comunicado oficial sobre os resultados presenciados a partir da implementação do Decreto-Lei 2284/86 (Plano Cruzado). Segundo esse comunicado: "O Programa de Estabilização Econômica do Governo Brasileiro já está demonstrando sua eficácia, gerando

benefícios para toda a Nação." E, depois de pontuar nove itens com aspectos positivos, o documento termina dizendo que, após "percalços naturais" da fase inicial de implantação do Plano, atualmente há a "compatibilização imprescindível dos interesses econômicos, sob o espírito inarredável da livre iniciativa, da liberdade individual e de um Brasil construído sobre os alicerces da democracia duradoura" (Ata 13/86, item 4). Em outros termos, para os empresários da FIERGS o tipo de política econômica em vigor não só não traz ameaças à livre iniciativa (3), como também fortalece essa e a democracia.

O apoio ao Plano Cruzado só não é irrestrito, porque transparece o entendimento de que o congelamento de preços não resolve problemas fundamentais que afetam o desenvolvimento econômico, como é o caso do "gasto excessivo do setor público". Porém, esse congelamento é visto como uma "medida transitória e um reflexo da necessidade de mudança" (Ata 13/86, item 4).

(3) Outros empresários, como por exemplo, Henry Maksoud, Editor da Revista Visão; Guilherme Afif Domingues, do setor comercial de São Paulo e, no Rio Grande do Sul, César Rogério Valente, Presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, manifestaram-se com veemência contrários à política econômica do Plano Cruzado, sob a alegação de ameaça ao livre mercado e à iniciativa privada.

Em setembro do mesmo ano, quando em reunião de diretorias da FIERGS/CIERGS (4) novamente foi avaliado o Plano Econômico governamental, o qual permanecia em vigência, dentre quinze industriais que se manifestaram, quatorze reafirmaram o seu apoio ao plano. Assim "com base na avaliação favorável, foi decidido que o CIERGS (Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul) deve se manifestar publicamente em apoio ao programa governamental, considerando os movimentos contrários que visam a desestabilizar o País, como greves anunciadas para esta semana. Nesta manifestação, entretanto, precisa ser reafirmada a necessidade de ajustes setoriais no Plano Cruzado objetivando sanear a escassez* de matérias-primas, bem como a eventual ocorrência de ágio" (Luiz Carlos Mandelli, Ata 32/86, item 7). Como podemos ver, a reivindicação por ajustes mantinha-se, mas a política do Plano Cruzado também continuava a ser aplaudida.

(4) A FIERGS e o CIERGS atuam com diretorias separadas, mas numa mesma sede e com reuniões conjuntas. Em julho de 1986, embora Luiz Carlos Mandelli fosse eleito à presidência da FIERGS e do CIERGS, somente pode assumir o cargo no CIERGS. Isso porque houve impugnação de sua posse à FIERGS pela chapa concorrente, liderada por Roberto Brauner Penteado, presidente do Sindicato das Indústrias de Máquinas Agrícolas do Rio Grande do Sul. Contudo, em junho de 1987, um processo judicial resultou favorável à posse de Mandelli. Durante o intervalo de tempo entre a eleição e impugnação e a posse do novo Presidente, Luiz Octávio Vieira teve seu mandato prorrogado formalmente. Porém, quem efetivamente assumiu a direção dos trabalhos nas duas entidades foi Mandelli, como pode ser constatado através da frequência com que aparece o seu nome e o nome do CIERGS no registro em atas. Entre julho de 1986 e junho de 1987, a sigla CIERGS praticamente substituiu a da FIERGS. Vale dizer que a chapa encabeçada por Luiz Carlos Mandelli foi apoiada por Luiz Octávio Vieira.

Outro dado importante relativo ao processo eleitoral é o de que, pela primeira vez em eleições da entidade FIERGS, havia duas chapas concorrendo. Roberto Brauner Penteado estaria encabeçando a chapa representativa da ala mais conservadora do empresariado gaúcho (GROS, 1989).

Com efeito, parece que com o passar dos meses as inquietações começavam a ganhar espaço. Em outubro, foi consenso que "... após os sete meses de edição do Plano Cruzado, alguns itens precisam ser reestudados, pois como a casa sempre defendeu, a medida foi a melhor possível, mas o congelamento não poderá se perpetuar" (Ata 37/86, item 6).

A conjuntura política, ao final de 1986, com eleições para governadores estaduais e deputados constituintes, fez com que o Executivo Federal utilizasse o Plano Cruzado como tática para obtenção de apoio político. Ocorre que o congelamento de preços, aliado a outras medidas do Plano, possibilitou certo aumento do poder de consumo por parte das camadas populares. Embora tal congelamento de preços, após nove meses de vigência, fizesse com que certos setores produtivos retivessem estoques para pressionar e obter aumentos de preços, mesmo assim o governo não cedeu. O Executivo Federal respondeu a essas pressões com importações, a fim de manter o abastecimento dos produtos e os preços congelados. O plano estratégico do governo deu certo. Os setores populares sentiram-se beneficiados e retribuíram através da eleição maciça de governadores ligados ao principal partido governista, o PMDB.

Contudo, no final de 1986, passado o momento eleitoral, o governo liberou preços e muitos problemas voltaram a aparecer. Aos poucos, desenvolveu-se novamente o processo inflacionário, com perda de poder aquisitivo dos salários e alta nas taxas de juros. Nesse período, uma onda de greves tomou conta do País (inclusive com a greve geral de 12.12.86).

A postura dos atores sociais que estudamos frente ao Plano Cruzado opõem-se àquela expectativa de temor inicial quanto à posse do ministro Funaro. Se sua posse foi vista com olhos descrentes e desconfiados, as medidas econômicas implementadas por ele proporcionaram aquecimento na produção industrial, e foram explicitamente apoiadas. Na percepção dos industriais, foram ressaltados os aspectos positivos (aumento da produção industrial, diminuição dos juros bancários, aumento do consumo, etc) e não aqueles que poderiam ser considerados negativos (congelamento de preços, interferência do Estado na economia, adiamento e não-solução de problemas econômicos, etc), evidenciando-se, assim, uma postura de maior consentimento do que crítica.

O ano de 1987 é marcado pela implementação de um novo plano global para a economia: o Plano Bresser. Para avaliar a repercussão desse plano no meio empresarial, é interessante observar que, com o fim do congelamento de preços, devido ao Plano Cruzado, os juros voltavam a subir. Porém, os empresários da FIERGS mantinham seu apoio político.

No início de 1987, avaliando a política econômica em vigência, Luiz Carlos Mandelli, à época futuro presidente da Federação, interpretava que "... o Presidente José Sarney criou um objetivo político neste País e este objetivo político é muito bem explicado no desejo de ter um Brasil com uma melhor distribuição de renda, no desejo de combater a miséria, e no desejo de manutenção do crescimento econômico" e "se hoje estamos com as fábricas trabalhando em plena capacidade, se hoje a

economia se encontra em regime de pleno emprego, é muito bom que se lute para que esta situação seja mantida..." (Ata 3/87). Ele prosseguia, afirmando a necessidade de que houvesse realinhamento de preços e que fosse tratada a questão dos juros bancários, vistos como falhas do Plano Cruzado. Portanto, numa perspectiva que revelava crença, Mandelli entendia que o "Ministro da Fazenda (...) está muito interessado em superar, num prazo curto, esta fase de transição da economia brasileira ..." (Ata 3/87).

Entretanto, os primeiros meses daquele ano revelavam que os problemas de descompasso entre a política governamental para a economia e as demandas empresariais vinham ganhando contorno. Em reunião, um empresário enumerava os três principais problemas que poderiam levar o País à recessão econômica e que, portanto, deveriam ser evitados: "a questão do déficit público, que repercute nos juros; a questão da falta de poupança, que compromete a capacidade de investimentos e a questão do desequilíbrio entre salários e preços, que pode levar à exacerbação do consumo e todas as conseqüências que nós já conhecemos" (Antonio Carlos Bica Smith, Ata 8/87, item 4).

Em maio de 1987 houve mudanças no Ministério da Fazenda, tendo assumido como titular Luiz Carlos Bresser Pereira. Nesse clima de mudança, os industriais gaúchos deixavam transparecer a vontade de que fossem tomadas medidas de alcance mais amplo do que realinhamento de preços e a baixa da taxa de juros. Assim, a nova política econômica deveria consagrar "regras de livre mercado, visando à liberalização da economia e evitando

intervencionismo maior por parte do governo" (Dagoberto Lima Godoy, Ata 17/87, item 4).

A Nova República que, através do Plano Cruzado, havia proporcionado ganhos à fração industrial do capital (segundo os próprios empresários) e, por isso mesmo, teve o apoio dos industriais gaúchos, agora passava a ser objeto de uma análise mais criteriosa por parte desse segmento social. Assim, um empresário afirmava que "... há cerca de três anos, a grande proposta da Nova República era a reconciliação do Estado com a sociedade (...) esta reconciliação passa por maior competência na gestão pública, por austeridade e, certamente, pela redução do déficit público, sendo que esta grande proposta da Nova República (...) não está sendo cumprida, nem ao nível federal nem ao nível de nenhum dos Estados" (Antonio C. B. Smith, Ata 17/87, item 4).

Com efeito, se, no ano do Plano Cruzado, as críticas dos industriais da FIERGS ao tamanho e aos gastos do Estado não apareciam, devido aos ganhos no setor produtivo, em 1987, semelhante ao que ocorreu em 1985, os problemas do déficit público e dos juros altos voltavam à tona.

Entretanto, o advento do Plano Bresser, em junho de 1987, fez com que os empresários da FIERGS interpretassem-no da seguinte forma: "... o Governo dá uma resposta às reivindicações da Nação. De um modo geral, (...) o sentimento reinante no empresariado brasileiro é de que o Plano Bresser teria que existir mesmo, e que em termos comparativos, é o mesmo bem melhor do que o Plano Cruzado I, principalmente por ser mais flexível,

ter um congelamento limitado a 90 dias, e pelas medidas que acompanham o Plano." (Luiz Carlos Mandelli, Ata 22/87, item 5)

É importante salientar que, depois do apoio ao Plano Cruzado, e com a volta dos problemas econômicos existentes anteriormente, os industriais da FIERGS manifestaram-se dispostos a apoiar o novo plano para economia, entendendo até que esse fosse melhor do que aquele. Isso significa que, mesmo existindo preocupações em nível econômico com a retomada inflacionária, com os juros, com o déficit público, etc, os empresários analisados mantinham-se firmes no seu apoio e numa expectativa positiva quanto às políticas governamentais do período José Sarney.

Porém, sem tardar, ao final do ano em que foi implantado, o Plano Bresser já não mais alimentava essas expectativas e o ministro responsável foi substituído por Maílson da Nóbrega. Como já vimos, este último foi considerado pelos empresários da FIERGS como detentor de grande identidade com interesses empresariais.

Em 1988 e 1989 os temas da política econômica continuam a dominar o cenário das preocupações empresariais. Nesse último ano, mais uma vez, esses mesmos empresários demonstraram apoiar ou, pelo menos, depositar crença nas medidas governamentais.

Convidado para uma reunião em Brasília, a qual discutiria um novo plano econômico, Mandelli, que representou a FIERGS, "... fez alusão a que a administração deste pacote será mais eficiente quanto maior for o apoio manifestado, levando-se em consideração a competência e a sensibilidade do Ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega e do Ministro do Planejamento, João Baptista de Abreu, na condução do processo" (Ata 03/89, item 5).

Na análise da Federação sobre as implicações do terceiro plano, o Plano Verão, que envolvia tentativa de diminuição do déficit público, redução do número de ministérios, congelamento de preços e salários, entre outras coisas, fica ressaltada a necessidade de real contenção do déficit público (Ata 03/89, item 5). Aliás, saneamento das finanças públicas é um tema, sem dúvida, relevante para esses empresários no que tange ao Estado durante todo o período da Nova República. A demanda pela diminuição do déficit público só não aparece no período do Plano Cruzado, como já mencionamos.

Apesar da existência de reclamos quanto aos preços congelados e aos juros considerados altos por parte dos industriais da FIERGS, ainda assim, Luiz Roberto Andrade Ponte, industrial gaúcho que compunha o partido governista, entende que, em 1989, "... pela primeira vez o Governo toma medidas sérias para neutralizar o déficit público ..." (Ata 5/89, item 7). Nessa data, Ponte, que fora eleito como deputado federal pelo PMDB, já era líder da bancada do governo na Câmara Federal. Mais tarde, no final do ano, seria nomeado Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

De fato, o Plano Verão diminuiu a taxa de inflação, que em janeiro de 1989 havia sido de 70,28%, para 3,6% em fevereiro desse ano. Como das outras vezes, no entanto, os problemas da economia brasileira não seriam resolvidos com o novo plano econômico, mas novamente foram adiados. Um mês depois do lançamento do Plano Verão, os industriais da FIERGS já discutiam a necessidade de redução de juros, uma vez que há

"incompatibilidade entre juros altos, congelamento e tabelamento no referido Plano" (Ata 07/89, item 7). Mas, mesmo depois da indexação de preços com nova lista em maio de 1989, os setores da agroindústria e indústria alimentícia registravam seu descontentamento com as taxas de juros em vigor. A verdade é que lenta e gradualmente o índice inflacionário crescia, terminando o ano com 53,55% em dezembro. O período final do governo Sarney, bem como as várias experiências mal sucedidas de recuperação da economia não o autorizavam a uma nova tentativa. Por isso, ao final de 1989, e até março de 1990, a expectativa quanto a uma nova política econômica ficaria por conta do governo que seria eleito.

De qualquer forma, o que importa neste estudo é ver que repetidas vezes os empresários da FIERGS demonstraram otimismo em relação às atitudes do executivo. É bem verdade que durante os vários anos, com exceção clara de 1986, os industriais defenderam a diminuição do déficit público, a austeridade nos gastos do governo e também o fortalecimento da liberdade de mercado. Contudo, a atitude que prevalece, quando surge uma questão prática diante da qual é necessário emitir uma avaliação, é, antes de mais nada, de apoio ao executivo, de expectativa positiva. Mesmo que isso contradiga outros preceitos nos quais eles também acreditavam, como é o caso da liberdade de mercado.

É interessante ver que no caso dos planos econômicos implementados durante a Nova República, segundo Diniz (1989), o empresariado do centro do país, através da FIESP e FIRJAN, apoiou o Plano Cruzado. Contudo,

"no que diz respeito às tentativas de correção introduzidas no final de 1986, conhecidas como Plano Cruzado II, o empresariado revelou-se unanimemente contrário. Daí em diante as sucessivas tentativas do governo no sentido de manter alguns controles sobre a estrutura de preços ou aumentar a sua capacidade de arrecadação fiscal esbarraram em resistências, chegando à proposta de desobediência civil por parte da principal entidade de cúpula do empresariado paulista, a FIESP". (DINIZ, 1989, p. 32)

Assim, no caso de propostas de aumento na arrecadação fiscal, a reação dos gaúchos foi bastante semelhante àquela dos empresários do centro do país: contrariedade. Por outro lado, no que tange ao controle de preços, parte de cada um dos planos econômicos implementados, há uma nítida distinção. Não que os empresários gaúchos fossem simplesmente a favor desse controle, mas o consideravam necessário para resolver problemas econômicos. Porém, industriais da FIESP, através de Mário Amato, pregavam a desobediência civil.

Com efeito, um fato importante, para avaliar a atuação política empresarial, é perceber que, mesmo fazendo críticas ao tamanho do Estado e ao déficit público e admitindo a não-resolução dessas questões por parte do executivo, apenas no quarto ano de mandato de José Sarney foi que se admitiu claramente a fragilidade política do governo. A figura do presidente, até então, não havia sido atingida diretamente. Logo no início do mandato de Sarney, os empresários demonstraram frustração na ausência de Tancredo Neves, mas as críticas diretas só ocorrem em 1988.

Naquele ano, ficou claro que, na percepção empresarial, os problemas não são apenas econômicos, mas também morais: corrupção, sonegação fiscal, violência, etc. Contudo, a resolução dessas questões torna-se difícil devido à falta de autoridade por parte do presidente Sarney (Ata 04/88, item 9). Assim, se até então os principais problemas nacionais eram apontados sem atingir diretamente a figura presidencial, naquele momento, tal avaliação revelou certa descrença, o que é novidade. Isso ocorre apenas no quarto ano de mandato, e sob a nomeação do quarto ministro para a área econômica, o que se revelou como uma postura frágil, porque nascida com atraso.

Embora não tenhamos o dado específico quanto à postura dos industriais da FIESP nessa questão, acreditamos que isso ocorreu muito mais cedo relativamente à FIERGS. Desde os ajustes do Plano Cruzado, os industriais do centro do país adotaram postura muito mais crítica do que os gaúchos, o que os levou a um nítido enfrentamento com o governo, como demonstra a tese da "desobediência civil", por eles defendida.

3.3 - A CONSTITUINTE

A atuação dos industriais gaúchos junto à Constituinte evidencia de certa forma um caráter distinto daquele até aqui apresentado. Nesse caso, ficam mais evidentes os indicadores de firmeza. O tema da Constituinte é abordado aqui sob três aspectos: a sua convocação, o chamado Movimento pela Liberdade Empresarial e a participação no auto-denominado Centrão.

Nos casos da convocação da Assembléia Constituinte e da participação no Centrão, o posicionamento empresarial revelou-se firme, porque vinculado a uma mesma postura, mantida em vários momentos e sob várias questões, demonstrando convicção quanto ao conteúdo de seu pensamento. Embora qualificamos as posturas, nesses casos, como sendo conservadoras, o importante aqui é menos a qualificação em si e mais a sua identificação repetidas vezes, o que demonstra certeza ou segurança quanto aquilo de que é defendido.

Exemplo disso encontra-se com clareza no início do ano de 85, antes mesmo de posicionarem-se sobre a convocação da Assembléia Constituinte, quando se revelou o temor dos industriais quanto à possibilidade de esquerdização do governo. Assim, "... Luiz Octávio Vieira argumentou que o nosso grande compromisso é ajudar este País no atual período democrático, para não cairmos no populismo, e depois do populismo, a história mostra que se sucede o autoritarismo. Então, é preciso ajudar o Governo a manter a democracia" (Ata 2/85, item 6).

Embora possa parecer, conforme a colocação acima, que o autoritarismo seja o mal a ser evitado, na verdade, se observarmos outras afirmações feitas nessa mesma reunião, veremos que é o populismo o causador desse grande temor. Por exemplo, a afirmação de que "... é preciso estar atento para não voltarmos à realidade de as Forças Armadas terem que assumir o poder ..." (Carlos Goidanch, Ata 2/85, item 6) revela o entendimento de que há situações em que os militares sentem-se obrigados a tomar o poder. Ora, essa afirmação demonstra a idéia de que, quando

determinados interesses (dos industriais) sentem-se ausentes ou mal representados, então é legítima a intervenção militar (5).

Um segundo exemplo do conservadorismo político e da preocupação maior com os interesses imediatos do setor industrial do capital, evidencia-se em maio de 1985, quando o presidente da Federação, Luiz Octávio Vieira, "... disse que a Constituinte não é uma prioridade do empresariado nacional que está muito mais preocupado com a retomada do crescimento econômico, a queda das taxas de juros, a possibilidade de novos mecanismos de investimentos, a superação das injustiças sociais e os problemas na área trabalhista" (Ata 14/85, item 6). Essa afirmação acima implica o entendimento de que tais questões podem ser resolvidas deixando de lado a sua institucionalização. Entretanto, muitos segmentos da sociedade, que reclamavam por justiça social, tiveram na convocação da Assembléia Constituinte uma de suas principais aspirações e arma de luta.

Mesmo assim, na mesma reunião, manifestam-se a favor da formação de uma Assembléia Constituinte pelo menos cinco empresários (José Aury Klein, Henry Victor Saatkamp, Dagoberto Lima Godoy, Alécio Lângaro Ughini e Élio Eulálio Grisa) entendendo que esta seja "uma forma de reorganizar o País política, econômica e socialmente" (Ata 14/85, item 6). Por fim, os empresários identificam uma tendência cada vez mais acentuada de esquerdização no País, "... fragilidade (...) está

(5) Não há o que estranhar nesse tipo de postura, pois como já vimos (capítulo 2) a FIERGS apoiou o golpe de 64 e praticamente todos os governos militares. A FIERGS também tardou a engajar-se nas manifestações pela liberalização do regime político que, em 1978, começavam a ser objeto de ação dos empresários do centro do país.

caracterizando a figura do Presidente da República em Exercício, situação que não pode passar despercebida pelos empresários, sob pena de se permitir a implantação, pelos centros de esquerda, de uma ditadura popular" (Ata 14/85, item 6) (6). Essa avaliação da conjuntura política uniu os empresários, apesar da postura inicialmente contrária, pela necessidade de convocação de uma Assembléia que elabore uma nova Constituição para o País.

De qualquer forma, fruto de um acordo político entre as forças que detinham o poder estatal e sob a pressão de setores sociais deles excluídos, em 1986, foram eleitos os parlamentares que formaram a Assembléia Constituinte.

Sobre essa vale dizer que, preocupados com sua configuração, "mas sem organizações de base e partidos políticos confiáveis e com poucos políticos profissionais comprovadamente leais o empresariado se viu obrigado a apoiar candidatos cuja plataforma eleitoral era basicamente a defesa da livre iniciativa" (DREIFUSS, 1989, p. 64). Ao mesmo tempo, o empresariado procurou lançar candidatos próprios ao Congresso, já que o momento de re-discussão do papel do Estado e da sociedade tornava indispensável essa participação.

Na FIERGS, a candidatura e eleição do industrial do setor da construção civil, Luiz Roberto Andrade Ponte, parece ter significado uma vitória menos pessoal ou do partido pelo qual se

(6) Cabe salientar que a idéia de fragilidade do Presidente Sarney não vem associada, nesse caso, à idéia de erros ou incapacidade em sua atuação. Isso só ocorre no quarto ano de mandato. Nesse momento, a avaliação dos industriais revela muito mais a frustração pela ausência de Tancredo Neves, presidente eleito por um Colégio Eleitoral, representando um pacto social e que, tendo em vista seu falecimento, foi substituído pelo vice-presidente, José Sarney.

candidatara. Na verdade, na Federação havia a posição de que um de seus membros deveria representar "a classe empresarial como sua missão no Congresso" (Ata 25/85, item 8). A referida candidatura tem claro ideal corporativista, como fica demonstrado em observações como essa: "... é chegado o momento de realmente os industriais se mobilizarem em torno da indicação de um nome para ser eleito como representante de primeira linha da classe empresarial" (Juan Pio Germano, Ata 25/85, item 8). E, ponderando, houve quem "aduziu que é importante refletir sobre as chances de um representante exclusivo do empresariado na Constituinte, pois este seria eleito apenas com os votos dos empresários" (Luiz Octavio Vieira, Ata 25/85, item 8). Contudo, logo a seguir "ressaltou que muitos Parlamentares na Câmara e no Senado sentem-se constrangidos de se apresentarem como defensores do empresariado, razão pela qual essa classe sempre se viu compelida a aceitar as regras a que o Governo Federal a submete" (idem). Luiz Roberto Andrade Ponte, se eleito, portanto, seria (e foi) um representante empresarial sem qualquer constrangimento.

Aliás, a atuação de Ponte na Constituinte foi marcada pela identidade e mobilização junto ao grupo de parlamentares autodenominado "Centrão". Isso fez com que o representante industrial, saído da FIERGS, não deixasse dúvidas de que realmente representava o conservadorismo político.

Dreifuss (1989) explica que

"os conserviológicos estavam aglutinados num agrupamento denominado, significativamente, de 'centrão', que pela exorbitância populista do nome, transmitia a falta de substância

programática e de coerência estratégica. Mais: enfatizava a forma e uso tático, como rolo compressor ou aríete - um mecanismo de demolição, não de construção e, nesse sentido, passageiro, temporal e pontual -, deixando clara uma outra questão fundamental: no processo político brasileiro, jamais houve centro, enquanto postura básica e programática, embora o termo campeie no marketing ideológico." (DREIFUSS, 1989, p. 113)

De qualquer forma, o importante é ver que com sua participação no Centrão, o empresariado da FIERGS adota na prática o conservadorismo político, uma postura já antes manifestada. Isso ficou evidente no caso do temor de esquerdização do governo e na identificação da conseqüente necessidade de uma intervenção militar, bem como na postura inicial pela não-convocação da Assembléia Constituinte. Com a participação no Centrão, mais uma vez os industriais da FIERGS manifestam um mesmo tipo de posicionamento, o que revela firmeza quanto àquilo que defendem.

No Movimento pela Liberdade Empresarial, uma campanha política que visou a influenciar as decisões da Assembléia Constituinte, principalmente sobre o capítulo da Ordem Social, os industriais da FIERGS revelaram significativa capacidade de mobilização, isto é, foram firmes na defesa de seus interesses como mostram os fatos. Em nome da defesa da iniciativa privada, o CIERGS e, especialmente, Luiz Carlos Mandelli (7) atuaram de forma destacada.

(7) Ver nota 5. Seu conteúdo nos permite entender porque o CIERGS e não a FIERGS atuou de forma destacada nesse período.

Com efeito, no dia 23 de junho reuniram-se, na sede do sistema CIERGS/FIERGS, cento e cinco entidades empresariais gaúchas que objetivavam organizar-se para "... mostrar, claramente, a união do empresariado e sua determinação em não aceitar pacificamente o estabelecimento, na Constituinte, de normas que ameacem a livre iniciativa" (Ata 23/87, item 6). Iniciava-se então, uma mobilização que seria conhecida como "Movimento pela Liberdade Empresarial" tinha como escopo, antes de mais nada, a derrubada pelos parlamentares constituintes dos itens aprovados pela Comissão de Sistematização, os quais estabeleciam estabilidade no emprego aos trabalhadores, regime de 40 horas semanais de trabalho, direito irrestrito de greve e limitações ao trabalho noturno.

Naquele dia, assinando um "Manifesto pela Liberdade Empresarial" a FEDERASUL, FARSUL (Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul), FIERGS/CIERGS, Associação dos Jovens Empresários, entre as 105 entidades representadas, registravam que entendiam "o sistema da livre iniciativa como o único capaz de promover o desenvolvimento harmônico do Brasil. A ação do Estado, por sua vez, deve ser limitada a sua função original de indutor dos avanços da empresa privada". Por isso, tais empresários "repelem as propostas de dispositivos compulsórios que interfiram na estabilidade da empresa privada por meio de restrições autoritárias (...). É preciso dizer "não" com veemência às sugestões retrógradas de estabilidade, jornada de trabalho de 40 horas, direito irrestrito de greve, entre outros" (Ata 23/87, item 6).

Foi definido, então, um encontro para o dia 7 de julho, o qual marcaria o início de um processo de coleta de assinaturas para o envio de emenda popular, defendendo as teses mencionadas, junto à Assembléia Nacional Constituinte. O encontro, no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio, contou com a presença de 5.000 (cinco mil) empresários, o que surpreendeu a muitos deles. Por sua vez, a emenda à Constituinte conseguiu reunir 34.000 assinaturas (quatro mil além do esperado).

Conforme Denise Gros, "o texto aprovado para o item sobre as garantias de emprego (na constituinte) é o mesmo proposto pela emenda dos empresários gaúchos" (Gros, 1989, p. 142). Inclusive a idéia do pagamento de uma indenização progressiva ao trabalhador, em caso de demissão, aprovada na Constituinte, era colocada como alternativa à estabilidade na proposta do empresariado gaúcho, que se mobilizava (Ata 23/87, item 6).

Certamente a mobilização empresarial contra a estabilidade no emprego não se restringiu à região gaúcha. Outros empresários e entidades em nível nacional possuíam o mesmo interesse. Contudo, esse movimento em forma de campanha "curiosamente começaria pelo sul do país, na maior manifestação da história do empresariado gaúcho ..." (DREIFUSS, 1989, p. 187).

De fato, o "Movimento pela Liberdade Empresarial" caracterizou uma vitória dos empresários gaúchos e especificamente de uma fração industrial (aquela ligada à FIERGS) que, historicamente, teve sua atuação política marcada pela cautela e consentimento, como vimos no capítulo anterior. Nas palavras de um de seus protagonistas, "... o empresariado do

Estado (RS) está de parabéns, pelo fato de ter crescido enormemente a sua participação política que, há alguns anos atrás era praticamente nula" (Mário Lourenço Polessio, Ata 30/87, item 7).

Para avaliarmos essa atuação, devemos compreender tanto o momento político vivido pela sociedade brasileira, como a situação dos empresários nesse contexto. De fato, a questão política de maior peso naquela conjuntura era a elaboração da nova Constituição, considerando-se o significado que possui o estabelecimento de novas (ou manutenção de velhas) regras do jogo político, no seu sentido mais amplo. Nesse contexto, os mais variados setores sociais mobilizaram-se na defesa de suas propostas.

Especificamente quanto à atuação empresarial, René Dreifuss (1989) entende que a fase de elaboração da nova Constituição, bem como o processo de transição democrático, evidenciaram importantes questões. Primeiro, o fato de que os deputados constituintes, em sua maioria, formavam um grupo "conserviológico", conforme já mencionamos. Ou seja, além de conservador, também fisiológico. Assim, havendo a necessidade da manutenção do "status quo" e sendo os políticos, pelo fisiologismo, pouco confiáveis, tornou-se necessário um envolvimento mais aberto dos empresários com a instância decisória (no caso, o Legislativo) do que em período anterior.

Um segundo determinante dessa atuação empresarial deriva daquilo que Dreifuss (1989) define como inadequação de associações, federações e confederações à luta política que se

pronunciava, devido, tanto ao momento constituinte, quanto ao processo de democratização política em curso. Por isso, segundo Dreifuss, os atores sociais em questão tiveram que buscar novos meios para exercer essa luta, ou seja, através de "pivôs político/ideológicos" (DREIFUSS, 1989, p. 45). Isso significou, por exemplo, a redução de sindicatos e federações à função de "lobby" e organização de campanhas. Outros meios foram as frentes móveis de ação política entre as áreas sindical, militar e partidária, por exemplo, e comandos unificados. Este é o caso da União Brasileira de Empresários.

Conforme as observações feitas por Dreifuss, podemos dizer que, sem dúvida, a conjuntura política constituinte foi um fator determinante da mobilização dos empresários gaúchos. Havia, na época, questões específicas que ameaçavam, segundo esses, a existência da empresa privada, quais sejam, a aprovação da estabilidade de emprego e a diminuição da jornada de trabalho.

Segundo Brunhoff (1985), a insegurança do emprego, uma das características da utilização capitalista da força do trabalho, constitui-se numa condição para a geração da disciplina do trabalho. A insegurança e a disciplina são indispensáveis no processo de produção capitalista. A ameaça constante do desemprego gera a disciplina do trabalho, mesmo sob a condição de baixa remuneração. Nesse sentido, os empresários, que viam na estabilidade uma ameaça à iniciativa privada, não estavam fazendo mais do que defender, na prática, necessidades básicas do processo de produção capitalista e sua própria sobrevivência. Isso é mais um indício de firmeza política.

É importante salientar que essa forma de atuação não restrita a contatos individuais, ou de entidades com políticos, mas, sim, mobilizando amplos setores ligados ao capital e também ao trabalho (em São Paulo, por exemplo, o Presidente da Central Geral dos Trabalhadores, Luiz Antonio Medeiros, foi contrário à aprovação da estabilidade no emprego) DREIFFFUS (1989) demonstrou que houve mudanças nos meios de pressão utilizados pelos empresários relativamente ao período autoritário. O processo de democratização alterou o tipo de atuação política. De fato, não podemos deixar de reconhecer a existência de um processo de democratização nas formas de participação dos vários setores sociais junto ao Estado. Contudo, isso está longe de significar o abandono de velhas formas de relacionamento.

Ao mesmo tempo em que, desde o início dos anos 80, há um fortalecimento da organização empresarial e, mais recentemente, participação direta de representantes desse segmento concorrendo a cargos eletivos, não ocorreu uma ruptura com o padrão organizativo anterior. Conforme Diniz, ocorre, isto sim, uma revitalização das estruturas já existentes, como é o caso da atuação das federações e da busca de negociações diretas com a burocracia estatal, "através de demandas pela institucionalização de arenas neocorporativas" - criação de conselhos e órgãos de regulação sobre política econômica e industrial (DINIZ, 1988).

Enfim, é importante frisar que, mesmo que se possa avaliar a atuação dos empresários gaúchos junto à Constituinte como resultado de uma conjuntura política própria, isso não diminuiu a importância da sua capacidade de mobilização naquele episódio. A

mobilização foi significativa e aglutinou segmentos empresariais originários de vários setores e frações do capital. Caracterizou-se por uma campanha com objetivos específicos e tempo limitado, evidenciando força quanto à capacidade de mobilização dos industriais da FIERGS.

- CONCLUSÃO

Tendo em vista o objetivo deste capítulo, qual seja, a identificação do caráter subsidiário ou não do pensamento político dos industriais da FIERGS diante de temas nacionais, fazemos algumas considerações.

Assim, vemos que o caráter subsidiário ou de fragilidade política, de acordo com nossa classificação, sobrepõe-se àquilo que classificamos como indícios de firmeza política. De um lado, identificamos mobilização e atitudes firmes junto ao Legislativo Federal no caso da elaboração da nova Constituição para o país. O chamado Movimento pela Liberdade Empresarial é exemplo disso. Classificamos como firmes também as manifestações de posturas políticas conservadoras ao longo do período estudado. Essas posturas são consideradas firmes, não pelo conservadorismo em si, mas sim pela adoção de postura sem vacilação e pela sua continuidade ao longo do tempo.

Esse tipo de posicionamento aparece diante da percepção de esquerdização do governo, no caso da convocação da Assembléia Constituinte e também por ocasião da participação no grupo auto-denominado Centrão.

Por outro lado, as manifestações de fragilidade, mais significativas que as anteriores, aparecem em vários momentos importantes da vida política e econômica do país durante o governo Sarney. É curioso ver que tais situações acontecem diante do executivo no caso das trocas de ministros e da implementação de planos econômicos, ocorrências comuns no período. O consentimento, as expectativas positivas e, em última análise, o apoio ao governo sempre ficaram claros a cada novo plano econômico ou a cada novo ministro, exceção apenas do caso Funaro, o qual, no entanto, obteve grande apoio com o Plano Cruzado. Contrapondo-se a isso, sabemos que a FIESP - representante dos industriais de São Paulo - apoiou o Plano Cruzado, mas opôs-se a todos os outros planos, bem como promoveu um enfrentamento direto com o governo José Sarney, pregando a desobediência civil (DINIZ, 1989, p. 32). Isso, no ano de 1986. Quanto à FIERGS, apenas em 1988 faz críticas à figura presidencial, identificando falta de autoridade em suas ações.

Raciocinando nos termos utilizados por Bourdieu (1987), como vimos no capítulo anterior, podemos afirmar que existe uma homologia de posição nos campos econômico e político, entre as posições ocupadas pelos industriais do centro do país e os gaúchos no cenário nacional. Os empresários do centro do país são hegemônicos economicamente, e os gaúchos são subsidiários. No campo político, as posições parecem repetir-se.

No próximo capítulo, vamos ver de que maneira pode ser classificada a atuação política dos industriais gaúchos no interior

da estrutura regional, isto é, naquela estrutura onde ocupam uma posição hegemônica em termos econômicos.

CAPÍTULO 4 - OS POSICIONAMENTOS DIANTE DE QUESTÕES POLÍTICAS DE ÂMBITO ESTADUAL

- INTRODUÇÃO

Este capítulo dá continuidade a análise do pensamento político dos industriais gaúchos com base no conteúdo das atas de reunião de diretoria da FIERGS. Trabalhamos aqui os temas e as posturas no âmbito estadual.

O objetivo é de demonstrar que, em se tratando de questões regionais, prevalece uma atuação política distinta daquela verificada até aqui. Em vez de passividade, há posicionamentos ativos, ou de negação criticando, ou de afirmação, articulando ações conjuntas.

Essa situação ocorre por dois motivos: primeiro, pela natureza da relação entre empresários e governo ou temas estaduais, segundo, em âmbito regional esses empresários realmente ocupam uma posição de significativo poder econômico e político.

De um modo geral, a relação entre segmentos sócio-econômicos e governos estaduais ocorre com muito mais proximidade física e, portanto, com maior possibilidade de iniciativas e críticas de ambas as partes. O segundo motivo, deve-se à posição que esses atores ocupam nas relações de poder nesse âmbito, bem como ao

significado que tais questões adquirem, já que se relacionam diretamente a seus investimentos. Ora, se, em termos nacionais, esses empresários ocupam uma posição subsidiária, no Rio Grande do Sul são ao contrário hegemônicos. Isso não significa que sua vontade esteja sempre sendo efetivada pelo governo estadual, mas sim que sua capacidade de influência e de crítica, bem como a repercussão dessa crítica, não são pequenas.

Considerando as especificidades mencionadas, neste capítulo trataremos dos temas de interesse regional. Procuraremos mostrar a qualidade mais ativa e menos frágil em relação aos posicionamentos nacionais, conforme vimos no capítulo anterior. Assim, aparecem dois tipos de questões. Uma, sobre a relação entre os empresários e o governo estadual, mais especialmente o executivo e a segunda, que diz respeito às iniciativas dos próprios industriais, apontando soluções de problemas regionais.

4.1 - A RELAÇÃO COM O EXECUTIVO ESTADUAL

Os anos de 1985 e 1986 marcaram um tipo de relacionamento dos representantes do setor industrial com o governo estadual distinto daquele que marcaria os três anos posteriores. Acontece que, em 1987, depois das eleições para governadores em todo o país, no Rio Grande do Sul uma nova equipe de governo assumiu, provocando fatos novos.

Os dois primeiros anos de Nova República, com o governo de Jair Soares no Rio Grande do Sul, foram marcados por um visível

desgaste na relação entre empresariado da FIERGS e o governo estadual.

Em reunião de diretorias da FIERGS/CIERGS, em janeiro de 85, um assessor econômico, referindo-se à situação do executivo estadual, conforme está documentado, disse "...que o estado não estaria arrecadando o suficiente para pagar o serviço da dívida pública. Disse estar perplexo ante a facilidade com que o governo do estadual contrai novas dívidas, admite pessoal, avolumando, cada vez mais, os problemas de endividamento. Enfatizou a importância de os empresários terem presente essa problemática, devido aos reflexos negativos que recairão sobre as empresas do Estado, decorrentes de soluções que deverão ser encontradas para o saneamento dessa dívida" (Adroaldo Gonçalves da Rosa, Ata 3/85, item 10).

A preocupação exposta, segundo os empresários, ganha respaldo dos fatos já que, em maio de 1985, vem a público uma denúncia sobre a "grave situação financeira" vivida pela CEEE e "...os riscos eminentes de uma falta generalizada de energia para as indústrias de modo particular, e para o Estado de modo geral, sendo esperado, para evitar-se este problema, como única solução, uma intervenção federal nessa estatal" (Ata 15/85, item 8).

De fato, a questão da falta de investimentos em infraestrutura para o desenvolvimento industrial no Rio Grande do Sul se constituía num sério problema para esse empresários. O racionamento de energia elétrica, em 1986, e a ausência de garantias quanto à possibilidade de suprimento da demanda fizeram

com que o tema aparecesse freqüentemente nas pautas de reuniões de diretoria.

As principais discussões em torno do tema compuseram-se de dois tipos diferentes de questões. Um, atribuindo a causa do problema ao comprometimento das finanças estaduais com salários de funcionários da instituição - CEEE - e também com pagamento de servidores públicos do estado (Ata 31/86, item 6; Ata 18/86, item 5; Ata 13/86, item 5). O segundo tipo de questão, que envolvia a crise de energia elétrica no Rio Grande do Sul, referia-se à demanda por uma solução que envolvesse o governo federal. Isso através da isenção de tarifas pela Eletrobrás às empresas que passarem a instalar geradores próprios (Ata 6/86, item 2) ou através da transferência da empresa estadual de energia elétrica para responsabilidade do governo federal (Ata 15/85, item 8).

As avaliações expressas pelos empresários revelavam o desânimo dos industriais, não apenas quanto à situação infra-estrutural do Rio Grande do Sul no que tange à produção industrial, mas principalmente traduzia o tom de crítica com relação ao governo à época. Na realidade, existia o entendimento de que o governo de Jair Soares não investia naqueles setores considerados básicos para o desenvolvimento industrial, privilegiando gastos com funcionários.

Bastante diferente é a situação que se configurava a partir de 1987, com a posse dos novos governadores eleitos em todo o país. Nesse sentido, antes mesmo da posse, num primeiro encontro entre os empresários da FIERGS e o governador eleito Pedro Simon, em 6 de janeiro de 1987, Luiz Carlos Mandelli, como

Presidente do CIERGS, afirmava "... que o empresariado espera que o futuro governo estadual crie condições necessárias à alteração do perfil do parque industrial gaúcho, através da implementação de uma política desenvolvimentista que contemple prioridades firmes. Entre estas, citou a implantação de uma linha de montagem de veículos e fabricação de sua partes essenciais, a consolidação do Pólo Petroquímico, do pólo de informática e o apoio fundamental à importante agroindústria rio-grandense". Para isso "será imprescindível e urgente equacionar a questão do suprimento energético, através do aproveitamento de reservas carboníferas dos investimentos em geração hídrica e do empenho para a implantação do gasoduto entre a Argentina e o Brasil" (Ata 01/87).

Na referida reunião, ficou claro o propósito do novo governo de lutar pela ampliação do Pólo Petroquímico de Triunfo. Na prática, isso realmente ocorreu como veremos na parte específica deste estudo sobre o assunto, a terceira parte, capítulo 7. Especialmente o ano de 87, foi marcado pela movimentação e luta política, que uniu empresariado e governo estadual, além de outros atores, para ampliação daquele Pólo.

De qualquer maneira, para colocar em prática um trabalho comum (governo e empresários), que viesse a atender as reivindicações dos industriais, formaram-se, em seguida, grupos de trabalho para atuação em várias áreas. Tais grupos reuniam empresários e assessores do governo eleito, com o objetivo de viabilizar uma "... cooperação de FIERGS/CIERGS com o futuro governo" (Ata 05/87, item 5). Entre outros, foram formados grupos

para tratar da questão da ampliação da indústria petroquímica, viabilização do gasoduto e incentivo à agroindústria.

A cooperação esperada em realidade ocorreu. Em 1987, os empresários não se manifestaram com o mesmo ímpeto que nos anos anteriores quanto ao problema de falta de infra-estrutura. Questões de grande porte como essa não são resolvidas imediatamente, por isso parece ter havido uma trégua diante das críticas ao governo estadual em 87. Por outro lado, com isso, manifestou-se certa expectativa de que realmente estabelecer-se-ia uma política desenvolvimentista, a depender do governo do Rio Grande do Sul.

Pode-se afirmar que, durante os dois últimos anos do governo Jair Soares, ficava evidente um clima de insatisfação e descrença quanto à possibilidade de haver investimentos em setores básicos. No primeiro ano do governo Pedro Simon, ao contrário, identificamos uma vontade de cooperação entre industriais e governo e, nesse sentido, foram criados grupos de trabalho conjunto em várias áreas. Ao mesmo tempo, podemos dizer, revelava-se certa crença dos industriais quanto às iniciativas e a capacidade de realizações por parte da nova administração estadual. Assim, evidenciou-se uma postura de apoio ao governo (PMDBista) de Pedro Simon, e à expectativa do estabelecimento de políticas desenvolvimentistas. Além disso, não apareceram reivindicações sistemáticas e insistentes sobre o tema, num gesto que reforçaria a idéia de credibilidade do novo governo. Entretanto, com o decorrer do tempo, sem denunciar grande desgaste do governo estadual, mas evidenciando certa percepção de

necessidade de maior mobilização política, os empresários voltam a reivindicar investimentos básicos para o crescimento do setor produtivo industrial.

4.2 - AS INICIATIVAS PRÓPRIAS

Neste ponto, ressaltamos algumas iniciativas adotadas pelos industriais gaúchos diante de situações consideradas problemáticas, como é o caso da relação entre governo estadual e federal, bem como a questão dos gastos públicos estaduais.

Quanto ao relacionamento entre governo estadual e federal caracterizava-se nitidamente, em 1988, o problema definido pelos industriais gaúchos como "falta de entrosamento". Nesse ponto é necessário lembrarmos que historicamente, no Brasil, governos estaduais que mostrassem maior cumplicidade ou fidelidade com relação ao governo federal contariam, então, com retribuição através de destinação de recursos consideráveis. O favorecimento de uma ou outra região sempre esteve diretamente relacionado com a afinidade política entre elites nacionais e regionais do que com necessidades objetivas dessas regiões. Sendo assim, o apoio de grande número de industriais ao candidato do PMDB, Pedro Simon, nas eleições estaduais, com certeza, também fundamentava-se nessa experiência. Como candidato do maior partido governista, o PMDB (1) haveria de demonstrar grande identidade e entrosamento com o Executivo Federal, caso fosse eleito. Entretanto, o pretendido entrosamento não parece ter ocorrido, pelo menos

(1) O PFL também era partido governista durante o período José Sarney, entretanto seu peso numérico e político era menor.

inicialmente e, portanto, definiu-se aí um problema: o Rio Grande do Sul passa a estar em desvantagem diante de outras regiões, segundo a percepção dos industriais.

Segundo os industriais da FIERGS, há um "desentrosamento da classe política gaúcha com o Governo Federal" (Ata 26/88, item 5) e, conseqüentemente, esse descompasso, até com parlamentares federais do PMDB, seria o responsável pela "falta de respaldo às necessidades do Estado" (gaúcho). Então, o "alto endividamento, unido à deteriorização política" do Rio Grande do Sul são vistos como responsáveis pelo problema da falta de investimentos federais na região.

É curioso o fato de que a análise empresarial, sobre os problemas do Rio Grande do Sul, em muitas situações, adotou o ponto de vista de que o agente ativo seria o governo federal e passivo o governo estadual. Disso resultou, inúmeras vezes, a explicação de discriminação regional. Sempre que a economia gaúcha sofresse qualquer revés: "o Rio Grande é discriminado". Não nos parece que esse tipo de avaliação tenha desaparecido, entretanto a perspectiva é, por vezes, diferenciada. Quando a idéia de desenvolvimento, vem associada a de "falta de conscientização (do governo estadual) na defesa dos interesses do Estado" (Ata 26/88, item 5), os empresários adotam uma crítica à inoperância dos círculos políticos estaduais. O pólo definidor da relação é o regional, que não estaria reivindicando necessário apoio ao governo central para o recebimento de investimentos. Com isso, a interpretação de discriminação fica subjugada à opção política. O governo estadual estaria optando por um

distanciamento político federal, e por isso o Rio Grande do Sul sofreria as conseqüências econômicas.

Num raciocínio lógico e objetivando mudar a situação que define esse "desentrosamento", os industriais da FIERGS entendem que eles próprios podem tomar iniciativas. Nesse sentido, escolhem Luiz Carlos Mandelli para aglutinar políticos em nível federal, empresários e governo estadual "na busca de soluções para o Estado" (Ata 26/88, item 5). Desta forma, fica definida não apenas a iniciativa no sentido de buscar forças para a conquista de soluções, mas também ficam definidas, mais uma vez, as principais questões a serem tratadas, segundo seu ponto de vista. São elas: "... o Pólo Petroquímico, a privatização do Banco Meridional, a conversão da dívida externa, a aplicação prática do FUNDOPEM/RS e a viabilização da utilização do gás argentino como energético" Ata 26/88, item 5) (2).

Em 1989, os industriais continuavam trabalhando no sentido de indicar as áreas problemas do Rio Grande do Sul e as respectivas soluções. Com efeito, no início do ano de 89, os empresários entregaram ao governador Pedro Simon um estudo sob o título "Diagnóstico do Setor Público". Esse estudo foi encomendado por cinquenta grandes empresas gaúchas e, segundo Mandelli, consti-

(2) FUNDOPEM-RS = Fundo Operação Empresa (Lei nº 8575, de 27.04.88). "Constituiu-se num moderno e ágil incentivo financeiro com o objetivo de apoiar e estimular a implantação e expansão de empresas industriais de pequeno, médio e grande porte, que recolhem o Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICM. Por esse instrumento, as empresas beneficiadas terão como incentivo até 50% de acréscimo real de ICM recolhido, individualmente, pelo período máximo de 5 (cinco) anos, limitado em 50% do valor do custo do novo investimento fixo total do projeto, exceto o terreno". (Manual do Empresário. Secretaria da Indústria e Comércio, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1988)

tui-se num "... trabalho de qualidade, sem nada de surpreendente, mas efetivamente baseado em dados profundos sobre as contas do Estado, trazendo também um mapeamento de problemas e soluções que o Governo Estadual poderá adotar em benefício da sociedade gaúcha. Nele é enfatizada a necessidade de investimentos em áreas como comunicações, energia elétrica e rodovias estaduais. O trabalho ainda recomenda a modernidade de administração, contando com o apoio da FIERGS, que engaja-se neste esforço conjunto no sentido de contribuir com o Setor Público Estadual ..." (Ata 01/89, item 5).

A idéia de "modernidade de administração" embora não tenha sua definição registrada em ata, tem seguramente como uma das suas principais características a diminuição de gastos com pagamentos do funcionalismo público. A estratégia era de tentar obter maiores recursos para investimentos do estado nos setores considerados prioritários do ponto de vista industrial. Como tática, os empresários atuaram junto à Constituinte estadual apresentando emenda que visava a limitar os gastos com pessoal em 65% do total da receita.

Assim, o ano de 89 foi marcado pela mobilização frente ao legislativo gaúcho. Os industriais atuaram então com campanha publicitária, fazendo "... um chamamento para mobilização de todos os segmentos da sociedade para a emenda popular coordenada pelo sistema FIERGS/CIERGS que visou limitar os gastos do setor público com pessoal ativo e inativo para os necessários investimentos do Estado nas áreas prioritárias de energia,

transportes, telecomunicações, saúde, segurança pública e ensino" (Ata 24/89, item 5).

Outros temas de interesse regional considerados importantes, segundo os interesses dos industriais da FIERGS, referem-se à integração Brasil/Argentina, à intervenção do Banco Central no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul e à ampliação do Pólo Petroquímico Gaúcho. Este último tema, por se constituir na demanda mais importante diante do governo federal no período, será abordado na terceira parte deste estudo, como um caso especial.

Relativamente à integração Brasil/Argentina, assunto abordado com grande ênfase em 1988, não há dúvida de que o principal produto desse acordo, que interessa aos industriais gaúchos, é o gás. Ele viria suprir as carências energéticas do parque industrial gaúcho. Contudo, esse mesmo acordo implica a concorrência entre produtos comuns da produção argentina e do Rio Grande do Sul, por exemplo, a indústria alimentícia, com as conseqüências vistas como danosas para a economia gaúcha.

Desta forma, a indústria de alimentação, bem como o setor vitivinicultor do Rio Grande do Sul, mobilizam-se para não serem incluídos na lista dos comercializados no mercado integrado. (Ata 14/88, item 1; Ata 33/88, item 5; Ata 34/88, item 5). Fica registrado em ata: "Apesar da Casa sempre posicionar-se favorável à integração latino-americana, não será possível admitir atitudes prejudiciais à economia regional, porque atenta contra o saudável gradualismo e a imprescindível compensação interna" (Ata 31/88, item 6). Atitudes prejudiciais à economia regional, no caso,

significa a comercialização com a Argentina de produtos como "vinhos, trigos e farináceos, lácteos e conservas de frutas" (idem).

A FIERGS marca então posição favorável à viabilização do gasoduto e mostra grande cautela, senão contrariedade, à entrada de outros produtos, resultante da integração. Em outras palavras, a integração econômica é defendida desde que o mercado referido seja preservado.

Com relação ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, que sofreu intervenção do Banco Central em 1989, o meio empresarial debateu o problema sem, no entanto, demonstrar consenso quanto a uma resolução. Assim, há os que apoiaram seu saneamento por parte do governo federal (Hugo Potsch do setor de alimentação; Henrique Augusto Milagre do setor têxtil), como aqueles que defenderam sua extinção (Geraldo P. R. Fonseca da indústria de plástico e artefatos de borracha; Luiz Fernando G. Franco da indústria de papel e papelão) sob a alegação de má administração (Ata 1/89, item 6). Entretanto, como instituição, a FIERGS, em conjunto com as federações de indústrias de Santa Catarina e Paraná, defende "... um 'novo BRDE', saneado com suas dívidas zeradas dos Estados-membros mediante a assunção das mesmas por outras instituições financeiras, proibido de empréstimos destinados à rolagem da dívida do Setor Público, mesmo sendo autorizados pelo Governo Federal (...). Enfim, que o 'novo BRDE' volte-se à suas funções precípua de banco de desenvolvimento e fomento" (Ata 04/89, item 5).

A defesa da continuidade do BRDE para os empresários é importante na medida em que esta instituição traduz-se no principal órgão repassador de recursos do BNDES junto à região sul do país. Entretanto, segundo tais empresários, nos últimos anos, o BRDE teria deixado de destinar recursos para o setor privado destinando-os prioritariamente para o setor público. Segundo está documentado, "Hugo Pestsch, fez alusão à contribuição prestada pelo BRDE, através de seus serviços, porém lembrou que a partir de 1981, foi um banco que passou a financiar basicamente o investimento público, com isto deixando de cumprir a finalidade para o qual fora criado, isto é, a de fomentar o desenvolvimento do setor privado" (Ata 01/89, item 6). A idéia do "novo BRDE" portanto, traz consigo a defesa de uma instituição pública financiadora da iniciativa privada.

- CONCLUSÃO

Diferentemente das posturas empresariais adotadas diante de questões de âmbito nacional, os posicionamentos quanto a temas regionais revelam um tipo de procedimento bastante ativo; seja em sentido negativo, criticando, seja em sentido positivo, atuando conjuntamente ou exigindo ações tanto do executivo quanto do legislativo.

Assim, por exemplo, durante o período do governo Jair Soares, prevalecia a descrença e um tom bastante crítico quanto às atitudes do governo que pudessem viabilizar a necessária infra-estrutura para o desenvolvimento industrial. Por outro

lado, no governo Pedro Simon, há uma articulação política e atuação conjunta sobre vários temas eleitos como prioritários.

Outro exemplo da postura dos industriais está na sua vontade de integrar politicamente o governo e os parlamentares gaúchos com o governo federal. Essa pode ser uma boa forma de obter benefícios para o desenvolvimento industrial do Rio Grande do Sul e também para os empreendimentos individuais. De qualquer maneira, o que importa neste estudo é a avaliação crítica dos industriais, bem como a sua disposição de agir no sentido de modificar situações.

As ações conjuntas entre empresários e governo estadual e a movimentação política dos industriais em defesa da suas tese indicam firmeza política.

Portanto, o tipo de atuação política avaliada aqui tem um caráter não subsidiário e justifica-se não só em função da própria estrutura em que se inserem as questões tratadas, mas também devido aos atores sociais que as abordam. Na verdade, analisamos neste capítulo temas de âmbito regional tratados por atores que ocupam posição hegemônica no seu interior. De acordo com as esplanações aqui feitas, é perfeitamente compreensível a hegemonia econômica proporcional à hegemonia política.

Ora, se para os industriais gaúchos a hegemonia econômica não ocorre em termos nacionais, regionalmente a situação é outra. A homologia de posição confirma-se claramente agora entre campos distintos - econômico e político - também no interior de uma estrutura menor.

Na próxima parte do estudo, analisaremos as características da atuação política empresarial no que tange a sua capacidade de articulação política em importante demanda sua formulada no período do governo José Sarney.

PARTE 3 - A ARTICULAÇÃO POLÍTICA

CAPÍTULO 5 - O ESTADO E A INDÚSTRIA PETROQUÍMICA NO BRASIL

- INTRODUÇÃO

Com este capítulo iniciamos a terceira parte do estudo, que é a análise da atuação política dos industriais gaúchos para obter resultado positivo à sua principal demanda no período estudado. Conforme já esclarecemos, no item "o estudo de caso" que compõe a introdução geral do estudo, a demanda pela ampliação do Pólo Petroquímico localizado em Triunfo, no Rio Grande do Sul, ganha destaque dentre as várias demandas dos industriais da FIERGS durante a Nova República.

O tema da ampliação do Pólo Petroquímico Gaúcho, em distintos momentos, foi avaliado pelos próprios empresários como sendo uma de suas principais demandas (Ata 05/87, item 5, Ata 33/88, item 2 e Ata 36/88, item 3). Em 1987, a questão foi abordada quantitativamente mais do que qualquer outra de interesse regional: em 25 das 47 reuniões da FIERGS. Em 1988, as principais questões de interesse dos industriais eram a implantação do gasoduto e a ampliação do Pólo Petroquímico (Ata 33/88, item 2 e Ata 36/88, item 3). Esta última foi abordada em 13 entre as 50 reuniões realizadas, enquanto que aquela apareceu em 10 reuniões.

Além disso, um outro aspecto importante provocou a escolha da ampliação do pólo como tema estudado: a obtenção do resultado positivo pelos demandantes. Ora, tornou-se obrigatório para este trabalho demonstrar o paradoxo de uma atuação política subsidiária no cenário nacional, conseguir resultado positivo justamente aí.

Com efeito, pelas relações de interesses que se criaram em torno do setor petroquímico, envolvendo o capital internacional, nacional e estatal, ficou impossível analisar o problema de um ponto de vista meramente regional. Isto é, de nada adianta considerarmos apenas a vontade dos industriais do Rio Grande do Sul. Temos, isto sim, que buscar a vinculação desses interesses com os de outros segmentos, que podem ser de diferentes origens do capital, como de distintos segmentos do poder público (federal e estadual), considerando a complexidade que define cada uma dessas instâncias.

Invariavelmente, a ação de capitais em investir no setor petroquímico depende de aprovação de projetos apresentados à Secretaria de Desenvolvimento Industrial (SDI), ligada, a partir do Governo de Collor de Mello, ao Ministério da Infra-Estrutura, antigo Ministério da Indústria e Comércio. Isto significa que a instalação de uma nova planta industrial ou a ampliação de um Pólo Petroquímico dependem de decisões políticas do Estado.

Nesse sentido, a ampliação do Pólo Petroquímico Gaúcho dependia, antes de mais nada, da decisão estatal. Diante disso e para constituir uma análise criteriosa da questão, procuramos seguir a sugestão de Ozslack & O'Donnell (1974) para a análise da

formação de políticas públicas. Por esse caminho entenderemos a maneira pela qual a demanda empresarial ganha espaço no Estado.

Assim, o capítulo segue dois tipos de questões: o instrumental teórico para a avaliação política do tema e das respostas estatais diante dele, segundo, os aspectos estruturais e históricos sobre a produção petroquímica.

As características próprias da indústria petroquímica, como também o seu modo de implantação no caso brasileiro são questões importantes que nos auxiliam na compreensão das relações políticas criadas em torno dessa demanda.

5.1 - AS DEMANDAS SOCIAIS E AS AÇÕES ESTATAIS: ELEMENTOS PARA A ANÁLISE

Para Oszlack & O'Donnell (1974), a política estatal ou pública possui uma definição bastante ampla, a qual considera tanto a atuação de segmentos que compõem o Estado, como a sociedade civil. Nesse sentido,

"... la concebimos como un conjunto de acciones y omisiones que manifiestan una determinada modalidad de intervención del Estado en relación con una cuestión que concita la atención, interés o movilización de otros actores en la sociedad civil. De dicha intervención puede inferirse una cierta direccionalidad, una determinada orientación normativa, que previsiblemente afectará el futuro curso del proceso social hasta entonces desarrollado en torno a la cuestión". (OSZLACK & O'DONNELL, 1974 p. 34).

A política estatal não é vista aqui como uma resposta isolada a demandas, mas sim como uma posição do Estado, produzida num determinado momento histórico e sobre uma determinada questão, gerando novos posicionamentos por parte de atores sociais envolvidos.

Ao mesmo tempo, sendo a política um produto de iniciativas e respostas, e considerando ainda que o Estado não é uno, mas representando interesses diversos, há que se admitir a existência de conflitos e contradições. O Estado pode tomar posição ou por omitir-se, conforme aquilo que for entendido como "más eficaz de preservar o aumentar los recursos políticos del régimen" (p.36). Portanto, política estatal é o Estado, mas também a sociedade civil em ação. É claro que somente aquelas ações ou demandas sociais que ganharem repercussão no Estado é que podem transformar-se em política pública. Mas, o que importa é que todas as questões que suscitarem respostas estatais, de alguma forma, estarão promovendo a ação estatal e a formação de políticas estatais.

Quanto ao método de análise da formação de políticas sugerido por Oszlack e O'Donnell (1974), esse deve considerar as noções de "questão" e de "agenda de questões". Assim, o estudo da ação estatal, no sentido de implementar uma política, só ganha sentido se analisado de forma vinculada ao tema ou "questão" que a origina. Essa, por sua vez, nasce sempre de forma relacional, ou seja, a questão é um tema socialmente problematizado, ou, ainda, uma demanda socialmente criada. A "questão" tem um ciclo de vida que vai desde a problematização social do tema até sua

resolução, seja sob a forma de "solução" ou repressão. Contudo, nem todo tema problematizado socialmente conquista espaço na estrutura estatal e, nesse sentido, faz-se necessário analisar o período inicial da questão, ou o período prévio à atitude tomada pelo Estado. Isso para entender a postura de reconhecimento ou não da questão pelo poder estatal.

É importante saber quem, como e quando problematiza o assunto e o converte em questão, como também com que recursos, alianças e oposições define-se ela inicialmente. A seguir, a atitude tomada pelo Estado pode manifestar-se em ações ou omissões de acordo com as distintas unidades que o compõem. Quanto à sua posição preponderante, é freqüentemente definida não por um objetivo originário, mas por resultado do conflito produzido interna e externamente.

A posição tomada por novos atores sociais, que de alguma forma sentem-se atingidos pela problematização social do tema e pelo posicionamento do Estado, também deve ser considerada na análise da formação de uma política, já que a questão pode sofrer redefinições a partir da interferência desses novos interesses. De acordo com esta perspectiva analítica, evidentemente que os novos atores, como também os que geraram a problematização, tanto podem originar-se de segmentos da sociedade civil, como do Estado.

Conforme Oszlack & O'Donnell,

"Cada práctica, cada toma de posición, refleja una determinada estrategia de acción cuyas premisas dependen, por lo general, del volumen de recursos y apoyos que el ator pueda

movilizar y de sus expectativas acerca del comportamiento de los otros actores afectados por la cuestión. El conjunto de políticas privadas y estatales se entrelaza en un complejo proceso social que, como veremos, hace difícil establecer con precisión qué proporción del cambio social observado puede ser atribuido a cada una". (OSZLACK & O'DONNELL, 1974, p. 40)

Ainda, no campo das diferentes possibilidades de definição social para uma mesma questão, salientam os autores:

"Seguimos en un proceso interactivo en el que, además de la posición de cada actor, importa la percepción de cada un acerca de la manera en que los restantes (y sobre todo el Estado) han definido la cuestión". (OSZLACK & O'DONNELL, 1974, p. 43)

Sendo assim, essa análise de formação de políticas deve considerar que elas são geradas com base em um duplo processo: o social e os internos ao Estado.

A dinâmica da implementação de uma política provoca nova problematização social, gerando outros conflitos, políticas e novos processos burocráticos e até mesmo unidades administrativas internas ao Estado. Criam-se, assim, novos pontos de acesso ao Estado por atores sociais mobilizados e, portanto, "otras areas de posible interpenetración entre el Estado e la sociedad" (Oszlack e O'Donnell, 1974, p. 45). Por fim, as modificações que se processam ao longo do tempo não podem ser omitidas na análise.

De qualquer maneira, Oszlack & O'Donnell salientam que é indispensável pensar essa análise considerando distintos níveis. Assim, leva-se em conta a formação de uma política no interior do

processo social mais amplo, o qual envolve outras questões e outras políticas estatais e privadas. É o estudo da questão problematizada socialmente e desse conjunto de políticas estatais e privadas, formando a "agenda de questões", que proporcionam relevância à pesquisa empírica. Para abordar este nível, são suficientes as fontes secundárias, conforme os autores. De outra parte, a estrutura social na qual o tema está situado também deve ser considerada, ou seja, ela se constitui no pano de fundo que serve de base para a análise.

Resumindo, podemos dizer que a noção de política estatal ou pública aqui adotada é suficientemente ampla, capaz de incluir todas aquelas ações estatais que respondam a iniciativas ou demandas formuladas tanto por segmentos da sociedade civil, como do próprio Estado. Assim, para conhecer as origens das ações desse, bem como os efeitos produzidos por elas, é necessário que se desenvolva um estudo que resgate historicamente o processo de relações criado em torno de uma "questão", considerando os outros dois níveis de análise citados: a agenda de questões e a estrutura social.

Efetivamente, Oszlack & O'Donnell estabelecem os passos citados como um meio para melhor se conhecer o Estado. Porém, estamos aqui preocupados em entender a atuação política de um segmento social específico, a qual inclui sua capacidade de articulação política junto ao poder estatal. Assim, se pensarmos inversamente à preocupação dos autores, então os elementos por eles citados nos são de grande valia.

Em outros termos, os resultados obtidos pelas ações dos industriais, no sentido da efetivação de sua vontade, revelam-se como efeito de um tema específico, problematizado socialmente e mobilizador, em algum nível, do Estado. Assim, ao invés de estarmos analisando primordialmente a ação estatal relacionada com a atuação de segmentos sociais específicos, estamos avaliando, primeiramente, a atuação política destes junto àquela (seja em sentido positivo ou negativo). Isso significa que, em nível de prioridade, distinto daquele proposto pelos autores, estamos também analisando o Estado em ação.

Os determinantes, que contribuem para o resultado final do processo em estudo, resultam tanto da atuação e força política dos industriais gaúchos, das oposições e apoios que obtém, como também da maneira como funciona o Estado e das suas características historicamente definidas. Desta forma, os passos definidos por Ozslack & O'Donnell revelam-se como um importante meio para alcançarmos os objetivos a que nos propomos.

Abordaremos, a seguir, aspectos estruturais e históricos relativos à dinâmica da indústria petroquímica. Tais aspectos subsidiam a análise que será construída nos capítulos posteriores.

5.2 - A INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

Neste item, abordaremos questões ligadas à estrutura e funcionamento da indústria petroquímica (1) a fim de, adiante, compreender melhor o que foi demandado pelos industriais. Em segundo lugar, tratamos de aspectos históricos referentes ao desenvolvimento da indústria petroquímica no país. Com isso, pretendemos identificar quais são os atores que possuem maior poder relativo na área, como se movimentam e qual o significado disso para o pólo gaúcho.

5.2.1 - ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

A indústria petroquímica define-se por utilizar matérias-primas que são ou derivados do petróleo ou gás natural. Aqueles podem ser o gás de refinaria - muito utilizado nos Estados Unidos no início do processo de implantação desse tipo de indústria - as naftas e o gasóleo. A opção pelo uso de uma ou outra fonte de matéria-prima varia de acordo com a disponibilidade desses recursos naturais.

No setor petroquímico, o processo produtivo compõe-se de três etapas relativamente nítidas, chamadas, respectivamente, de primeira, segunda e terceira geração. A primeira, que comporta o processamento da matéria-prima (gás natural ou um subproduto do petróleo) em produtos básicos; a segunda, que recebe os produtos

(1) Para tanto, utilizamos basicamente a obra de Suarez (1986), tendo em vista a clareza e a riqueza de informações nela contidas.

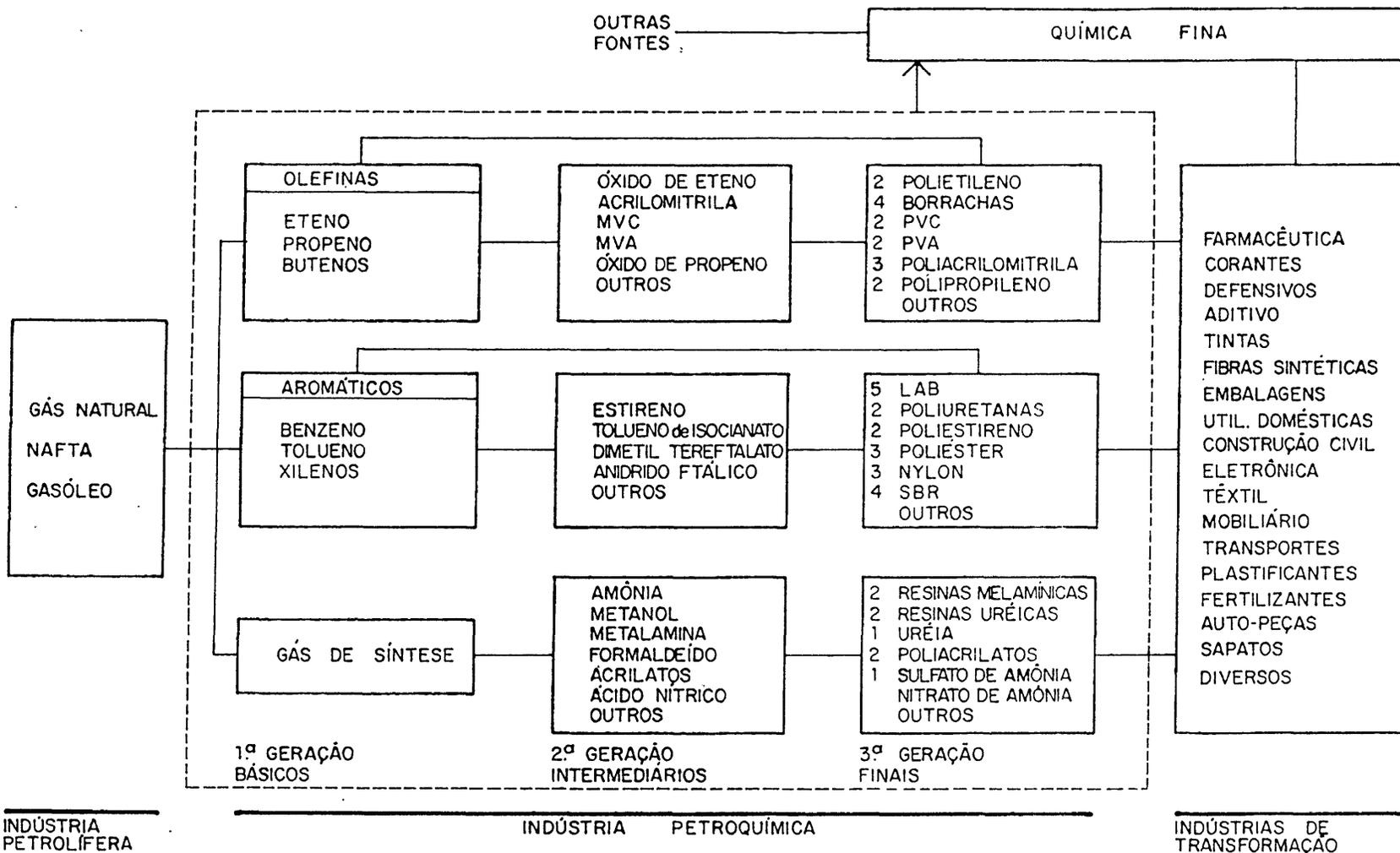
básicos e transforma-os em intermediários para serem consumidos por indústrias. Estas, por sua vez, viabilizam a terceira etapa de produção, ou seja, a de produtos finais. Os produtos de terceira geração, derivados desta última etapa, tanto podem ser destinados a outras indústrias (de transformação) como a usuários finais.

Os produtos petroquímicos admitem uma classificação própria de acordo com o uso a que são destinados. Alban Suarez (1986) refere-se a cinco segmentos básicos: os fertilizantes, os plásticos e resinas, as fibras, os elastômeros e os detergentes (quadro 2). Com base nestes segmentos, formam-se consumidores de produtos petroquímicos dispersos nos mais variados segmentos da produção industrial. Uma ampla gama de produtos industriais para consumo final requer cada vez mais insumos produzidos pela petroquímica, seja substituindo produtos naturais, seja introduzindo novos produtos para novos usos. Nesse sentido, a indústria petroquímica gera mais de mil tipos de produtos distintos a serem transformados em bens de consumo final.

As características técnicas da produção petroquímica exigem altos investimentos de capital (2). Além disso, para que haja maturação

(2) Conforme Suarez, "As matérias-primas e produtos processados são em geral líquidos e gases (ou passíveis de transformação para estes estados), muitas vezes corrosivos e tóxicos. Estas características exigem, para operação em escala industrial, um sistema fechado de produção (sem a intervenção direta do homem sobre o material ao longo do processo), constituído de equipamentos e tubos resistentes a condições extremamente críticas (altas temperaturas, pressões e índices de corrosão). Paralelamente, as rígidas especificações dos produtos petroquímicos, bem como as condições críticas de operação, exigem um controle de alta precisão do sistema produtivo, implicando uma instrumentação bastante automatizada." (SUAREZ, 1986, p. 36)

QUADRO 2 - Árvore esquemática da indústria petroquímica e suas inter-relações.



INDÚSTRIA PETROLÍFERA

INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO

Fonte: IPEA, PETROQUISA.

OBS.: 1.FERTILIZANTES; 2.PLÁSTICOS E RESINAS; 3.FIBRAS; 4.ELASTÔMEROS; 5.DETERGENTES.

In: Suarez, 1986. p.35.

do investimento, decorre um longo período de tempo. Desde a decisão, até o início da operação de uma unidade produtiva, decorrem de três a cinco anos. As altas escalas, outra característica deste tipo de produção industrial, geram um crescimento da capacidade produtiva distinto daquele da demanda. Ou seja, a produção cresce em saltos, enquanto que a demanda cresce continuamente (3).

No que tange à tecnologia, a petroquímica utiliza "grandes áreas do conhecimento", que podem ser agrupadas em três segmentos, de acordo com sua relação com a indústria. O primeiro segmento envolve a tecnologia central, ou seja, a engenharia de pesquisa e desenvolvimento dos processos e novos produtos e a engenharia de elaboração do projeto básico da planta. Essa tecnologia é desenvolvida mais significativamente pelas "grandes empresas produtoras da indústria" (SUAREZ, 1986, p. 39). A tecnologia periférica, segundo segmento, diz respeito à implantação do projeto básico e divide-se em engenharia de detalhamento e de montagem. Corresponde à atividade de firmas de engenharia que vendem os conhecimentos na forma de serviços. O terceiro segmento da tecnologia utilizada nessa produção é a operacional. Esta inclui (a) a engenharia de planta, reponsável

(3) "Por outro lado, a dinâmica competitiva (oligopólica) da petroquímica leva a um crescimento constante da capacidade instalada à frente da demanda, gerando, portanto, uma capacidade ociosa também constante, face ao mercado interno, que atua no sentido contrário às economias de escala. Para superar esta contradição, as empresas petroquímicas são levadas a se voltarem para as exportações como forma de eliminação de ociosidade interna. Concluindo, a dinâmica competitiva interna associada às altas escalas produtivas determinam um ativo comércio internacional da indústria." (SUAREZ, 1986, p. 38)

pela operacionalização e otimização da planta; (b) a engenharia do produto, que adequa o produto ao mercado e cria novos tipos de produtos; e (c) a engenharia de aplicação, que busca novos usos para os produtos e dá assistência aos clientes.

Outra noção importante no que se refere à indústria petroquímica é a de química fina, pois representa um dos campos mais avançados desse tipo de produção industrial. Na verdade, a química fina transpõe os limites da produção petroquímica, constituindo-se numa indústria química específica, ou seja, utilizando matérias-primas de outras fontes além da petroquímica. Mesmo assim, um Pólo Petroquímico desenvolvido deve contar com esse tipo de produção, porque daí decorrem produtos especiais (farmacêutica humana e veterinária, defensivos agrícolas, corantes, etc.) que agregam alto valor e permitem altas margens de rentabilidade.

Como se vê, a implantação de unidades industriais petroquímicas é dependente em grande parte do interesse de grandes empresas, tanto no que toca ao investimento de capital, como no caso do desenvolvimento de tecnologia necessária.

5.2.2 - AS ORIGENS DA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA NO BRASIL E O PAPEL DA TECNO-BUROCRAÇIA

Do ponto de vista do nosso estudo, é importante ressaltar que o fenômeno mais significativo, ligado ao desenvolvimento da indústria petroquímica no país, diz respeito ao poder adquirido ao longo do tempo por um segmento tecno-burocrático no interior do Estado. Essa defende interesses específicos. Seus membros

estão muitas vezes intimamente ligados aos interesses do capital nacional ou internacional. Portanto, a tecno-burocracia defende interesses próprios, ao mesmo tempo em que se vincula a interesses de unidades do capital.

Para melhor compreender o desenvolvimento da indústria petroquímica e o papel da tecno-burocracia nesse caso, é indispensável que se considere questões mais gerais, relativas ao Estado brasileiro, principalmente no período dos governos militares.

A - A EXPANSÃO DO ESTADO BRASILEIRO NO PERÍODO PÓS-64

O Estado, no caso brasileiro, teve a importante característica de assumir um papel empresarial. Ele é dono de inúmeras empresas em vários setores da economia, as quais possuem constituição e lógica de atuação diferenciada entre si (4). É a dinâmica dessa ação empresarial que permitiu a formação e fortalecimento da tecno-burocracia estatal.

Luciano Martins (1985), analisando o surgimento desse papel empresarial do Estado, afirma que ele não ocorreu com base em um planejamento estatal para a economia, mas como respostas de cunho nacionalista e/ou desenvolvimentista a situações político-econômicas concretas. O autor entende que as iniciativas pioneiras da ação empresarial do Estado no Brasil devem-se principalmente a três tipos de situações. Primeiro, à falta de capacidade do setor privado nacional, aliada ao desinteresse do

(4) Ver DAIN, 1977.

capital internacional para investir em setores básicos da economia (siderurgia, por exemplo). Segundo, à incapacidade do setor privado local juntamente com a consciência de segmentos com poder no Estado quanto à necessidade de controle nacional sobre recursos estratégicos (petróleo). E, por fim, devido à participação do capital estrangeiro, principalmente a partir dos anos 50, que exigia contrapartida de recursos em moeda nacional da qual só o Estado dispunha (BNDE).

Segundo Martins (1985), a expansão do Estado brasileiro no período pós-64 teria ocorrido devido principalmente à crescente concentração de capitais nas mãos do poder estatal (através de novos sistemas de captação de recursos) e pela descentralização de unidades no interior do Estado (as quais ganharam autonomia financeira e administrativa). O autor demonstra que o crescimento dos empreendimentos estatais em alguns setores produtivos, junto à precariedade do setor privado nacional, fizeram com que o Estado investidor fosse o grande interlocutor capaz de associar-se ao capital estrangeiro. Assim, dada a capacidade de acumulação de certas empresas estatais associada a uma política que permitia sua expansão e diversificação, ocorreu um distanciamento e uma desintegração de interesses no interior dessas instituições. Favoreceram ainda para isso a utilização de racionalidade empresarial privada, no pós-64, e a ausência de uma ação coordenada do Estado no sentido de integrar seu setor administrativo com seu segmento empresarial. Ou seja, criou-se, com isso, a possibilidade de ação cada vez mais autônoma das

agências no interior do Estado, principalmente entre o "setor governo" (a administração direta) e o setor produtivo.

Essa falta de controle institucional e a formação inferior de pessoal, recursos, informações e etc. contribuíram para a geração de conflitos entre burocracias; a administração direta e o setor produtivo do Estado passam a ter, muitas vezes, interesses diversos. Na verdade, ter-se-ia criado no segmento produtivo o que o autor chama de "executivo de Estado", uma figura que atuaria em descompasso com a burocracia governamental, administrando a partir de critérios empresariais e sem estar sujeito a um controle mais rígido por parte da vontade política dos governantes. Os interesses a serem defendidos por esse "executivo de Estado" ou, em outros termos, por esse tecno-burocrata seria, segundo Martins, o interesse da empresa por ele administrada, ou seja, o interesse de uma unidade de capital, muitas vezes, distinto dos interesses do Estado enquanto representante do capital global. No caso da indústria petroquímica esse conflito aparece com bastante clareza.

B - A PARTICIPAÇÃO ESTATAL NA PETROQUÍMICA

A criação da Petrobrás, na década de 50, instituiu o monopólio estatal do petróleo. Assim, toda área de produção petrolífera no país naquele período estava ligada a ideais nacionalistas e isso viabilizou a expansão do Estado no setor. No caso da indústria petroquímica, que deu seus primeiros sinais de vida nessa época, o Conselho Nacional do Petróleo - CNP, órgão

orientador e fiscalizador, privilegiou setores nacionais, seja privado ou estatal (Petrobrás), na construção das primeiras unidades industriais.

Porém, até 1964 a indústria petroquímica andou muito lentamente, porque não havia clareza quanto à ocupação de espaços, ou seja, quem investiria e onde. O capital privado nacional não possuía qualificação tecnológica e nem financeira para tais empreendimentos. Quanto ao estrangeiro,

“... as firmas multinacionais tiveram que manter uma tímida participação. A baixa oferta de petroquímicos básicos, e principalmente a mutante legislação do setor ameaçando novos avanços estatais, desestimulava qualquer grande empreendimento.” (SUAREZ, 1986, p.68)

Entretanto, com a ruptura política de 64, consolidou-se um modelo de desenvolvimento econômico que privilegiou a participação do capital internacional. Esse possuía recursos para investimentos. Paralelamente, fortaleceu-se a função de apoio das empresas estatais ao processo de acumulação privada, e ocorreram mudanças na área petroquímica.

Conforme Alban Suarez (1986), a importância da tecno-burocracia na indústria petroquímica se desenvolve a partir da expansão empresarial do Estado com o golpe militar de 64. Embora a origem dessa tecno-burocracia possa ser encontrada anteriormente, na constituição do monopólio estatal do petróleo, é só a partir daí que se verifica a implantação e o desenvolvimento efetivo do ramo industrial petroquímico no país.

A partir de 1964, foi criado no âmbito do Ministério da Indústria e Comércio (MIC) o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) que deu origem ao Grupo Executivo da Indústria Química (GEIQUIM), mais tarde Grupo Setorial III. Os membros do GEIQUIM tinham origem no CNP e na Petrobrás os quais

“já tinham sua estratégia própria, qual seja a estratégia da tecno-burocracia estatal do petróleo. O GEIQUIM constituía-se, na prática, em um novo **locus** desta tecno-burocracia”.
(SUAREZ, 1986, p. 74)

A tecno-burocracia, depois de uma tentativa frustrada de investimento conjunto entre a Petrobrás e o BNDE, (frustrada pela falta de integração entre os dois segmentos tecno-burocráticos) viabilizou que o governo, no ano de 1965, decretasse prioridade à iniciativa privada no desenvolvimento da indústria petroquímica. Iniciava-se, assim, o investimento conjunto na forma de **joint-ventures** (capital privado nacional e internacional) na petroquímica brasileira.

Contudo, nesse período a operação de plantas petroquímicas em outros países mostrou às multinacionais do ramo no Brasil - Union Carbide e Philips - que seus projetos continham falhas técnicas significativas. Resultado: as multinacionais abandonaram os empreendimentos iniciados no país, enquanto que os grupos nacionais associados ficaram com parcelas significativas de seu capital comprometidas. As somas investidas por estes eram muito altas diante de seu capital total, e os empreendimentos não poderiam ser simplesmente abandonados. Nessas condições,

"A entrada da Petrobrás na indústria petroquímica já não era, porém, um objetivo exclusivo de sua tecno-burocracia. Além de requerida pelos grupos privados nacionais, a entrada da Petrobrás era fundamental ao próprio modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado. A debilidade dos grupos privados nacionais e a incerteza por parte das multinacionais para implantação a contento da indústria petroquímica tornavam inevitável a participação do Estado como empreendedor". (SUAREZ, 1986, p. 79)

- Em 1968 foi criada a Petroquisa, que logo investiu ao lado de empresas nacionais e estrangeiras, mas com participação minoritária.

É interessante ver que, de acordo com Peter Evans (1982), não foi um compromisso ideológico ou um desejo de constituir império que levou à participação estatal na indústria petroquímica através da Petroquisa. Isso resultou da própria lógica da situação, a qual foi muito mais claramente percebida pelo capital privado do que pelo próprio Estado (5).

O capital privado nacional teve importância fundamental como demandante da presença estatal no setor. Isso decorreu, de um lado, do fato de que o capital estrangeiro não se sentia à vontade para investir na área petroquímica, já que os limites do monopólio estatal do petróleo, não sendo muito claros, podiam a

(5) De acordo com Claus Offe (1984) um dos determinantes funcionais do Estado capitalista é a criação de condições para a manutenção da acumulação de capital. Sem ser instrumento de classe e sem estar acima das relações de produção, o poder estatal deriva do processo de acumulação e por isso tem como "estratégia geral" oferecer garantias à expansão capitalista. No caso da petroquímica brasileira o papel do Estado no sentido de garantir essa expansão aparece com rara clareza.

qualquer momento penalizar investimentos realizados. De outro lado, porque a ousadia do grupo nacional pioneiro (Capuava ou Soares/Sampaio) (6) investindo na formação do pólo paulista em meados dos anos 60, não era suficiente para possibilitar o desenvolvimento do setor industrial em questão; a necessidade de altos investimentos de capital fazia com que este, então, demandasse a presença estatal.

Com a criação da Petroquisa em dezembro de 1967, a Petrobrás viabilizou sua associação ao capital privado. Investiu, antes de mais nada, na central de matérias-primas do pólo paulista; junto com a UNIPAR (Capuava + Moreira Sales + Hanna Mining), a Petroquisa viabilizou a Petroquímica União, central de matérias-primas. Assim, o primeiro Pólo Petroquímico brasileiro, localizado em São Paulo, formou-se gradativamente de acordo com interesses de investidores privados nacionais, multinacionais e, mais tarde, com a participação da Petroquisa. A central de matérias-primas só foi concluída em 1972, depois de já existirem várias indústrias de segunda geração. O primeiro pólo, diferente dos outros, não foi planejado, mas se desenvolveu "espontaneamente".

De qualquer forma se, em 1967, interesses privados atraíram o Estado e o segmento tecno-burocrático para o setor, na década de 70 sua participação não só se tornou constante como também definidora das relações nesse ramo industrial.

(6) Esse grupo nacional foi o sócio da Union Carbide e Philips no empreendimento do qual as multinacionais desistiram. O grupo Capuava foi o primeiro grupo nacional a investir na petroquímica na primeira metade dos anos 60. Esse grupo detinha a maior refinaria privada do país (de mesmo nome), construída antes da criação da Petrobrás.

No início dos anos 70, a política econômica mudou de orientação. Hélio Beltrão substituiu Roberto Campos no Ministério do Planejamento e garantiu ao setor produtivo estatal e à tecno-burocracia grande autonomia financeira. Ao mesmo tempo, a Petrobrás passou a ser dirigida pelo General Ernesto Geisel, o qual só assumiu o posto depois de ter garantida pelo Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, completa autonomia administrativa.

A Petrobrás, nesse período, atuou com interesses próprios, acumulando e ampliando seu capital. Passou a investir na petroquímica e iniciou um processo de internacionalização de seu capital, criando a BRASPETRO e a INTERBRÁS (para exploração e comercialização, respectivamente). Desta forma, com uma atuação financeira e estratégica mais autônoma, a Petrobrás passou a obedecer muito mais à lógica de uma unidade de capital em detrimento à lógica mais global, inerente ao fato de compor o Estado (7). Por sua vez, o segmento tecno-burocrático que assumiu o primeiro escalão ganhou força a partir da defesa de interesses próprios da empresa, tal como Luciano Martins (1985) define a atuação do "executivo de Estado".

Com efeito, ao mesmo tempo em que a tecno-burocracia fortalecia-se na Petrobrás, a empresa também aumentava sua participação no desenvolvimento da indústria petroquímica. Para entender um pouco esse poder, cabe abordar a questão da implantação do segundo Pólo Petroquímico brasileiro, que ocorre no início da década de 70: o Pólo de Camaçari na Bahia.

(7) Para tal distinção ver DAIN, 1980.

C - A TECNO-BUROCACIA E O PÓLO BAIANO

A região de Camaçari, na Bahia, é importante produtora de petróleo e praticamente a única de gás natural (SUAREZ, 1986, p. 87), constituindo-se, portanto, em lugar apropriado para implantação de um Pólo Petroquímico. Contudo, para os grupos privados investidores no setor, a implantação de um complexo petroquímico na Bahia não seria um empreendimento tão atraente. Além da falta de infra-estrutura industrial, a região era distante dos principais mercados consumidores. Assim, tendo em vista o aumento projetado de demanda, os segmentos privados nacionais, liderados pelo grupo Capuava e multinacionais pressionavam pela ampliação do pólo paulista, enquanto que a Petrobrás, a Petroquisa, o BNDE e o GEIQUIM articulavam a implantação de um novo pólo no estado nordestino. A atuação da tecno-burocracia e dos empresários da região, sob a liderança de Rômulo Almeida, que tinha fortes ligações com setores da Petrobrás, bem como o apoio de Paulo Belloti, Otto Perroni e Arthur Candal, figuras-chaves na petroquímica brasileira, teria grande importância na decisão final. Os militares, por sua vez, baseados na ideologia de segurança nacional, defendiam a desconcentração econômica regional e apoiavam o projeto da tecno-burocracia.

No início da década de 70, efetivamente, iniciava-se o pólo baiano que, devido à situação do Milagre Econômico vigente no país, foi projetado ultrapassando em muito a capacidade do pólo

paulista. O modelo de constituição do capital para implantação das indústrias articulou os três segmentos do capital - estatal, privado nacional e internacional - mas com a hegemonia do primeiro e de sua tecno-burocracia (SUAREZ, 1986).

Segundo Peter Evans (1982), que, abordando a questão do desenvolvimento dependente brasileiro no período de expansão econômica sob os governos autoritários, ressalta a formação da chamada "tríplice aliança", o Pólo Petroquímico baiano é um nítido exemplo do modelo de participação conjunta desses três componentes que formam a aliança.

Na verdade, a participação da Petroquisa nesse empreendimento ofereceu uma segurança importante aos sócios privados: ela assumiu as responsabilidades sobre as partes dos projetos mais suscetíveis de perdas e, como subsidiária da Petrobrás (fornecedora de matéria-prima), garantia o máximo possível que, em caso de negociações, os empreendimentos de que participava não seriam prejudicados.

É importante observar que a presença dos sócios nacionais nesses empreendimentos se justificava antes de tudo em termos de estratégia política. Assim, Evans afirma que:

"Tanto as multinacionais como a Petroquisa ganham com a sua aliança, mas o sócio mais favorecido bem pode ser a burguesia nacional. (...) as firmas nacionais contribuíram com apenas 5% do capital e quase nada da tecnologia, e, não obstante, acabaram ficando com 30% das ações. Mais uma vez, o poder de barganha da burguesia local parece mais forte do que seria de esperar à base da análise econômica tradicional. A combinação de habilidades integrativas e legitimidade política levou longe pelo menos alguns dos

representantes da burguesia nacional." (EVANS, 1982, p. 210)

De qualquer maneira, na tríplice aliança,

"os grupos nacionais podem oferecer uma experiência industrial relevante e familiaridade com o ambiente local, de regulamentos e incentivos burocráticos". (EVANS, 1982, p. 211)

Contudo, a burguesia industrial criada a partir desse modelo não é uniforme. As firmas nacionais mais sofisticadas e ousadas colaboram com as multinacionais e diferenciam-se cada vez mais como elite distante da grande maioria de seus competidores.

A construção desse tripé de colaboração econômica na indústria petroquímica, principalmente a partir do pólo baiano, constitui-se num dos casos mais típicos desse tipo de aliança:

"Em geral, o tripé na indústria petroquímica conseguiu envolver o capital multinacional numa agenda nacionalista para a acumulação nacional do capital, que ao mesmo tempo lhes proporcionava considerável margem para explorar as áreas da indústria nas quais têm maior força e experiência. As multinacionais satisfazem-se, em geral, com o papel desempenhado pela Petroquisa, que se pode orgulhar de ter fortalecido a capacidade industrial básica do Nordeste. O capital nacional também não se pode queixar do tripé, na petroquímica. Para as firmas nacionais melhor preparadas, o tripé constituiu uma oportunidade de participar de empreendimentos dos quais, sem isso, teriam sido excluídas, e diversificar de maneiras que, de outro modo, teriam sido difíceis." (EVANS, 1979, p. 216)

A Petroquisa, parece consenso, cumpriu seu objetivo de criar e fortalecer grupos empresariais nacionais no setor petroquímico de produção industrial (8). Grupos como a Petroquímica Bahia e Banco Econômico, que nada tinham a ver com a petroquímica, foram convidados a participar da implantação do Pólo de Camaçari na Bahia e solidificaram-se no setor. Eles contaram com o apoio do pessoal da Petroquisa, que tinha conhecimento da tecnologia do petróleo e de relações com as multinacionais, já que sua origem era a Petrobrás. Da relação que se criou entre os grupos nacionais e a tecno-burocracia da Petroquisa, a partir do Pólo de Camaçari, originaram-se laços de interesses comuns entre esses segmentos, os quais têm demonstrado persistência ao longo do tempo.

Devemos considerar que, se o primeiro Pólo Petroquímico do país (em São Paulo) não resultou de um planejamento global, tendo sido produto da iniciativa privada e contando mais tarde com a presença estatal, no caso do segundo pólo ocorreu exatamente o contrário: ele não só foi fruto de planejamento do Estado, como também propiciou a constituição, no interior da empresa estatal para área petroquímica, de um grupo de pessoas altamente vinculadas àquele complexo industrial. Assim, destacam-se as figuras, já citadas, de Rômulo de Almeida, Otto Perroni, Paulo Belloti, Arthur Candal e José Jucá Bezerra de Menezes.

Dessa relação entre setores tecno-burocráticos com industriais privados nacionais, cujo objetivo também era a

(8) A esse respeito ver SUAREZ (1986) e EVANS (1982). Também nas entrevistas realizadas por nós com pessoal da Petroquisa, oriundo da Petrobrás, encontra-se a mesma opinião.

formação de empresariado para o setor, gerou-se alta afinidade de interesses. O local de concretização desses interesses era, antes de qualquer outro, as unidades industriais que compunham o Pólo Petroquímico de Camaçari. A Petroquisa tinha uma posição absolutamente privilegiada. Detinha o poder decisório para a concessão de projetos industriais, pelo contato com a Secretaria de Desenvolvimento Industrial (SDI), ligada ao antigo Ministério da Indústria e Comércio, hoje Ministério da Infra-estrutura. Além disso, tinha participação direta, não só nas centrais de matéria-prima, mas praticamente em todas as empresas de segunda geração. Essa situação parece ter sido muito bem explorada pelos quadros que compunham a estatal.

Ocorre que a Petroquisa, projetando o pólo baiano, e nele investindo diretamente, não só pensou a longo prazo o desenvolvimento de um setor industrial, mas paralelo a isso utilizou-se das vantagens de ser Estado para beneficiar-se enquanto unidade de capital. A possibilidade de isenção de imposto de renda para as empresas que investissem na região da Bahia - por ser área de atuação da SUDENE - trazia vantagens para os investimentos aí realizados, e a estatal também soube beneficiar-se com isso. Daí resultou o seu fortalecimento como unidade de capital e também do pessoal a ela ligado.

Com efeito, a constituição do pólo baiano teve início por volta de 1970 e expandiu-se continuamente. Por outro lado, a decisão de implantação de um terceiro Pólo Petroquímico no país ocorreu ainda na primeira metade daquela década. O rápido aumento no consumo de produtos petroquímicos no país fez com que, antes

mesmo da entrada em funcionamento do pólo baiano, fosse decidida a implantação de um complexo petroquímico no Rio Grande do Sul.

Antes de tratarmos do processo de implantação do pólo gaúcho, vale observarmos, ainda, duas questões que apontam para a significativa importância e poder que o segmento tecno-burocrático detem no setor petroquímico: (a) uma estratégia que garantiu o poder tecno-burocrático na área e (b) a necessidade de modificação na estrutura empresarial e suas implicações.

D - UMA ESTRATÉGIA TECNO-BUROCRÁTICA

A primeira das duas questões refere-se ainda aos interesses que se concretizaram no pólo baiano. Os maiores investimentos que a Petroquisa efetiva ocorrem nesse complexo petroquímico. Isso, tanto em termos de destinação de plantas industriais, de participação na composição das empresas, como também em termos de preocupação administrativa.

A criação da NORQUISA, uma **holding** privada que passou a controlar a COPENE (central de matérias-primas) em Camaçari, antes controlada pela Petroquisa, é um exemplo da preocupação dos setores tecno-burocráticos dessa estatal no sentido de aumentar sua autonomia em relação ao Estado, ao mesmo tempo em que evidencia a formação de uma aliança específica entre essa tecno-burocracia e certos empresários nacionais. Suarez (1986) mostra como o "Sistema PETROQUISA, ameaçado em seu crescimento, se reestrutura criando a NORQUISA que garantia assim o crescimento almejado" (p. 174).

Antes de mais nada, é preciso esclarecer que a COPENE é a indústria que produz os produtos de primeira geração no Pólo de Camaçari, isto é, ela transforma a matéria-prima derivada de petróleo, a nafta, para ser consumida pelas indústrias de segunda geração na forma de benzeno, tolueno, eteno, etc.

Essa empresa, no ano de sua conclusão, 1978, embora tivesse sua composição acionária diversificada, era controlada pela Petroquisa. Porém, em 1980, as dezessete empresas de segunda geração que detinham ações da COPENE formaram uma **holding**, a NORQUISA, fazendo com que o controle acionário da COPENE ficasse dividido entre a Petroquisa e a **holding** NORQUISA.

Na verdade, o importante nisso tudo é o fato de que o principal sócio individual da NORQUISA é a própria Petroquisa, através da sua significativa participação em cada uma das empresas de segunda geração que formaram a **holding**.

Desta forma, a criação dessa empresa viabilizou a privatização da COPENE, já que a NORQUISA tem como sócio majoritário o capital privado pulverizado, mas permitiu a significativa participação da Petroquisa, porém sem estar sujeita ao controle da SEST - Secretaria Especial de Controle das Estatais (9). A **holding** das empresas privadas de segunda geração, que conta com a participação da Petroquisa, passou a representar, então, o controle privado da COPENE e a verticalização da produção, apontando especialmente para o desenvolvimento da química fina.

(9) A SEST foi criada em 1979 pelo governo Figueiredo com o objetivo de proporcionar maior controle por parte do poder executivo junto as empresas estatais.

Essa teria sido uma estratégia da tecno-burocracia da Petroquisa para aumentar sua autonomia diante do Estado.

É interessante ver que na criação da **holding** NORQUISA, a tecno-burocracia teve importante apoio do empresariado nacional. Este, em compensação, veio a compor o conselho da empresa, formado por representantes dos sete maiores grupos nacionais no setor - Econômico, Odebrecht, Ultra, Cevokol, Petroquímica da Bahia, entre outros (SUAREZ, 1986, p. 176). Os sócios multinacionais, nesse caso, foram alijados. A integração entre capital estatal e o capital privado nacional, ou melhor, entre figuras-chaves na tecno-burocracia estatal e poucos grupos nacionais fortalecidos, como no caso do Pólo Petroquímico baiano, vem ao encontro da afirmação feita por Evans (1982, p. 20), segundo a qual um dos sócios mais favorecidos na tríplice aliança, no caso da petroquímica, é o capital privado nacional. Isso não confronta com os interesses tecno-burocráticos.

E - A DISPUTA RECENTE

A última questão que devemos mencionar aqui, relativa ao desenvolvimento da indústria petroquímica brasileira, diz respeito à situação de entrada do setor no mercado internacional no início dos anos 80 (SUAREZ, 1989).

Devido à política econômica recessiva no país, a partir de 1981, houve queda da demanda interna por produtos petroquímicos, e, assim, a atuação das empresas, que antes se restringia ao

mercado interno cativo, teve de voltar-se para o mercado externo competitivo.

Como resultado desse processo, Alban Suarez (1989) avalia que:

"Além da constatação da ineficiência da estrutura, a entrada no mercado internacional provocou também o acirramento do conflito com os sócios multinacionais que, na sua maioria, acabaram abandonando as **joint-ventures** e hoje, em muitos casos, se recusam a negociar novas tecnologias para os projetos de ampliação. Em outras palavras, a entrada no mercado internacional demonstrou a necessidade de uma base tecnológica mais autônoma". (SUAREZ, 1989, p.35)

Suarez considera que a estrutura pulverizada das empresas, criada pelo modelo tripartite de investimento de capital, não só gera gastos significativos no que tange ao aspecto administrativo, como também não permite a concentração de recursos necessários para investimentos em tecnologia. Assim, a entrada no mercado externo teria evidenciado a necessidade de reestruturação do modelo empresarial.

Além disso, há outro fato novo para a indústria petroquímica, ocorrido na metade dos anos 80, com a mudança no regime político e o advento da Nova República. Ocorre que

"com o fim do regime autoritário, a Petroquisa perdeu sua hegemonia sobre o MIC-CDI, que foi politizado, transformando-se numa arena onde grupos privados nacionais disputam, numa guerra cega, os novos projetos do setor." (SUAREZ, 1989, p. 35)

Diante disso, e preocupada em manter seu poder na área, a Petroquisa passou a ser "uma ferrenha defensora da reestruturação do Sistema e seu modelo empresarial" (SUAREZ, 1989, p. 35). Dessa reestruturação resultariam poucas grandes empresas petroquímicas de padrão internacional e menos vulneráveis às conjunturas políticas e econômicas do país.

Apesar das dificuldades desse processo, devido à complexidade e pulverização do capital privado, Suarez salienta que ele é inexorável. E é nesse contexto que deve ser entendida a disputa acirrada por novos projetos.

"O fato é que a única regra já definida para a reestruturação é a de que 'quem está fora não entra'. Isto, entretanto, é muito pouco, já que quem está dentro também não quer sair. Desta forma, todos tentam crescer, almejando uma fatia maior do bolo das futuras grandes empresas." (SUAREZ, 1989, p.35)

- CONCLUSÃO

Tendo em vista a complexidade quanto à estrutura produtiva, mas também quanto às relações político-econômicas que se produzem em torno da indústria petroquímica, cabe ressaltar aqui cinco pontos que evidenciam aspectos específicos do desenvolvimento histórico deste tipo de produção no caso brasileiro.

São eles: (1) a significativa presença estatal no setor petroquímico; (2) o poderio que a tecno-burocracia estatal do setor, vinculada à Petroquisa, possui; (3) a vinculação dessa tecno-burocracia a interesses empresariais privados instalados no

complexo de Camaçari; (4) a necessidade de reestruturação empresarial do setor e (5) a disposição dos investidores em competir por novos projetos industriais nesse que é um dos setores mais rentáveis da produção.

É no contexto desses fenômenos que se insere a demanda pela ampliação do pólo gaúcho. Como veremos a seguir, a situação do terceiro Pólo Petroquímico em meados dos anos 80 é um fator que contribui decisivamente para existência da demanda dos industriais da FIERGS pela referida ampliação. Na realidade, é a combinação entre os determinantes históricos do desenvolvimento da indústria petroquímica no país e a situação de limitado alcance produtivo do pólo do Rio Grande do Sul que viabilizarão a formação da demanda empresarial.

CAPÍTULO 6 - O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO PÓLO PETROQUÍMICO GAÚCHO

-INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é avaliar os elementos que serviram de base para a tomada da decisão de implantação do pólo gaúcho, a postura dos setores locais (governo, políticos, empresários, etc.) diante da questão, assim como as expectativas formadas e os resultados obtidos. Esses fatores são importantes no sentido de demonstrar que, na verdade, ocorre certa frustração quanto aos objetivos criados quando da implantação do Pólo Petroquímico. Nesse capítulo, portanto, fazemos um resgate histórico sobre a implantação e desenvolvimento do pólo gaúcho, segundo os anseios dos segmentos regionais.

O capítulo está dividido em duas partes. A primeira trata do processo que levou à decisão de implantação do pólo e dos interesses a ela relacionados. A segunda aborda várias questões relativas à constituição do pólo: tipo de produção, empresas que o compõe, seus limites de produção, entre outras.

6.1 - O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA DECISÃO

A decisão de implantação de um terceiro Pólo Petroquímico no país nasceu de indicadores técnicos que estimavam déficits no fornecimento desse tipo de produtos para o mercado brasileiro na década de 80. O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA, em 1974, avaliava que, mesmo com a complementação das instalações do complexo petroquímico baiano, prevista para 1977 ou 1978, haveria expectativa de demanda insatisfeita para o início dos anos 80 (PETROQUISA, 1976). Diante disso, as alternativas que se colocavam eram de expansão dos pólos já existentes, em São Paulo e na Bahia, ou de implantação de um terceiro complexo.

Na verdade, a decisão tomada derivou de uma postura, adotada pelo governô do Presidente Ernesto Geisel, a qual pressupunha planejamento econômico próprio e estabelecia diretrizes bem definidas (que mais tarde mostraram os limites de seu alcance) para a política industrial. O II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND, de setembro de 1974, definia a necessidade de consolidar-se um "modelo brasileiro de capitalismo industrial", sendo que:

"A idéia básica desse modelo é, de um lado, viabilizar o desenvolvimento da indústria através do setor privado, e, de outro lado, assegurar à empresa nacional papel importante na estrutura industrial moderna e poderosa que se deseja consolidar no País." (BRASIL, 1974, p. 34)

Desta maneira, a estratégia industrial deveria promover o "desenvolvimento dos setores de base", incluindo-se aí produtos petroquímicos, como também deveria responsabilizar-se pela "atenuação dos desníveis regionais de desenvolvimento industrial" (BRASIL, 1974, p. 40). Para tanto, seria adotado o objetivo de desconcentração nacional como "um dos critérios de julgamento, para efeito de concessão de incentivos do CDI, financiamentos do BNDE e outros estímulos oficiais a projetos industriais". (BRASIL, 1974, p. 40)

Contudo, mesmo que, sob argumentos de planificação e desconcentração, as diretrizes políticas pré-estabelecidas pelo governo federal encaminhassem a decisão de implantação do terceiro pólo para a região sul do país (o centro e o nordeste já possuíam seus pólos), o Rio Grande do Sul teve que disputá-lo com o Paraná. A sua localização no Paraná ficou comprometida, porque a refinaria de petróleo que forneceria matéria-prima (Refinaria do Paraná - REPAR) ainda não estava funcionando à época da decisão.

Assim, em 1974, não só o governo do Rio Grande do Sul requereu uma decisão favorável quanto à implantação do III pólo em solo gaúcho, através de estudos que comprovavam a viabilidade técnica de sua implantação, como também desenvolveu-se uma mobilização política mais ampla, com apoio de vários segmentos locais na defesa da mesma idéia.

É interessante observar que, desde 1965, segmentos tecno-burocráticos ligados ao BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul e da futura Fundação de Ciência e Tecnologia -

CIENTEC, sugeriam políticas estaduais de incentivo ao desenvolvimento de indústrias químicas, as quais, segundo eles, levariam à implantação de um complexo industrial. Tal qual ocorreu em São Paulo, os técnicos gaúchos acreditavam na possibilidade de implementar esse tipo de produção industrial partindo das indústrias de terceira geração (que produzissem para consumo final ou para outras indústrias), demandando assim insumos que haveriam de ser supridos com a realização de novos projetos industriais. De acordo com essa perspectiva, formar-se-ia uma cadeia de produção de fora para dentro e não ao contrário, como ocorre com a implantação de um pólo planejado. Entretanto, a idéia não foi longe, entre outros motivos, porque a inevitável produção em larga escala de plantas industriais que fornecessem insumos, como é próprio desse tipo de empreendimento, impedia que o investimento fosse atrativo. As poucas indústrias químicas de terceira geração no Rio Grande do Sul acabariam por consumir parte reduzida da produção.

De qualquer maneira, como parte das ações para implantação do terceiro Pólo Petroquímico no Rio Grande do Sul, o governo estadual, em 1974, encomendou um estudo realizado pelo Bureau d'Études Industrielles et de Coopération de l'Institut Français du Pétrole - BEICIP em convênio com a Fundação de Ciência e Tecnologia - CIENTEC, do Estado do Rio Grande do Sul. Este estudo, concluído ainda no segundo semestre de 74, procurou demonstrar que o estado possuía as chamadas "condições técnicas" para sediar tal empreendimento (BEICIP & CIENTEC, 1975).

Nesse sentido, foi apontado como aspecto favorável a existência no sul de uma refinaria de petróleo de porte considerável (REFAP - Refinaria Alberto Pasqualini), a qual favoreceria a localização do complexo petroquímico em suas proximidades. Tal refinaria tanto forneceria matéria-prima derivada do petróleo (nafta) e óleo combustível, como também tornar-se-ia consumidora de subprodutos das unidades petroquímicas. A proximidade com o mercado argentino também era apontada como uma das vantagens da instalação em solo gaúcho. Projetava-se um crescimento da demanda por produtos petroquímicos naquele país, e haveria então possibilidades de exportação.

Outros fatores, como disponibilidade de infra-estrutura com vias de transporte rodoviário, à época bem conservadas, instalações portuárias (Porto de Rio Grande e superporto em construção) e energia elétrica abundante para a instalação de indústrias de transformação junto ao complexo, compunham a lista das condições técnicas que propiciaram a instalação do III pólo no Rio Grande do Sul.

Uma importante questão favorável diz respeito à projeção de aumento de consumo de produtos petroquímicos pela indústria de transformação gaúcha. O estudo do BEICIP/CIENTEC entendia que,

"o desenvolvimento de uma indústria petroquímica de base acelerará enormemente o crescimento das indústrias de transformação de produtos petroquímicos e, em particular, das de resinas plásticas." (BEICIP & CIENTEC, 1975, p. 41)

Embora houvesse alta concentração deste tipo de produção industrial (transformação de produtos petroquímicos) em São Paulo, previa-se que, com a instalação de uma central produtora de matéria-prima no sul do país, haveria tendência ao deslocamento de unidades produtivas para essa região. Tais indústrias não só estariam próximas de uma nova fonte de produção, mas também de um novo mercado.

De um modo geral, o parecer técnico apontava como benéfica para o desenvolvimento da indústria gaúcha a instalação de um pólo petroquímico na região. Outros setores, como o da indústria automobilística, têxtil e construção civil consumiriam esse tipo de produtos. Portanto, a defesa de implantação do pólo no Rio Grande do Sul, além de obedecer a diretrizes do II PND, também fundamentava-se na idéia de que a indústria petroquímica seria um elemento motor da economia regional.

Em termos de mobilização política de segmentos locais, no sentido de obter uma decisão favorável por parte do governo federal, a atuação do poder legislativo estadual teve particular importância. O então presidente do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), Deputado Pedro Simon, teve a iniciativa de requerer a constituição de uma Comissão Especial da Assembléia Legislativa, cujo objetivo era defender a questão da implantação do Pólo Petroquímico.

Em maio de 1975, o parlamentar utilizou como forma de justificativa, no documento que requeria a formação da Comissão Especial, os "princípios da política econômica defendida pelo Movimento Democrático Brasileiro", ou seja, o fortalecimento do

capital nacional, privado ou estatal (RIO GRANDE DO SUL, 1976, p. 83). Na realidade, ocorreu então uma unificação dos partidos políticos existentes (ARENA e MDB), bem como do legislativo, executivo e segmentos da sociedade civil, formando um certo consenso quanto à importância e mesmo necessidade de implantação do III Pólo Petroquímico no Estado.

O principal argumento político utilizado num documento subscrito por políticos e empresários e entregue ao Presidente da República, em junho de 1975, dizia respeito à perda de posição econômica do Rio Grande do Sul frente à nação e mesmo à região. Assim, a instalação do complexo petroquímico no Estado gaúcho foi colocada nos seguintes termos:

"O Rio Grande do Sul pode continuar crescendo como o vem fazendo até agora, porém quando suas forças vivas se mostrem com menor produtividade para acompanhar o próprio ritmo de desenvolvimento do País, a sua não substituição passa a ser uma questão de natureza histórica. Quando um desequilíbrio regional se desenha com toda a clareza referentemente ao espaço nacional, a sua não correção envolve uma opção em termos de futuro. A opção se traduz objetivamente em saber se é desejável ou não preservar certas posições regionais, ou, em outras palavras, se está implícito no modelo desejado para a sociedade brasileira que algumas áreas se desenvolvam em detrimento de outras." (RIO GRANDE DO SUL, 1976, p. 83)

Efetivamente, quando da decisão sobre a implantação do III Pólo Petroquímico brasileiro, parece ter havido um movimento que

envolveu desde o legislativo, executivo, líderes empresariais até trabalhadores, que defendiam a implantação (1).

Com base nos registros da Comissão Especial Legislativa, vemos que, apesar dos estudos técnicos favoráveis e da entrega de documento ao Presidente da República contendo assinaturas de políticos e de representantes empresariais, ainda assim havia uma lacuna nas manifestações em favor da tese principal. Ou seja,

“... não existia um pronunciamento maciço, equânime, da classe empresarial do Rio Grande do Sul que viesse dar o pensamento e a posição dos empresários gaúchos com relação à instalação desse terceiro Pólo Petroquímico.”
(RIO GRANDE DO SUL, 1976, p. 94)

Sendo assim, a Comissão parlamentar chamou, entre outros, o então presidente da FIERGS, Luiz Carlos Mandelli, para manifestar-se enquanto líder empresarial. O seu depoimento, chama atenção pelo caráter genérico das observações contidas, no qual considera rapidamente aspectos econômicos, sociais e industriais favoráveis à implantação.

Em outras palavras, a postura apresentada por esse presidente não revelou qualquer aproximação mais íntima com o tema - como, por exemplo, a realização de estudos sobre a possibilidade de crescimento da indústria de transformação ou de mercados industriais consumidores. Assim, de acordo com o

(1) Por outro lado, não podemos ignorar a campanha contrária, desenvolvida pelo movimento ecológico, que foi forte o bastante para fazer resultar no pólo gaúcho um dos mais aprimorados sistemas de tratamento de efluentes. Isso pode ser constatado conforme forte repercussão das ações desse movimento na imprensa no período correspondente.

registro da Assembléia Legislativa Estadual, embora os industriais fossem favoráveis à implantação as atitudes práticas foram reduzidas. A postura foi mais de expectativa do que de luta (3), estando essa condicionada ao estímulo de instâncias político-institucionais, como é o caso do Legislativo e Executivo, que reclamavam uma manifestação mais clara.

Com efeito, o trabalho desenvolvido pelos parlamentares gaúchos, apoiados pelo executivo, envolveu o depoimento de vários líderes empresariais, de trabalhadores e também de técnicos. A tônica dos depoimentos, todos favoráveis à instalação, ressaltou a necessidade de incentivar-se o desenvolvimento econômico gaúcho, considerando a existência de uma situação desvantajosa frente à nacional.

Enfim, os segmentos políticos locais admitiram a conotação mais política do que técnica, que determinava a decisão final. Segundo afirmações contidas em registro dos debates da Comissão, o argumento da tendência regressiva da economia gaúcha representava até mesmo um problema de segurança nacional. Nesse sentido, os gaúchos procuravam conquistar o apoio dos militares, que, por sua vez, apregoavam a desconcentração regional da produção econômica nacional, como forma de prevenir-se de qualquer sabotagem (interna ou externa).

(3) É preciso deixar claro que, neste ponto, estamos falando da atuação empresarial no período da implantação do pólo, na década de 1970, e não do caso da ampliação do pólo, demandada em período recente.

Na fase de decisão sobre a implantação, o raciocínio básico dos setores locais, portanto, fundamentava-se na idéia da necessidade de desenvolvimento da economia gaúcha. Por outro lado, a decisão em nível de CDE - Conselho de Desenvolvimento Econômico - baseava-se nas diretrizes do II PND e tinha o apoio do então Presidente General Ernesto Geisel.

6.2 - A CONSTITUIÇÃO DO TERCEIRO PÓLO PETROQUÍMICO

Mencionaremos aqui questões que dizem respeito à constituição do pólo gaúcho: as origens do capital que o compõe, sua estrutura de produção projetada e a alcançada, bem como a destinação dessa produção. Ainda vamos demonstrar que a esperada expansão industrial, com base no pólo, não ocorreu; os empresários gaúchos foram pouco ousados em certos investimentos. Enfim, o pólo não significou o desenvolvimento econômico regional, tão aspirado à época da decisão de implantação.

O processo de formação do capital das empresas que compõem o pólo gaúcho, obedecendo ao modelo tripartite - associação entre capital estatal, privado nacional e privado internacional -, não se constituiu em novidade. Tanto o pólo paulista, "espontaneamente", como o baiano, de forma planejada, obedeceram a este padrão de constituição do capital das empresas. Contudo, no Rio Grande do Sul houve uma tentativa governamental de aprimorar o modelo.

Conforme Alban Suarez, a idéia inicial era a de limitar a atuação da Petroquisa à produção de produtos básicos. Assim, os

produtos intermediários e finais deveriam ficar para iniciativa privada, mas "sob a liderança do capital privado nacional". Segundo o autor:

"A 'intenção' de manter a exclusividade privada nos produtos intermediários e finais foi, no entanto, frustrada na prática. A simultaneidade entre a consolidação do pólo de São Paulo e a implantação do pólo da Bahia repetia-se entre a consolidação deste último e a implantação do Pólo Sul. Conseqüentemente, inviabilizava-se uma maior participação dos grupos nacionais já atuantes na petroquímica. (...) Dessa maneira, criaram-se lacunas que foram preenchidas pelos incipientes grupos locais, 'forçando' a participação da Petroquisa, devido à debilidade daqueles frente às multinacionais e ao investimento requerido." (SUAREZ, 1986, p. 104-5)

Relativamente à sua estrutura, o pólo gaúcho foi projetado para contar com oito unidades industriais de segunda geração, além, é claro, da central fornecedora de matéria-prima. Entretanto, devido à segunda crise internacional do petróleo, que se refletiu no Brasil no início da década de 80, o complexo petroquímico do sul, em 1982, contava no início com a COPESUL e apenas três unidades de segunda geração (Poleolefinas e Polísul, produzindo poliestireno de baixa e alta densidade, respectivamente, e a PPH, com polipropileno). Ou seja, houve uma significativa redução no esboço inicial, não só quanto à quantidade de produção, mas também quanto à diversificação dos produtos (ver quadros 3 e 4). De qualquer forma, entraram em funcionamento mais duas plantas industriais de segunda geração

QUADRO 3

Projeção sobre a
Constituição do III Pólo em 1978

EMPRESA	PRODUTOS	CAPACIDADES (1000t/a)	ACIONISTAS	PARTICIPAÇÃO (%)
COPELUL	Central de Matérias-Primas	420	PETROQUISA	51
			FIBASE	49
POLIOLEFINAS	PEBD	115	POLIOLEFINAS	100
POLITENO	PEBD	100	POLITENO	100
POLISUL	PEAD	50	PETROQUISA	20
			HOECHST	40
			IPIRANGA	40
POLIVINIL	MVC/PVC	240	PETROPAR	N.D.
			PETROQUISA	N.D.
			RHODIA	N.D.
PETROFLEX	SBR	80	PETROFLEX	100
OXITENO	Estireno	125	OXITENO	100
	Óxido de Propeno	50		
PPH	Polipropileno	50	HERCULES INC.	40
			PETROPAR	40
			PETROQUISA	20
PROQUISUL	Poliestireno	15	PROQUIGEL	N.D.
			APLUB	N.D.

Fonte: Revista Amanhã nº 4, FIERGS, setembro/1986.

QUADRO 4

Constituição do III Pólo em 1982

EMPRESA	PRODUTO	CAPACIDADE INSTALADA (1000 t /a)	INVESTIMENTO (US\$ Milhões)	ESTRUTURA ACIONÁRIA	%
COPELUL	Petroquímicos Básicos	420	711	PETROQUISA	51
				FIBASE	49
POLIOLEFINAS	PEBD	115	120	PETROQUISA	28,1
				UNIPAR	23,7
				NATIONAL	
				DISTILLERS	28,1
				OUTROS	20,1
POLISUL	PEAD	60	110	IPIRANGA	40
				HOESCHT	40
				PETROQUISA	20
PPH	Polipropileno	50	101	PETROPAR	40
				PETROQUISA	20
				HERCULES	40
Petroquímica Triunfo *	PEBD	100	117	ATO CHIMIE	25
				PETROPLASTIC	25
				PETROQUISA	25
PETROFLEX *	Etilbenzeno	140	108	PETROQUISA	100
	SBR	80			

* Em fase de instalação em 1982 (grifo nosso).

Fonte: Revista Amanhã nº 4, FIERGS, setembro/1986.

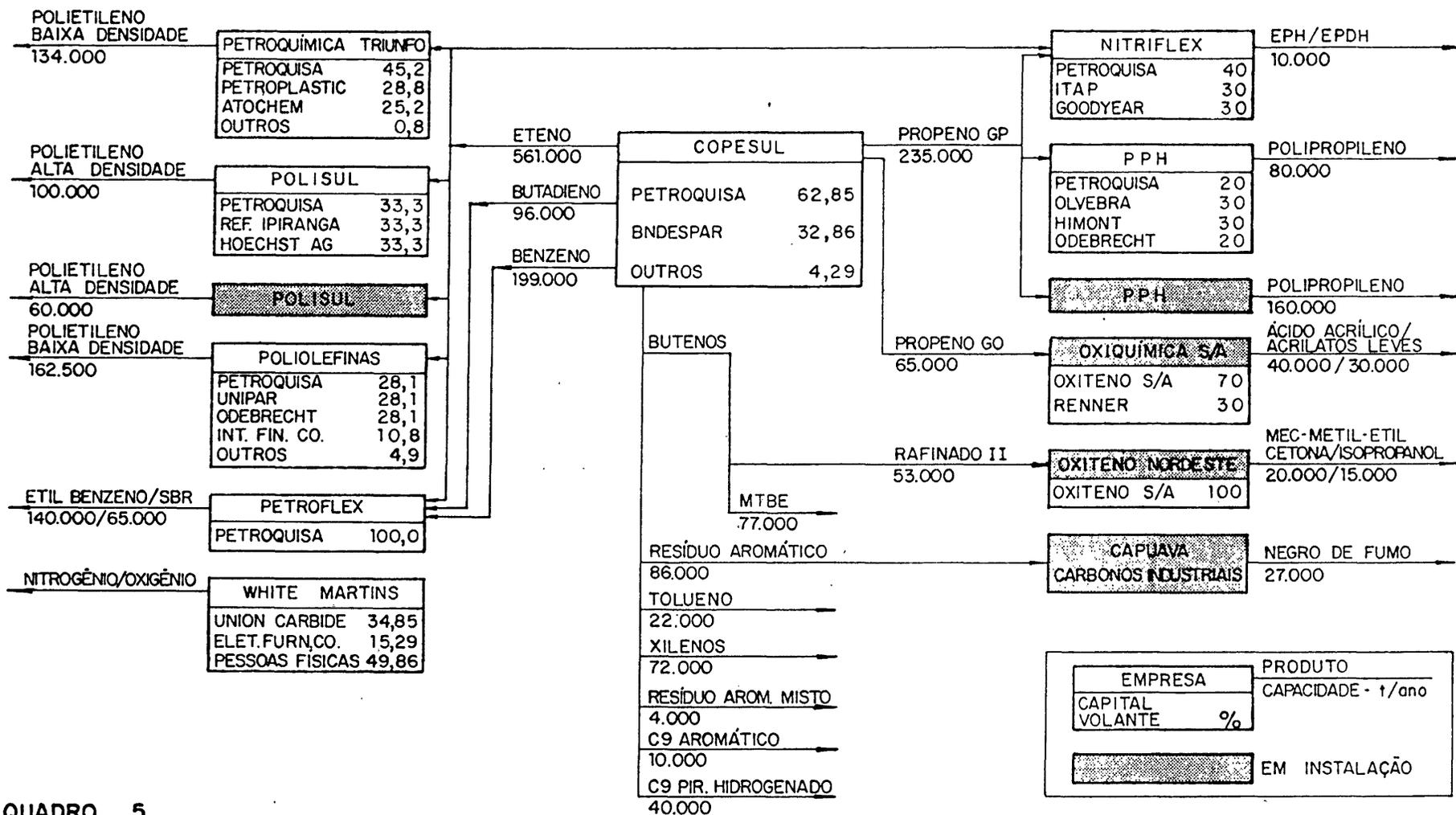
até 1985: a Petroquímica Triunfo, produzindo poliestireno de baixa densidade, e a Petroflex com etilbenzeno e SBR.

As indústrias de segunda geração produzem, nos dias atuais, basicamente dois tipos de insumos para transformação, isto é, plásticos e elastômeros, o que deixa a desejar em termos de diversificação produtiva. Um aspecto que deve ser observado, relativamente à produção dessas indústrias, diz respeito ao destino da produção. Conforme podemos observar, nas tabelas 11 e 12, no ano de 1984, apenas 7% da produção era transformada no Rio Grande do Sul, 42% em outros estados brasileiros e mais da metade, 51% da produção era exportada para outros países.

No ano de 1989, embora o Plano Diretor do complexo de produção petroquímica indicasse a existência de seis plantas industriais de segunda geração em funcionamento e cinco em fase de instalação (quadro 5), não se verificou uma transformação substancial, nem no tipo de produção, nem na sua destinação. Ou seja, os principais produtos podem ser classificados entre plásticos e elastômeros, e sua destinação para as indústrias locais é bastante reduzida.

No caso das indústrias de terceira geração, de acordo com depoimento de Ruy Lerner (4), não houve uma correspondência entre a expectativa criada inicialmente e a expansão industrial ocorrida. Ele considera que, em 1986, existiam pouco mais do que 400 unidades fabris, consumindo em torno de 7% da produção de segunda geração no estado. Segundo o registro, Ruy Lerner afirma que o

(4) Ruy Lerner era diretor-superintendente da COPESUL, em 1986, quando concedeu entrevista à Revista "Amanhã", da FIERGS.



QUADRO 5

**EMPRESAS DO COMPLEXO BÁSICO
PÓLO PETROQUÍMICO DO SUL**

In: Plano Diretor - Módulo I

COPELUS, Triunfo, 1989. p. 7.

TABELA 11

Destino das vendas
das indústrias de 2ª geração / 1984

DESTINO	PERCENTAGEM
Rio Grande do Sul	7
Outros estados	42
Exterior	51
TOTAL	100

Fonte: CONPETRO, 1984, p.22.

TABELA 12

Destino das vendas por empresa em 1984
Em percentagem

DESTINO	POLEOLEFINAS	POLISUL	PPH	PETROFLEX
Rio Grande do Sul	5	7	13	-
Outros estados	39	41	40	68
Exterior	56	52	47	32
TOTAL	100	100	100	100

Fonte :CONPETRO, 1984, p. I a IV.

"... crescimento da indústria de terceira geração seria um excelente sinal para a economia no estado. É ela que trará todos os benefícios que falava na época da instalação do pólo, pois ela possui um grande efeito multiplicador, não só na geração de empregos, como na geração de valor." (Lerner, R. in: Revista Amanhã nº 4, p.15)

Na realidade, é a indústria de terceira geração que requer quantitativamente muito mais mão-de-obra do que a de segunda geração. Esta necessita de um reduzido número de trabalhadores qualificados para seu funcionamento.

Ruy Lerner considera que o principal determinante do reduzido desenvolvimento de indústrias de terceira geração foi o fato de não existir um mercado consumidor significativo no Rio Grande do Sul. Uma alternativa seria a produção de terceira geração destinada à exportação, mas nesse caso,

"seria preciso uma estrutura empresarial que a terceira geração no Rio Grande do Sul ainda não tem. Existem problemas de estrutura tecnológica, de estrutura financeira e gerencial". (Lerner, R. in: Revista Amanhã n.4, p.15)

De outra parte, conforme afirma o empresário da petroquímica, os industriais gaúchos foram cautelosos demais nessa questão, preferiram não arriscar. "Eles não se anteciparam, nem antes, nem depois da partida do pólo, para que pudessem utilizar a capacidade que seria aqui produzida." (Lerner, op. cit.).

Devemos salientar aqui a convergência entre os dois depoimentos citados: de um lado, a estrutura empresarial gaúcha de terceira geração é limitada em termos tecnológicos, financeiros e gerenciais e de outro, a extrema cautela dos empresários gaúchos, que teme uma lei básica de sua atuação profissional - o risco. Embora não possamos limitarmo-nos a tais explicações a respeito do fato, não podemos, entretanto deixar de considerá-las significativas do comportamento empresarial gaúcho.

Ao lado disso, de acordo com um estudo realizado pelo BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul - o tipo de indústria transformadora que poderia ser gerado pelas plantas petroquímicas em funcionamento (plásticos e elastômeros) destina sua produção para outros setores industriais e não para consumo final. É o caso, por exemplo, das borrachas consumidas pela indústria calçadista.

Sendo assim, o estudo realizado pelo BRDE e datado de 1983, considera que a expansão da indústria de transformação resulta da existência de outros segmentos demandantes e não dela própria. Tal indústria "... é muito mais induzida pelo processo de desenvolvimento da economia (industrialização, principalmente) do que propriamente indutora desse processo" (INFORMES SETORIAIS, 1983, p. 3). Com isso, diferentemente do entendimento dos idealizadores do complexo petroquímico, o estudo elaborado pelo BRDE tenta demonstrar que o desenvolvimento da economia gaúcha não pode depender da implantação do pólo planejado. Mas sim, ao contrário, são os setores da produção industrial para consumo final que demandariam um crescimento na produção petroquímica de

terceira, segunda e primeira geração, já que são interligados. Ainda, para que houvesse um significativo desenvolvimento das indústrias insumidoras de termoplásticos no estado, sua produção haveria de ser destinada ao mercado nacional, uma vez que o mercado regional é reduzido e menos dinâmico. Porém, os empresários locais parecem demonstrar limites na sua capacidade competitiva e/ou de iniciativa para tanto (5).

Enfim, podemos afirmar que ocorreu certa frustração em relação aos objetivos iniciais da implantação do terceiro pólo petroquímico. Especialmente com relação aos políticos e empresários que defenderam tal implantação, acreditando no desenvolvimento necessário à economia regional. Em última análise, tal crença centrava-se na expectativa de crescimento (em quantidade e qualidade) das unidades de terceira geração no estado, o que não aconteceu. Ocorre que é neste nível da produção petroquímica que são gerados efeitos mais significativos da produção para a economia local; as indústrias de primeira e segunda geração exigem alto investimento de capital e um número reduzido de trabalhadores qualificados. As indústrias de terceira geração, por sua vez, não exigem altas somas de capital investido e geram quantitativamente muito mais empregos e impostos. Assim, a defesa de implantação do pólo pressupunha a defesa do desenvolvimento das indústrias de produção final.

(5) Em entrevista (de 01.06.90), Mayer Avruch, ex-presidente do CONPETRO, avaliava que os empresários gaúchos possuíam menor capacidade de projetar investimentos industriais do que sua real capacidade financeira pudesse comportar. Desse ponto de vista, então, a falta de competitividade de seus empreendimentos dever-se-ia mais à falta de iniciativa do que a uma incapacidade econômica.

Para exemplificarmos, em 1983, Percy Louzada de Abreu (CONPETRO, 1983), então presidente da REFAP, estimava que, quando estivessem em funcionamento as oito unidades projetadas inicialmente para o complexo básico do pólo, seria gerado um total de 4.500 empregos diretos. E, assim como o governo programou, se 50% da produção de resinas e borrachas produzidas no pólo fossem transformadas na região sul e metade disso no Rio Grande do Sul, então gerar-se-iam 15.000 empregos na indústria de transformação e 43.500 empregos indiretos em atividades terciárias. Isso significa que 63.000 empregos ligados à produção petroquímica seriam criados (quadro 6). Atualmente, o pólo gaúcho gera em torno de um sexto do total previsto.

Na realidade, não só houve frustração quanto ao desenvolvimento de indústrias de terceira geração, como também, a produção de segunda geração deixou a desejar. A estrutura inicial planejada para o complexo previa plantas industriais que significariam a diversificação da produção isso, porém, não ocorreu. A produção ficou restrita basicamente a plásticos e elastômeros, como vimos. A demanda recente pela ampliação do pólo gaúcho tem como um de seus determinantes fundamentais os fatos acima referidos, ou seja, tem origem no fato de que o pólo gaúcho é caracterizado por um limitado desenvolvimento.

QUADRO 6
Estimativa sobre a
Geração de Empregos no
Pólo Petroquímico do Sul
quando consolidado*

SETOR	QUANTIDADE DE EMPREGOS
Setor Secundário	
Complexo Básico (Central de Matérias-primas e Unidades de 2. ^a Geração)	4.500
Indústria de transformação petroquímica	15.000
Subtotal	19.500
Setor Terciário	
Empregos indiretos	43.500
TOTAL	63.000

Fonte: Avaliação do Pólo Sul. Petroquímica: Novos Horizontes, 1983.

* Consolidação significa sua implantação tal qual o projeto inicial.

- CONCLUSÃO

De acordo com os objetivos deste capítulo, cabe ressaltar três questões que nos permitem entender a situação em que se encontrava o Pólo Petroquímico Gaúcho até o período da formação da demanda empresarial para sua ampliação.

Na metade dos anos 70, vimos que havia interesse do governo federal em instalar um pólo no sul do país, baseado na política de desconcentração industrial e na necessidade de aumento na produção de petroquímicos. Na verdade, houve mobilização de políticos gaúchos e apoio por parte do empresariado ligado à FIERGS no sentido da defesa da implantação do complexo. Contudo, a participação dos industriais foi reduzida, na medida em que as iniciativas para mobilização ocorreram com base muito mais nas ações do legislativo e executivo estadual do que na movimentação empresarial.

Outra questão importante diz respeito às expectativas formadas à época da defesa da implantação do pólo. Na verdade, o empreendimento era visto como um importante meio propulsor de desenvolvimento industrial para a debilitada economia gaúcha. Via-se, no novo complexo industrial, a possibilidade de geração de grande número de empregos e de impostos estaduais.

Por fim, os resultados obtidos até meados dos anos 80 indicavam que as expectativas haviam sido frustradas. Tanto a

diversificação da produção de segunda geração, como a expansão das indústrias de terceira geração deixaram a desejar.

É nesse quadro de quebra de expectativa, de reestruturação empresarial e a necessidade de aumento da produção, que vai surgir a demanda dos industriais gaúchos pela ampliação do complexo petroquímico local. O próximo capítulo trata da demanda propriamente dita.

CAPÍTULO 7 - O EMPRESARIADO GAÚCHO E A POLÍTICA ESTATAL PARA O SETOR PETROQUÍMICO DURANTE A NOVA REPÚBLICA

- INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é tratar da transformação do tema da ampliação do pólo gaúcho em uma "questão" e, depois, em política estatal, nos termos em que Oszlack & O'Donnell as definem. Ou seja, procuramos entender a problematização social do tema. Por que a questão é problematizada no período da Nova República, qual a efetiva participação dos industriais gaúchos, com que objetivos participa, com que apoio e oposição, o que obtém junto ao Estado e por que obtém. Tudo isso considerado à luz de importantes fatores definidores até aqui mencionados: tanto as características históricas da indústria petroquímica no país, como os limites relativos ao desenvolvimento do pólo gaúcho.

O capítulo está dividido em três partes. A primeira trata da agenda de questões, ou seja, aquilo que Oszlack & O'Donnell chamam de conjuntos de políticas públicas e privadas relacionados ao tema. A segunda aborda o surgimento da questão, ou por que o tema passou a ganhar tanto espaço no âmbito das preocupações

empresariais e, portanto, foi problematizado socialmente, transformando-se numa questão.

Na terceira parte aparecem os principais episódios que demonstram ter havido disputas políticas a partir da demanda pela ampliação do pólo gaúcho. Aí são identificados os principais atores que apoiaram ou que se opuseram à ampliação do pólo gaúcho.

7.1 - A AGENDA DE QUESTÕES: AS POLÍTICAS PÚBLICAS E PRIVADAS LIGADAS AO TEMA

A partir da Nova República e do Plano Cruzado, a conclusão de que o país necessitava de um novo programa de investimentos petroquímicos foi imediata. Em fevereiro de 1986, a ABIQUIM (Associação Brasileira da Indústria Química e Produtos Derivados), sob a hegemonia da Petroquisa, e aliada a empresários do pólo baiano (sob a presidência de Candal e, depois, Mariani) (1), encaminhou ao Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, uma proposição de investimentos para os próximos dez anos. "Na verdade, já se pretendia, àquela altura, duplicar o Pólo de Camaçari até 1990 e, a partir daí, caso os cenários 'cor de rosa' se confirmassem, partir-se-ia então para a duplicação do Pólo Sul". (SUAREZ, 1989, p. 36).

(1) Arthur Candal, como já mencionamos, é uma figura importante na petroquímica brasileira e, após exercer o cargo de diretor em empresas do pólo baiano, mantém "sua posição na primeira linha da tecno-burocracia petroquímica" (SUAREZ, 1986, p. 159). Clemente Mariani, por sua vez, controla o grupo Petroquímica Bahia. Esse grupo entrou no setor petroquímico e tornou-se forte, aliando-se a tecno-burocracia da Petroquisa a partir do pólo de Camaçari.

Conforme Suarez (1989), a escolha de Camaçari para duplicação deveu-se a dois fatores principais. De um lado, tal duplicação implicaria também a duplicação da NORQUISA, "o grande núcleo privado da tecno-burocracia comandado por Geisel" (p. 36) e, de outro lado, porque significaria também uma nova fase de incentivos fiscais administrados pela SUDENE. Como resultado dessa estratégia, mais uma vez afirmava-se as vantagens dos grupos privados ali situados. Esses grupos, considerados fortes em termos de empresariado nacional, conseguiriam, com essa política, "comandar o processo de reestruturação (empresarial), engolindo os demais" (SUAREZ, 1989, p.36).

Entretanto, de acordo com Suarez, a estratégia de duplicação do pólo baiano e de novo fortalecimento de grupos empresariais aí sediados provocou uma reação por parte do grupo UNIPAR (2), pioneiro na petroquímica a partir do pólo paulista. O grupo UNIPAR, através de Michael Hartveld, defendeu a implantação de um novo Pólo Petroquímico a ser localizado no Rio de Janeiro. O principal argumento utilizado era o de que no Rio de Janeiro haveria a possibilidade de contar-se com gás natural da Bacia de Campos. Os pólos existentes utilizam basicamente a nafta, matéria-prima escassa.

Na verdade, o eixo Rio-São Paulo é o principal mercado consumidor de produtos petroquímicos, utilizando cerca de 70% da

(2) O grupo UNIPAR, formado pelos primeiros investidores na área petroquímica, criou-se investindo na central de matérias-primas do pólo paulista. Esse grupo foi contrário à implantação do pólo baiano. Segundo Suarez (1986, p. 125), sua participação em empreendimentos naquele pólo foi rejeitada por aqueles que possuíam o poder naquele complexo.

produção baiana (3). Ocorre que a ampliação do pólo paulista tornava-se de difícil concretização, porque a região em que está localizado não possui condições infra-estruturais para comportar novos e grandes empreendimentos. A UNIPAR, com interesses muito mais vinculados ao pólo paulista do que ao baiano, via na implantação de um novo complexo, no Rio de Janeiro, possibilidades de ampliar seus investimentos.

Assim, a estratégia-Rio ganhou desdobramentos que extrapolaram a discussão técnica de utilização ou não de gás natural. No Rio, acabaram unindo-se políticos identificados com o PMDB, PFL e com o governo federal na conquista de um empreendimento desse porte. Com uma conquista dessas pretendiam opor-se à uma possível eleição de Leonel Brizola ao governo estadual em 1990. Quanto à Petroquisa, que inicialmente opunha-se à opção Rio (utilizando argumentos técnicos), em pouco tempo termina por evidenciar certa heterogeneidade na composição de interesses de seus quadros. Ou seja, escalões intermediários viam, na implantação de um pólo no Rio de Janeiro, a possibilidade de galgarem postos superiores. Suarez cita a afirmação de um membro da cúpula da Petroquisa: "na duplicação de Camaçari, só haverá cargo de reator; já no Rio, haverá de diretor", (SUAREZ, 1989, p. 37).

Em 1987, a idéia de implantação de um quarto Pólo Petroquímico no Rio de Janeiro, tornou-se um projeto de dimensões bem maiores do que o inicialmente pensado. A Petroquisa percebeu que o alcance da articulação política carioca poderia ameaçar a estratégia de duplicação do pólo de Camaçari. Passou a defender,

(3) Conforme entrevista realizada por nós em 23.08.90 com Percy Louzada de Abreu, ex-diretor da Petroquisa.

então, os dois projetos, o que, em agosto de 1987, transformou-se no Programa Nacional de Petroquímica - PNP - aprovado pelo Presidente José Sarney.

Vale salientar que, senão por outros motivos, pelo fato de ocorrer em área que já contava com infra-estrutura, não foi difícil fazer com que a duplicação do pólo baiano tivesse o início dos trabalhos imediatamente efetivado. Quanto à implantação do novo pólo, sem o apoio inicial da cúpula da Petroquisa, passa a ser uma das prioridades do governo de Moreira Franco, que fora eleito governador do Rio de Janeiro pelo PMDB, e com apoio do governo federal. A idéia era constituir um complexo independente da Petroquisa e com grande presença do capital internacional: a longo prazo utilizaria o processo de conversão da dívida externa nos investimentos.

Porém, como que numa resposta a essa possibilidade, que ameaçaria seu poder na área, a cúpula da Petroquisa passa a apoiar mais efetivamente a concretização do Pólo Petroquímico carioca. Suarez afirma que:

"O Pólo Petroquímico do Rio, entretanto, não será apenas mais um novo complexo produtivo incorporado ao sistema Petroquisa (...) o novo pólo servirá como um palco para o conflituoso processo de reestruturação. Cria-se com ele um novo espaço para acomodação, superando-se, assim, a falta de legitimidade da Petroquisa, bem como do Governo atual, para implementação de um processo racional." (SUAREZ, 1989, p. 38)

Enfim, tantos segmentos estatais: a tecno-burocracia da Petroquisa, o governo federal, através do Programa Nacional de

Petroquímica, o governo estadual do Rio de Janeiro e também segmentos privados, interessados em ampliar seus investimentos, movimentam-se, criando fatos políticos e econômicos que tinham relação com a problemática do Pólo Petroquímico gaúcho. Em outros termos, se este pólo contava com significativo limite em sua produção, a saída dessa situação tornava-se mais difícil se houvesse expansão da produção em outras regiões do país. Efetivamente, o aumento da concorrência em termos de aprovação de novas plantas pelo então Ministério da Indústria e Comércio, bem como o aumento de investimentos por parte da estatal da petroquímica criavam mais obstáculos à expansão e diversificação do pólo do Rio Grande do Sul.

É nesse contexto, ou envolvimento nesta "agenda de questões", que o tema da ampliação do pólo gaúcho é problematizado pelos industriais da FIERGS, e transformado em "questão" que ganha espaço no interior do Estado.

7.2 - O SURGIMENTO DA QUESTÃO: A REAÇÃO DOS GAÚCHOS AO PROGRAMA NACIONAL DE PETROQUÍMICA

O entendimento de que o Pólo Petroquímico gaúcho necessitava consolidar-se e ampliar-se esteve constantemente presente como uma aspiração de políticos, empresários e técnicos ligados, de alguma forma, ao empreendimento.

A consolidação do pólo significa a obtenção das plantas industriais previstas no projeto inicial, como é o caso de MVC-

PVC e Cumeno-fenol-acetona (conforme Of. 376/88 - GG/SIC de 04.07.88). Ampliação traduz-se pela obtenção de aprovação de novos projetos industriais de segunda geração, assim como aumento da capacidade produtiva de primeira geração. Como, durante todo o processo de mobilização, os atores envolvidos objetivaram mais do que aquilo previsto inicialmente, utilizaremos o termo ampliação.

De acordo com o período delimitado para o nosso estudo desde 1985, a idéia de ampliação do Pólo Petroquímico gaúcho era registrada como um anseio nas atas de reuniões de diretoria da FIERGS. É no ano de 1987, contudo, que há um acirramento na intensidade de manifestações sobre o tema, ocorrendo também uma mobilização política mais efetiva, unindo empresários, governo estadual e parlamentares da região.

Isso acontece porque a mudança de administração política no governo do estado, com a eleição de Pedro Simon, muda a relação entre empresariado e o executivo estadual. Durante o governo anterior, de Jair Soares, as relações entre a FIERGS e o executivo desagradavam aos industriais, como vimos anteriormente (capítulo 4, parte II). O governo de Pedro Simon, no entanto, antes mesmo de tomar posse, já articulava uma atuação conjunta, com o empresariado da FIERGS, em várias áreas, sendo a petroquímica uma das consideradas prioritárias.

Por outro lado, é nesse período também que, ao nível nacional, já se falava na necessidade de ampliação da produção de petroquímicos, tendo em vista a projeção de aumento no consumo. Como vimos, ligado a essa percepção resulta o Programa Nacional de Petroquímica - PNP, que previa a duplicação do pólo de

Camagari e a implantação de um novo pólo no país, o do Rio de Janeiro.

Ora, o Rio Grande do Sul contando com um complexo já instalado, mas em proporções reduzidas, não foi beneficiado pela nova política governamental. Com isso, já existia uma vontade política de defesa da ampliação do complexo industrial gaúcho, os ânimos foram acirrados. O tema havia ganho apoio institucional do novo governo estadual, a partir de 1987 (porque se via aí, novamente, a possibilidade de incentivo ao desenvolvimento da economia regional). Desse modo, a demanda sócio-econômica, reagindo a uma política federal, conquistou maior repercussão política. Assim, podemos dizer que, embora a origem da questão seja anterior ao PNP, é a partir dele que se viabiliza uma luta organizada com o objetivo de ampliar o pólo gaúcho.

De fato, o ano de 1987, foi, sem dúvida, marcado por uma mobilização efetiva em torno da ampliação do pólo gaúcho. Por exemplo, Gerhard Joseph Theisen, empresário gaúcho que atuou significativamente nessa questão (4), esteve presente no seminário realizado em Salvador/Bahia, no início de 1987, cujo objetivo era consolidar a idéia de expansão do pólo baiano. O empresário objetivava convencer os presentes de que a ampliação do pólo baiano e a implantação do carioca deveriam ser postergadas em um ano. Isso, para que antes de qualquer coisa, o pólo gaúcho fosse ampliado (Ata 06/87, item 6). Ao mesmo tempo, Luiz Carlos Mandelli se movimentaria no sentido de que a possível

(4) Theisen foi eleito, em julho de 1986 presidente do Sindicato das Indústrias Químicas do Rio Grande do Sul pelo terceiro mandato.

duplicação de Camaçari não contasse com incentivos governamentais (Ata 04/87, item 4). E o senador gaúcho, Carlos Alberto Chiarelli, articulado com os interesses da FIERGS, apresentaria um projeto de lei com objetivo de revogar a isenção e redução de impostos para empreendimentos petroquímicos na área de atuação da SUDENE (Ata 24/87, item 5).

Nenhum dos objetivos acima foi alcançado pela FIERGS. Em 1987, contudo, em torno deles, muito foi debatido e houve uma clara associação com o governo estadual recém empossado, através da formação de um grupo de trabalho conjunto para a defesa dos interesses da indústria petroquímica gaúcha, especificamente a ampliação do pólo.

O PNP, de agosto de 1987, além de permitir a duplicação do pólo baiano e a implantação do carioca, previu para o pólo gaúcho o desgargalamento (5) da Copesul em 20%, ao mesmo tempo em que retirou a destinação da planta de fenol-acetona prevista, desde o projeto inicial, para o pólo de Triunfo. Ora, esta unidade industrial, juntamente com a de MVC-PVC, era considerada de particular importância para a indústria petroquímica gaúcha, já que a sua implantação modificaria as características do complexo local; com essas plantas o pólo deixaria de ser exclusivamente produtor de termoplásticos e elastômeros, setores mais tradicionais da petroquímica e que trabalham com produtos de baixo valor agregado.

(5) Desgargalamento significa o aproveitamento máximo do equipamento, através de ajustes técnicos que requerem reduzido investimento de capital.

Um pólo com base em plásticos e borracha apresenta menor poder para gerar desenvolvimento econômico. Tal desenvolvimento processa-se, como já vimos, com a diversificação da produção e com a entrada na química fina. Nesse sentido, os empresários e o governo estadual consideravam as plantas de MVC-PVC e fenol-acetona como básicas. Tais unidades industriais, em conjunto com as de estireno, poliestireno e ácido acrílico e acrilatos, significavam a "reafirmção" do Rio Grande do Sul na petroquímica através da "diversificação" da produção (6).

Cabe analisar, a seguir, sob que aspectos a disputa política pela ampliação do pólo gaúcho fica mais claramente definida.

7.3 - AS PRINCIPAIS DISPUTAS

Nesta seção, analisaremos os principais episódios que marcaram a defesa da ampliação do Pólo Petroquímico pelos industriais gaúchos. Desde já, esclarecemos que as disputas em torno da implantação das unidades de MVC-PVC e fenol-acetona, juntamente com a defesa da ampliação da COPE SUL, constituíram-se nos fatos acerca dos quais as atenções empresariais estiveram mais voltadas.

(6) Estes termos foram utilizados por Percy Louzada de Abreu, ex-diretor da Petroquisa, em entrevista realizada por nós em 23.08.90.

7.3.1 - A UNIDADE DE FENOL-ACETONA

Depois de os empresários e políticos gaúchos marcarem posição contrária a aprovação do PNP, em 1987, pela contrariedade à duplicação do pólo de Camaçari e à implantação do carioca, as disputas acirram-se em 1988.

No caso específico da planta de fenol-acetona, o governo estadual elaborou um documento (Of. 283/88 - G.G., SIC de 08.06.88), resultado da ação conjunta com os empresários da FIERGS, entregue ao Ministro das Minas e Energia. Nesse documento argumentava que a não-disponibilidade de matéria-prima no pólo de Camaçari, para o qual estaria destinada a referida planta industrial, devia significar a sua destinação ao sul, não ao Rio de Janeiro, como era pretendido pelos cariocas (7). O principal argumento utilizado foi o de que a produção de cumeno-fenol-acetona contribuiria para modificar a natureza do pólo gaúcho, abrindo caminho para a entrada na química fina. Porém, argumentava-se também que, com o desgargalamento da COPESUL (central de matérias-primas), este seria o único pólo a dispor de matéria-prima a curto prazo. A disputa neste caso era clara: os grandes adversários eram os cariocas, já que na Bahia não havia matéria-prima. A Petroquisa, entretanto, aliava-se aos cariocas, como veremos a seguir.

Antes disso, cabe ressaltar que, em meados de julho de 1988, "houve a confirmação do Presidente da República ao então Ministro

(7) No mesmo Ofício já aparecia a demanda pela ampliação da COPESUL, prevendo-se para tanto, a necessidade de investimentos na Refinaria Alberto Pasqualini - REFAP.

da Justiça, Paulo Brossard, de autorizar a localização do projeto de fenol-acetona no pólo gaúcho" (Ata 27/88, item 5). Entretanto, no início do mês seguinte, "esboça-se uma nova trajetória na definição das plantas de fenol-acetona e MVC-PVC" (Ata 29/88, item 5). A situação mantém-se indefinida e com contínuas informações desencontradas até fins de outubro. Nesse período, Gerhard Joseph Theisen, numa postura cautelosa afirmava que "... apesar dos prognósticos favoráveis da Imprensa acerca da definição das plantas de fenol-acetona e MVC-PVC para o nosso Estado, deve-se aguardar a assinatura do Presidente da República José Sarney, para confirmar sua implantação, seja no Rio Grande do Sul ou no Rio de Janeiro" (Ata 38/88, item 4).

As afirmações acima confirmam o interesse e a insegurança dos empresários gaúchos quanto à instalação da referida planta industrial no pólo sul. Mas, além disso, os empresários, em conjunto com o governo estadual, agem no sentido de realizar sua vontade.

Em ofício ao Presidente Sarney (Of. 444/88 - G.G., SIC de 04.08.88) o Governador Pedro Simon esclarecia que depois da certeza, derivada da informação do Ministro Paulo Brossard quanto à viabilização das plantas MVC-PVC e fenol-acetona em Triunfo, foi surpreendido ao detectar "procedimentos tendentes a inviabilizar a segura disponibilidade de matérias-primas em Triunfo para essas duas novas unidades, através do estímulo a indústrias já instaladas no Pólo, no sentido de aumentarem suas produções... desse modo seriam consumidas as matérias-primas disponíveis para viabilizar MVC-PVC e fenol-acetona" e concluiu o

raciocínio dizendo que "é de lembrar-se que, no processo decisório da petroquímica, têm participação a Petrobrás, a Petroquisa, o CNP e o MIC (SDI)" (Of. 444/88 - G.G., SIC de 04.08.88). Os procedimentos citados teriam a conivência desses órgãos com poderes sobre o assunto. Ou seja, a ampliação de unidades já existentes no pólo gaúcho seria uma estratégia de setores tecno-burocráticos do Estado, que compõem aqueles órgãos - a Petrobrás, a Petroquisa, o CNP e o MIC - para inviabilizar a instalação de novas plantas no referido pólo. Isso se constitui em indício da postura da Petroquisa em oposição à instalação da planta de fenol-acetona no sul.

No mesmo período, a Petrobrás elaborou um documento, datado de 05.08.88, cujo título é "Programa Nacional Petroquímico - Unidade para produção de fenol". Nesse documento fica registrada a posição oficial da Petrobrás quanto à destinação da planta fenol-acetona para o Rio Grande do Sul: "pelos estudos realizados pela Petroquisa não existe atualmente disponibilidade de matérias-primas que justifiquem a transferência do projeto fenol para o Rio Grande do Sul" ("PNP - Unidade para produção de fenol" de 05.08.88). De fato, a Petroquisa era contrária. Como resposta, o governo estadual contrapõe outro documento ("Pólo Petroquímico" - informe técnico de 12.08.88), buscando provar a inconsistência do argumento de falta de matéria-prima para a decisão sobre a transferência da planta de fenol-acetona da Bahia para o Rio Grande do Sul. Essa situação revela uma clara disputa entre governo estadual e empresários contra a tecno-burocracia da Petroquisa e da Secretaria de Desenvolvimento Industrial. Esta

última é quem decidia sobre a destinação de plantas petroquímicas e, historicamente, tem atuado de acordo com os interesses da tecno-burocracia da Petroquisa.

Nesse período, contudo, o PNP sofreu uma primeira revisão, a qual veio a ser autorizada pelo Presidente Sarney em 01.11.88. O fato é que a revisão do item I - "Programa de Investimentos" - do PNP transfere a planta de fenol-acetona, antes destinada à Bahia, para o Rio Grande do Sul, tal qual a vontade dos gaúchos. Mas ela previa também a instalação de outra planta de fenol-acetona, com localização a ser definida, a qual possuía uma diferença básica importante relativamente àquela a ser instalada no pólo de Triunfo.

Ocorre que, no Anexo I do documento (EM/GM nº 023/88 de 15.07.88 autorizado em 01.11.88), que revisa o PNP e destina a planta de cumeno-fenol-acetona para o sul, há uma observação nos seguintes termos: "o suprimento de matérias-primas para este projeto independêrã de investimentos do sistema Petrobrás/Petroquisa. Os interessados deverão se assegurar do suprimento de matérias-primas necessárias à realização do projeto." De outra parte, o Anexo V, que prevê uma planta semelhante com local de implantação ainda indefinido, traz outra observação, dizendo que "o presente projeto poderá ser realizado independentemente do previsto no anexo I" (Idem). Ou seja, a Petroquisa pode investir no empreendimento da planta de fenol-acetona com local indefinido. Com isso, fica clara a intenção dos técnicos da SDI e Petroquisa de, no mínimo, não propor facilidades à implantação da referida unidade industrial no Rio

Grande do Sul. Quanto a possíveis facilidades para implantação em outro local, que em termos lógicos seria o Rio de Janeiro, já que a planta foi retirada da Bahia por falta de matéria-prima, nesse caso a situação fica para ser definida.

O que devemos assinalar é que, de um lado, a reformulação do PNP, assinada por quatro ministros e pelo Presidente Sarney, foi contrária aos interesses da Petroquisa ao destinar a planta de fenol-acetona para o pólo sul. Parece ter havido, neste caso, uma vontade política, que estaria localizada na cúpula do Executivo Federal, Presidente e Ministros de Estado, em decidir favoravelmente às aspirações de políticos e empresários gaúchos. De outra parte, utilizando-se de uma "sutileza", através da redação, elaborada por técnicos da SDI, a Petroquisa, recuperou ou nem chega a perder, sua vantagem sobre o tema. Os desdobramentos posteriores contribuirão no sentido de provar nossa interpretação.

Em dezembro de 1988, um projeto que uniu os grupos Ipiranga-Rhodia-Renner Hermann (8) deu entrada na SDI-MIC como candidato único para implantação da unidade industrial de fenol-acetona no pólo sul. Em parecer de 05.05.89 (Relatório SDI/SEC. de Ind. Químicos e Derivados nº 58/89 de 05.05.89) a SDI aprovou a implantação da unidade industrial no Rio Grande do Sul, tal qual a revisão do PNP passou a permitir. Contudo, a mesma reunião aprovava a implantação de outro projeto de fenol-acetona, só que para o Rio de Janeiro (LIQUIPAR, do grupo italiano ENI e da Cia.

(8) Esse projeto acabou tendo a desistência da Renner Hermann e constituindo a empresa Neofen a partir do grupo local Ipiranga (60%) e da Rhodia (40%).

Igarassu do grupo Votorantim). Tudo isso fazia parte da estratégia da tecno-burocracia que contrariava interesses relativos à ampliação do pólo gaúcho.

Como vimos, a revisão do PNP, de novembro de 1988, retirou a possibilidade de investimentos da Petroquisa no caso da aprovação da unidade industrial de fenol-acetona para o Rio Grande do Sul. O suprimento de matéria-prima necessário ao projeto não poderia contar, portanto, com o apoio financeiro da Petrobrás/Petroquisa. Por outro lado, com a Lei 7.793/89, de 04.07.89, que autoriza a mesma estatal a "participar, minoritariamente, do capital de sociedades responsáveis pela implantação de projetos no Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro" (Lei 7793/89, publicada no D.O. em 04.07.89), criava-se uma situação de nítido desfavorecimento aos interesses ligados ao pólo sul. Enfim, o anúncio da primeira participação estatal no pólo carioca, que inicialmente deveria ser financiado pela iniciativa privada, foi feito pelo "Vice-Presidente da Petroquisa, José Jucá Bezerra Neto, ao explicar que a participação acionária na fábrica de fenol deverá ser dividida igualmente entre os três sócios" (O Globo de 07.07.89).

Ora, se a SDI e a Petroquisa haveriam de sentir-se obrigadas, pelo menos por condições políticas (senão técnicas, que não cabe a nós analisar) contidas na revisão do PNP, a aprovar uma proposta de unidade industrial de fenol-acetona para o sul e, se o seu interesse maior, no momento, era a implantação do pólo carioca, então a "sutileza" existente no texto que revisou o PNP, em 01.11.88, tinha um objetivo certo: realizar a vontade da Petroquisa no pólo carioca. O anúncio da permissão da

participação acionária da Petroquisa no complexo petroquímico do Rio de Janeiro, feito logo após a aprovação das plantas industriais para os dois estados, comprova que o poder de efetivação da vontade dos membros da Petroquisa, nesse caso, foi uma realidade.

A previsão, pelo PNP em novembro de 1988, de uma planta de fenol-acetona sem local definido e com possibilidade de participação da Petroquisa, ao contrário da planta gaúcha, e a aprovação pela SDI, em maio de 1989, de projetos industriais para o sul e para o Rio, os quais implantariam plantas de fenol-acetona nos dois estados, sendo que o último contaria com participação da Petroquisa, não são fatos isolados. Na verdade, tudo isso fez parte da estratégia da tecno-burocracia da Petroquisa que, articulada com os técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Industrial - SDI, defendia a implantação do pólo carioca em detrimento da ampliação do pólo gaúcho.

De qualquer forma, esses fatores evidenciam duas situações importantes. Primeiro o que não se constitui em novidade, mostra que existem relações de interesses da tecno-burocracia da petroquímica, que nascem em contraposição ou em consonância a aspirações de outros setores (políticos, empresariais ou regionais). Segundo, a decisão de permitir a implantação, ao mesmo tempo, de duas plantas industriais similares, sem haver certeza quanto à existência de mercado consumidor nessas proporções, revela um comportamento, por parte dos órgãos governamentais planejadores, distinto daquele de período anterior. Não mais preocupando-se com reserva de mercado.

Ocorre que os interesses em investimentos, ou pelo menos na reserva de espaço para futuros investimentos, através da obtenção da aprovação de projetos na SDI-MIC, por parte das empresas do setor, envolvem tanto uma corrida contra o tempo, como a força de poderosos **lobbies** (SUAREZ, 1989). As possibilidades de investimentos criadas pelo programa nacional de petroquímica - com ampliação em 100% do pólo baiano, com a implantação do carioca e a possibilidade de efetivação de novas plantas no sul (MVC-PVC, fenol-acetona, etc.) e sudeste (polipropileno), além da ampliação de unidades já em funcionamento, criam uma das mais acirradas lutas por espaço num dos setores produtivos mais rentáveis. A postura dos órgãos ligados ao Estado, que até o final dos governos militares era de proteger o mercado, evitando a chamada "competição predatória"; produção maior que o mercado, modifica-se com certa clareza, principalmente a partir da presença de Roberto Cardoso Alves no MIC.

Um exemplo típico dessa situação é a concessão das plantas de fenol-acetona tanto para Triunfo como para Itaguaí (RJ). Isso proporciona uma concorrência acirrada entre os novos investimentos a serem efetivados, muito embora haja quem defenda a idéia de que o consumo de petroquímicos há de crescer nos próximos anos, a ponto de comportar todos os investimentos previstos - o tempo de maturação como se sabe é de três a cinco anos para cada nova unidade. Mesmo assim, existe a previsão de queda no crescimento do consumo interno, devido à recessão econômica, e a diminuição de ganhos via exportação, devido a ajustes da economia americana. Nesse sentido, das duas plantas

concorrentes, aquela que entrar em funcionamento antes, muito provavelmente, inviabilizará a segunda.

Segundo a imprensa, em nome da lei de mercado, "a inviabilidade de duas unidades atuarem na mesma área está longe de sensibilizar o Ministro Roberto Cardoso Alves: 'O mercado não é problema meu, nem seu. Quero que se lasquem', disse sublinhando que os investimentos tanto num quanto noutra pólo são de empresas privadas" (Isto é/Senhor nº 1060, p. 56-59 de 10.01.90), o que não é verdade, pois a Petroquisa oficialmente participará da planta de fenol-acetona no Rio de Janeiro.

Vale ressaltar que Suarez, avaliando apenas os investimentos na Bahia e no Rio de Janeiro previstos pelo PNP, de agosto de 87, afirmava que:

"... o novo ciclo de investimentos petroquímicos desenvolve-se de maneira quase que independente da demanda prevista. Isto, até certo ponto, caracteriza o setor como um oligopólio, que antecipa à demanda, criando uma capacidade ociosa planejada. Deve-se notar, entretanto, que, no caso, esta capacidade está sendo em muito superdimensionada." (SUAREZ, 1989, p. 38)

O autor entende que, caso não sejam paralisadas as obras de um dos dois pólos, o país se obrigará a exportar produtos petroquímicos, cobrindo apenas custos variáveis, uma vez que os preços no mercado internacional haverão de cair devido a ajustes na economia americana. Isso levará inevitavelmente ao estímulo do processo inflacionário, já que, como oligopólio, o setor buscará a elevação dos preços de seus produtos.

Fato semelhante teria ocorrido quando da entrada em funcionamento do pólo sul. Na verdade, se a opção governamental privilegiasse a ampliação do pólo já existente, ao invés da implantação de um quarto complexo, os custos seriam significativamente menores. "Em termos médios, a mesma capacidade que no Pólo Rio custará algo em torno de 2,2 bilhões de dólares, poderia ser alcançada no sul por apenas 1,5 bilhões" (SUAREZ, 1989). Entretanto, a opção escolhida encontra respaldo, não na lógica macroeconômica, mas sim, na lógica microeconômica. Isto, devido à estrutura do capital (tripartite) de controle privado, que tem base no capital estatal (da Petroquisa e BNDES), o qual permite uma "estratégia de expansão máxima, a qualquer custo" (SUAREZ, 1989, p. 39). Além disso, o momento de abertura para maiores disputas políticas relativamente ao período anterior, e, vinculado a isso, a ausência de uma política de proteção do mercado para investimentos petroquímicos já existentes, são fatores que contribuem para entender-se a decisão de implantação de um novo pólo.

7.3.2 - DICLOROETANO - MVC - PVC

Paralelamente à reivindicação gaúcha pela planta de fenol-acetona; e paralelamente também à existência de interesses contrapostos entre o MIC e a Petroquisa/SDI, apesar da subordinação oficial desta secretaria ao MIC, desdobram-se outros fatos ligados à mobilização pela ampliação do pólo sul. Esses dizem respeito à demanda por outra planta industrial, a de MVC-

PVC, que contribuiria para "consolidação" do complexo industrial gaúcho.

Ocorre que a possibilidade de instalação desta planta, que compunha o projeto original do pólo, foi referendada pelo PNP em agosto de 1987. O mesmo programa, considerando a ausência do insumo básico dicloroetano (DCE) no sul, destinava 140.000 ton/ano desse produto produzido em Salgema, Alagoas, para viabilizar a planta de MVC-PVC em Triunfo.

Vale lembrar que, além da concessão das plantas industriais petroquímicas pela SDI-MIC para os distintos pólos, há que existir projetos de empresas interessadas que concorram entre si, apresentando seus pleitos à mesma secretaria. Esta, enfim, decide quem se instalará e onde. Assim, embora o PNP destinasse uma unidade de MVC-PVC para o sul, quando da primeira revisão do programa, ainda não havia qualquer projeto aprovado nesse sentido. Disso resultou a possibilidade de que, em novembro de 1988, com essa revisão, fosse retirado o fornecimento do insumo de Salgema para Triunfo e, ao mesmo tempo, fosse prevista mais uma unidade de MVC-PVC para Alagoas (além de outra já aprovada pela SDI). Com isso, as dificuldades de instalação de uma unidade de MVC-PVC no sul tornaram-se bem concretas.

Os empresários nacionais e/ou estrangeiros fazem propostas de investimentos em áreas que ofereçam condições de lucratividade maior. No estado gaúcho, enquanto não houvesse a ampliação da COPESUL, em 60%, que a essa altura já era reivindicada pelos empresários, não haveria disponibilidade de eteno para produzir DCE. Além disso, como faltava a necessária instalação de uma

planta de soda-cloro, básica para produção de DCE, a não-obrigatoriedade de Salgema em fornecer DCE ao sul dificultava a instalação da unidade de MVC-PVC. Para o pólo sul seria interessante que fosse extinta a unidade de MVC-PVC prevista, pela revisão, para Alagoas. Além da indisponibilidade do elemento fundamental que ela passou a representar, havia o problema de que o mercado provavelmente não comportaria a construção simultânea das duas unidades de MVC-PVC, com produção de 180.000 ton/ano cada, tal qual o programa permitia.

Efetivamente, ao lado dessa perda para o sul, ocorriam relações políticas no centro do país que, embora aparentemente não tivessem importância para o pólo de Triunfo, passado algum tempo, viriam a interessar aos gaúchos.

Os fatos de que falamos vieram a público no início do ano de 1989, quando ficou evidenciado o comprometimento do Ministro Roberto Cardoso Alves com interesses ligados ao pólo paulista, em contraposição a certo investimento no Rio de Janeiro (9). O Ministro teria, opondo-se ao programa governamental para petroquímica, imposto à SDI a destinação de uma planta de polipropileno para São Paulo, desconsiderando as aspirações cariocas. Segundo a fonte, o problema que se colocava não era regional, mas sim de "dividendos eleitorais" (Isto é/Senhor nº 1019, p. 30-31 de 29.03.89).

Ocorre que, quando da revisão do PNP e diante da disputa entre o grupo Econômico e o grupo Odebrecht, ambos baianos, por

(9) Sobre isso ver, Isto é/Senhor de 08.03.89 nº 1016 p. 36-39 e Jornal do Brasil 17.02.89 p. 3 sob o título "Cardoso Alves e baianos dão fábrica a São Paulo."

plantas à base de propeno (matéria-prima escassa), Cardoso Alves teria acordado, juntamente com o deputado José Lourenço (PFL-Ba), que a Odebrecht abriria mão do empreendimento em Camaçari, mas obteria mais tarde o apoio do ministro à implantação de uma fábrica de polipropileno em São Paulo. Com isso, a possível candidatura de Cardoso Alves ao governo de São Paulo teria um apoio certo e de peso. Este fato, que acabaria colocando em situação nada confortável as relações entre o referido ministro e o governo carioca, teve, ao nosso ver, repercussão nas relações que viriam influenciar decisões tomadas relativamente ao pólo gaúcho.

Por exemplo, no caso das plantas de MVC-PVC, em 1989, houve o encaminhamento à SDI de dois projetos industriais por firmas concorrentes interessadas em investir no pólo gaúcho. Um, o projeto da Nitroquímica, do grupo Votorantim, novo no setor, que previa a utilização do dicloroetano produzido em Salgema. Como vimos, a alteração do PNP, havia retirado a destinação de dicloroetano - DCE - de Salgema ao pólo sul para produção de MVC-PVC. O outro projeto da Petroclor, uma associação da Petropar (Oliveira) com a Solvay (belga), que implantaria, independente do DCE alagoano, a produção de soda-cloro, base para fabricação do DCE, além do MVC-PVC no sul. Este último projeto implicaria um consumo de eteno superior àquele disponível na Copesul. A matéria-prima haveria de ter origem em outras regiões do país, muito provavelmente, do próprio Rio de Janeiro e, com isso, contrariava interesses cariocas. O eteno, assim como o benzeno e o propeno, são matérias-primas básicas, derivadas de nafta, e não

existem em abundância no país (Isto é/Senhor nº 1019, p. 30-31 de 29.03.89).

A SDI, tendo em mãos os dois projetos concorrentes, em março de 89, deu parecer favorável à implantação do projeto da Nitroquímica. Contudo, no mês de setembro, a imprensa noticiava a possibilidade de que Cardoso Alves não acatasse tal parecer (Gazeta Mercantil 14.09.89, p. 9). O ministro apoiaria a empresa Petroclor. Seu principal argumento era de que o transporte do DCE de Alagoas representaria sérios riscos à ecologia. Além disso, o secretário geral do seu Ministério lembraria que, na revisão do PNP, havia sido retirado o fornecimento de DCE alagoano para o sul, já que este é constituído à base de álcool-eteno e os incentivos do Proálcool haveriam de ser extintos. De acordo com ele, caso o sul dependesse do produto alagoano, sairia prejudicado.

O governo gaúcho e a FIERGS posicionaram-se claramente a favor do projeto da Nitroquímica (10). A principal preocupação era de que o grupo Solvay, sócio da Petroclor, havia comprado a unidade MVC-PVC da Brasivil, de Santo André-SP (Gazeta Mercantil de 07.08.89, p. 10). Com isso, e com a concessão da MVC-PVC do sul a essa empresa, a Solvay viria a dominar o mercado do produto no Brasil, "e esta concentração é nitidamente inconveniente", segundo os empresários e o governo gaúcho. Devido a estratégias de mercado em dado momento poderia ser interessante para o Solvay, de fato, não efetivar a produção de MVC-PVC no sul. Mas,

(10) Conforme Tefefax do Secretário da Indústria e Comércio, Gilberto Mosmann a Luiz Carlos Mandelli, Presidente da FIERGS (07.08.89/reservado) e Parecer de Luiz Carlos Mandelli do CDI no caso MVC-PVC/RS (01.09.89/confidencial).

além disso, com a vitória da Petroclor, a Petropar viria a consumir cerca de 40 a 45% da produção dessa matéria-prima da Copesul o que também significaria uma concentração inconveniente num só grupo empresarial. Mais do que avaliar os motivos da interpretação dos industriais e do governo estadual, cabe ressaltar que a sua posição favorecia o projeto na Nitroquímica e não, o da Petroclor.

Entretanto, apesar do parecer da SDI e da postura contrária dos setores gaúchos interessados, o Ministério da Indústria e Comércio acabou por decidir pela aprovação do projeto da Petroclor, conforme a intenção do titular da pasta ministerial. Tal decisão, como vimos, está relacionada muito mais aos desentendimentos com o governo carioca do que propriamente com questões técnicas.

Efetivamente, a presença de Roberto Cardoso Alves no Ministério da Indústria e Comércio limitou a influência dos homens da SDI, ligados à Petroquisa - Zich Moisés Júnior - secretário da Secretaria Química - e Ernesto Carrara - secretário da Secretaria de Desenvolvimento Industrial.

A aprovação final do projeto de MVC-PVC mostra que, pelo menos durante o governo Sarney, e com o ministro Cardoso Alves, o poder decisório da tecno-burocracia da Petroquisa e da SDI foi abalado. Os interesses gaúchos não sensibilizaram o ministro, mas sua relação de indisposição com a Petroquisa/SDI e com interesses cariocas, essa sim, parece ter influenciado na resolução da questão. Ou seja, a aprovação final do projeto Petroclor pelo Ministro, o qual pressupunha um consumo de eteno superior ao

projeto da Nitroquímica, contrariava interesses cariocas. Como dissemos, o eteno a ser consumido no sul provavelmente teria origem no Rio de Janeiro, comprometendo a instalação do pólo carioca. O governo carioca e a tecno-burocracia, portanto, não queriam a aprovação da Petroclor para o sul. Mas, além disso, governo e empresários gaúchos, por outros motivos, também eram contrários ao projeto Petroclor. Contudo, a decisão política final ficou por conta do Ministro Roberto Cardoso Alves, que não hesitou em mostrar seu poder no cargo.

7.3.3 - A AMPLIAÇÃO DA CENTRAL DE MATÉRIAS-PRIMAS

Outro capítulo dos acontecimentos em torno da luta pela ampliação do Pólo Petroquímico gaúcho, o qual se insere na disputa maior em torno de novos investimentos do setor no país, diz respeito à ampliação da capacidade produtiva da Copesul. Essa reivindicação, depois de séria ameaça de recusa, obteve resultado positivo através de uma manobra política que demonstrou, mais uma vez, o deslocamento do poder decisório entre unidades, ou até no interior de uma mesma unidade que compõe o Estado.

Em 30 de novembro de 1989, o governo do estado gaúcho enviou documento (Of. 1436/89 - G.G., SIC de 30.11.89) ao Presidente José Sarney solicitando a possibilidade de incremento em 60% da produção da Copesul. Para que isso fosse possível o PNP haveria de sofrer nova revisão. Nesse sentido, foi formado um grupo de trabalho no âmbito do Ministério da Indústria e Comércio - MIC, que deveria posicionar-se quanto a itens como mercado, matéria-

prima e modelo empresarial vinculados ao pedido governamental, o qual incluía outras demandas de menor porte. O grupo de trabalho (Relatório Anexo ao MEMO/SDI/SEQUIM nº 018 de 14.02.90) sob argumentos como: 1 - deve ser evitada a "concorrência predatória" já que há um "quadro de previsão de super-oferta na indústria química brasileira" (p. 12); 2 - o suprimento regional de nafta, mesmo com a expansão da REFAP (11) atenderia apenas 40% das necessidades da Copesul, enquanto que a produção nacional desse produto encontra-se comprometida com outros investimentos (p. 8); 3 - e, ainda, argumentando que a expansão da Copesul exigiria investimentos estatais que iriam contra o processo de reestruturação das empresas do setor, que devem modificar o modelo de participação do Estado nas centrais de matérias-primas (p. 15); entre outros argumentos, concluía "ser inoportuna a aprovação do pleito do Governo do Rio Grande do Sul de alteração do Programa Nacional de Petroquímica, não cabendo, portanto, submeter ao Congresso Nacional Projeto de Lei para ampliação da capacidade de Produção da COPESUL" (p. 22).

Segundo depoimento do ex-membro da direção da Petroquisa, Percy Louzada de Abreu, o grupo de trabalho, composto por seis pessoas nomeadas pelo Ministro Cardoso Alves, "foi cooptado pela Petroquisa" (entrevista realizada por nós em 23.08.90) e, por

(11) A ampliação da REFAP, indispensável para o aumento na produção da Copesul, foi aprovada pelo Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, no início de 1988. A Copesul, como empresa rentável, deveria financiar a nova unidade de destilação de petróleo que passaria de 18.000m³/dia para 29.500m³/dia (Of 283/88 GG/SIC de 08.06.88). Segundo entrevista com Gerhard Joseph Theisen, o repasse do capital à Petrobrás foi realizado, mas a ampliação da refinaria ainda não se processou, uma vez que o capital foi destinado pela Petrobrás a outros fins (entrevista em 25.09.90).

isso, teria produzido a avaliação acima relatada. Mas, tanto o ministro como o Presidente estavam dispostos a acatar as reivindicações do sul e, assim, efetivou-se uma manobra de força. Ou seja, os resultados do estudo realizado pelo grupo de trabalho foram ignorados e esse, dissolvido. Cardoso Alves optou pela elaboração de uma exposição de motivos que termina por propor a alteração do PNP, concedendo ao sul a ampliação reivindicada. O documento foi assinado por titulares de cinco ministérios e autorizado em 19.02.90 pelo Presidente Sarney. Com isso, a aspiração de ampliação do pólo gaúcho dava um significativo passo no sentido de tornar-se realidade.

- CONCLUSÃO

Os episódios em torno da demanda pela ampliação do Pólo Petroquímico gaúcho, efetivamente, nos permitem tecer considerações em dois sentidos: sobre a atuação dos industriais gaúchos, nosso principal objetivo, mas também sobre as ações do Estado nesse caso. Tais considerações ganham mais clareza se efetivadas a partir da utilização das sugestões feitas por Oszlack & O'Donnell (1974) para análise da transformação de uma demanda sócio-econômica em política pública.

A aspiração de ampliação do Pólo Petroquímico gaúcho, embora apareça como uma vontade dos industriais da FIERGS em fase anterior, ganha força e transforma-se em disputa política a partir de 1987. Isso deveu-se ao fato de que, naquele ano, criou-se uma política nacional (representada pelo Programa Nacional de

Petroquímica) que privilegiava interesses de alguns grupos empresariais, de certos segmentos do Estado e, por fim, de certas regiões do país. Os grupos empresariais eram aqueles ligados ao pólo baiano. O segmento estatal era a tecno-burocracia da Petroquisa e as regiões, a Bahia e o Rio de Janeiro. Como resultado disso segmentos econômicos que se sentiam prejudicados, como é o caso dos industriais gaúchos, reagiram.

As afirmações feitas acima sintetizam os determinantes em torno da problematização social do tema e sua transformação em questão. Ou seja, são determinantes de (a) caráter estrutural, (b) do contexto de políticas públicas e privadas que envolvem a questão e, por fim, (c) inclui a determinação que nasce da vontade de ação política para realização de determinados interesses econômicos.

Como determinante estrutural, o desenvolvimento histórico da indústria petroquímica no país, com o fortalecimento de um segmento tecno-burocrático dentro do Estado (localizado na Petroquisa) em aliança com o empresariado nacional do setor instalado num dos pólos petroquímicos existentes (o de Camaçari na Bahia) constitui-se em definidor da situação. Mas o surgimento da questão só se tornou possível uma vez que o pólo gaúcho, de fato, desenvolveu-se aquém do projetado quando de sua implantação, e isso inviabilizou o desenvolvimento econômico aspirado a partir de seu funcionamento (12). Na verdade, a crise econômica no início dos anos 80 e também a limitada capacidade

(12) O desenvolvimento histórico da produção petroquímica no país e o limitado desenvolvimento do pólo gaúcho são tratados nos capítulos 5 e 6, respectivamente.

econômica do empresariado local condicionaram a pequena expansão do pólo gaúcho. Assim, a interpretação que prevalece no meio empresarial é de que o pólo não trouxe o esperado desenvolvimento para a economia local.

Na metade da década de 80, outros fatores, que formam aquilo que Oszlack & O'Donnell (1974) chamam de "conjunto de políticas públicas e privadas" ou "agenda de questões", passam a agir conjuntamente com os aspectos citados. São eles: (a) a previsão da necessidade de ampliação da produção petroquímica; (b) o anseio dos industriais de Camaçari, aliados à tecno-burocracia da Petroquisa, em ampliar seus investimentos naquele pólo e, ainda, (c) a decisão final de implantação de um novo Pólo Petroquímico, além (d) da duplicação do pólo baiano. Tudo isso, sintetizado numa política governamental, cria uma situação que exige, por parte daqueles que desejam a ampliação do pólo gaúcho, uma reação. Isto é, a reação à política estatal para o setor petroquímico só é possível a partir da existência de uma vontade política nesse sentido e essa existia no âmbito das aspirações dos industriais da FIERGS, uma vez que estes, além do desejo de ampliar investimentos, viam, em consequência, a possibilidade de um maior impulso para o desenvolvimento industrial da região.

A atuação empresarial, nesse caso, se caracterizou pela aliança estabelecida com o governo estadual. As propostas políticas da nova administração do estado, que tomou posse em 1987, tiveram significativa importância. O governo e os empresários gaúchos ligados à FIERGS agiram conjuntamente, tentando influenciar a formação da política estatal para a área

petroquímica, no sentido de favorecer o desenvolvimento do complexo petroquímico gaúcho, gerando, segundo suas percepções, maior desenvolvimento industrial e crescimento econômico para o estado (13).

Esse fato pôde ser constatado, antes mesmo de o novo governo tomar posse, através da formação de um grupo de empresários e representantes do governo para atuarem nessa questão. De parte do governo estadual, parece que se colocava a perspectiva de que a indústria petroquímica poderia reanimar a debilitada economia gaúcha (14).

A questão da ampliação do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul efetivamente juntava empresários e o governo estadual. O convite que Gherhard Joseph Theisen, empresário que presidia o grupo de trabalho conjunto entre empresários e governo sobre a indústria petroquímica, recebeu para assumir o cargo de Secretário da Indústria e Comércio do Estado contribui para que a petroquímica seja vista como questão importante no governo estadual do período Pedro Simon. Outro empresário, não tão ligado ao setor, Luiz Octávio Vieira, assumiu a Secretaria de Assuntos Internacionais. Esses fatos demonstram que a convivência entre

(13) Essa expectativa já existia quando da implantação do pólo, como vimos no capítulo 6.

(14) Paralelamente a movimentação dos empresários e governo gaúcho pela ampliação do pólo que, na verdade, defendia o aumento da produção de primeira e segunda geração, o governo estadual preocupou-se também com o desenvolvimento da terceira geração. Nesse sentido, atuou estabelecendo convênio com a UNIDO, órgão da ONU, para criação de banco de dados sobre investimentos, formação de técnicos, instalação de um centro tecnológico, etc. Ligado a Secretaria da Indústria e Comércio, foi criado também, o Grupo Executivo de Petroquímica que atua junto às indústrias de terceira geração.

governo e empresários, diferentemente da administração anterior, mostrava-se vantajosa para ambos.

Ao lado disso, a nomeação do ex-diretor da Petroquisa, Percy Louzada de Abreu, para a Secretaria de Minas, Energia e Comunicações, indicava que a indústria petroquímica era realmente uma das principais preocupações das políticas desse governo.

As principais demandas ligadas ao Pólo Petroquímico de Triunfo, embora enfrentando posturas contrárias a sua efetivação dentro do próprio Estado, terminaram por ser acatadas e transformadas em política pública. Contudo, isso ocorreu muito mais por uma postura política pragmática de setores com poder decisório do que propriamente pelo resultado de um planejamento global das políticas por parte do Estado. É o caso da atuação do Ministro Roberto Cardoso Alves, indispondo-se com interesses cariocas e apoiando reivindicações gaúchas, ou do Presidente José Sarney, que, em final de governo, anunciou a concessão da ampliação da COPESUL. Dessa forma, constata-se que o papel do Estado como organizador dos interesses do capital global, administrando a realização dos interesses de frações e até de unidades de capital, concretiza-se de uma forma pouco arquitetada. O que importa são relações de interesses entre os próprios segmentos que compõem a estrutura estatal e na sua relação com setores que aparentemente não compõem tal estrutura, mas que dela participam pelos jogos de interesses.

No caso dos ganhos obtidos por segmentos gaúchos, demonstramos que eles não ocorreram por identidade de interesses entre setores regionais, empresariais ou políticos, com segmentos

do Estado que detinham o conhecimento técnico sobre a questão. Ao contrário, a tecno-burocracia da Petroquisa e da SDI engajou-se muito intimamente em aspirações de um setor do capital, aquele ligado ao pólo de Camaçari, uma vez que essas aspirações também eram suas. Ou seja, a análise indica que, preocupados muito mais com a própria reprodução, personagens que compõem o Estado agem no sentido de implementar políticas. É o caso da atuação dos quadros da Petroquisa, mas também das ações do executivo, através do Ministro Cardoso Alves e do Presidente Sarney.

Desta forma, acreditamos que o resultado obtido pelos empresários e pelo governo gaúcho resultou, mais significativamente, de lutas internas no Estado em nível federal, do que de fortes pressões exercidas por esses setores regionais. Não há dúvidas de que existiram disputas regionais e que elas tiveram importância nesse caso. Isso se evidencia, por exemplo, através da participação em extremos opostos dos governos estaduais, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, ligados ao mesmo partido político (PMDB) e vinculados ao Executivo Federal. Porém, os quadros que compõem a Petroquisa, enquanto empresa estatal com grande poder econômico e político, possuem grande poder decisório e, apenas recentemente, como vimos, esse poder parece ter sido abalado. Os interesses e disputas regionais aqui focalizados ocorreram, desta forma, ligados (positiva ou negativamente) ao poder da Petroquisa.

Durante um longo tempo, essa empresa teve a oportunidade de direcionar os caminhos a serem seguidos no caso de empreendimentos petroquímicos. Recentemente, entretanto, durante

o período da Nova República, com a efetivação de mudanças nas relações de poder político, as ações da Petroquisa parecem ter sido mesmo afetadas. Assim, no caso da petroquímica, a presença de interesses políticos diversos no interior do Estado federal evidencia-se através das disputas e dos ganhos obtidos por setores diferentes da tecno-burocracia da Petroquisa. E nesse campo, o poder do então Ministro Roberto Cardoso Alves revelou-se bastante forte. É neste contexto que devemos entender o resultado da demanda gaúcha, nascido muito menos de sua força política e mais de contradições internas ao poder público federal. A causa de seu ganho é, portanto, mais externa do que interna; indício de fragilidade e não de firmeza na atuação política.

Efetivamente no que tange as ações do Estado ao nível nacional tanto as complicadas relações entre Ministério da Indústria e Comércio e Petroquisa, como o interesse do Executivo Federal em distribuir benefícios de final de mandato viabilizaram o resultado positivo para o pólo sul. Ao lado disso, a "distribuição" de plantas petroquímicas não mais de acordo com a capacidade do mercado em absorvê-las - resultado do enfraquecimento do poder de um órgão estatal (Petroquisa) e da presença de interesses bastante particulares em órgãos públicos - em última análise, beneficiou as possibilidades de ampliação do pólo gaúcho. Com isso, não se está afirmando que essa ampliação trouxe desvantagens ao desenvolvimento econômico nacional, mas sim que a forma pela qual se processou envolveu interesses pouco públicos.

Sem dúvida, a mobilização local e a pressão exercida ao nível da federação por setores gaúchos tiveram papel importante, mas nessa situação a força política, correspondendo à econômica, mostrava-se frágil. Os industriais gaúchos do setor, relativamente aos de outras regiões, não detêm um grande poder de influência sobre as diretrizes da política para a área petroquímica. Os industriais que se instalaram e se desenvolveram a partir do pólo de Camaçari, aliados à tecno-burocracia da Petroquisa, possuem, nesse caso, poder maior. Contudo, mais do que o interesse de um setor estatal a favor dessa ou daquela região, o que se evidencia é a vinculação de aspirações de um setor tecno-burocrático estatal com grupos empresariais privados. Essa vinculação determina os ganhos, tanto dos grupos privados, como da tecno-burocracia em seus postos ou com possibilidade de ascensão profissional e social.

Com base nas afirmações feitas até aqui, não podemos deixar de mencionar que a noção de "privatização do Estado" (MARTINS, 1985, p. 81). Esta noção refere-se a apropriação privada (por pessoas, grupos, empresas, etc.) daquilo que tem a "forma pública", e é um fenômeno claramente identificado no caso da indústria petroquímica brasileira na sua relação com setores do Estado. Embora agora não tão sólido, o poder da tecno-burocracia da Petroquisa efetiva-se, na realidade, aliado a interesses de grupos privados nacionais.

Antes de ser a Petroquisa como instituição estatal, são os membros que a compõem, que têm objetivos de fortalecimento das empresas e do setor ao qual se vinculam, de acordo com interesses

próprios e de certos setores privados. Por isso, a participação estatal nesse tipo de produção não revela uma independência do Estado frente à economia ou à sociedade. Ao contrário, sua presença tende a provar que o que ocorre é alto grau de dependência. É o desenvolvimento histórico das relações capitalistas, no caso brasileiro, que exige uma presença significativa do Estado. E é com base nessa presença que se originam relações de poder político muito próprias, enfraquecendo o Estado como poder público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção do trabalho, teceremos dois tipos de considerações: um, quanto aos resultados obtidos pela nossa pesquisa, tendo em vista a problemática inicial proposta e, dois, sobre certos limites do trabalho e propostas para futuros estudos, abordando a temática em questão.

Nosso objetivo central foi estudar a atuação política do empresariado industrial gaúcho sob dois aspectos: seu pensamento político e sua capacidade de barganha. Trabalhamos com a hipótese de que existe correspondência entre a condição subsidiária ocupada pela economia industrial gaúcha no cenário nacional e a atuação política dos seus atores sociais, mais especialmente os industriais que ocupam cargos de diretoria na Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.

Concluimos que efetivamente a atuação política desses industriais pode ser classificada como subsidiária ou frágil, mas deve ser qualificada. No que tange ao pensamento político chama a atenção as posturas de cautela, crença e consentimento quanto às políticas governamentais estabelecidas para área econômica durante o governo José Sarney. Entretanto, a manutenção de

conservadorismo ao longo do período estudado e, principalmente, diante do Legislativo Constituinte evidenciou firmeza. E, ainda, diante de questões de cunho regional e mais ligadas ao governo estadual, existe uma postura mais ativa e com mais iniciativas.

Do ponto de vista da articulação política, analisada a partir do estudo da sua demanda mais significativa no período estudado, a ampliação do Pólo Petroquímico gaúcho, vimos que os resultados positivos obtidos - transformação da demanda em política estatal - têm origem muito mais nas contradições internas do próprio Estado do que no poder de barganha daqueles agentes. É claro que houve a mobilização de figuras empresariais importantes no âmbito regional, contudo, sem a existência e disputa por poder no interior do aparelho de Estado em âmbito federal - entre tecno-burocracia da Petroquisa e o Ministro Roberto Cardoso Alves - possivelmente o resultado final fosse outro. Isso tudo revela um poder de barganha política que depende menos de sua força e mais de acontecimentos e divergências externas.

Quanto aos limites desse trabalho, mencionaremos duas questões. Primeiro, a análise sobre o pensamento político efetivamente poderia tornar-se mais consistente se realizada em comparação com o empresariado do centro do país, possuidor de hegemonia econômica e, como mostram os estudos feitos sobre esse segmento, mais crítico e mais independente do governo em sua atuação política. Essa comparação poderia ser feita elegendo-se os mesmos períodos e questões para análise entre um e outro segmento empresarial. Na realidade, fizemos isso no primeiro

capítulo deste trabalho, mas apenas resgatando posturas de períodos passados a partir da bibliografia existente. Não nos propusemos a realizar a análise comparativa em período recente, o que enriqueceria o estudo através de uma ampliação de pesquisa empírica.

Em segundo lugar, acreditamos que a escolha do tema para o estudo de caso, determinada pelos próprios empresários, já que a escolha foi feita com base na sua principal demanda regional, definiu limites. O principal deles diz respeito ao fato de que as disputas políticas para a efetivação da vontade dos industriais gaúchos envolvia não apenas industriais de outras regiões, mas, de forma peculiar, o próprio Estado. Este, como vimos, através de um segmento específico - a tecno-burocracia da Petroquisa - possui grande interesse e poder na área.

Dizendo isso, não estamos considerando possível e muito menos defendendo a tese de que o Estado atue como árbitro, acima de interesses privados da sociedade. Identificamos, contudo, que, no caso da indústria petroquímica no Brasil, a defesa de interesses próprios por parte de segmentos estatais é muito significativa e que isto contribui claramente para a definição de disputas regionais, dificultando o exame claro da atuação dos setores empresariais.

Esse fato é importante, porque demonstra de maneira particular que se analisando a atuação política de um segmento social, pode-se revelar uma das faces sobre o funcionamento do Estado brasileiro. No entanto, para se conhecer a atuação política dos industriais gaúchos seria interessante que fosse

realizado um novo estudo de caso, com base em outra demanda, outro período e utilizando-se os mesmos critérios para análise. Caso a presença estatal não fosse tão marcante nesse novo caso, então seria feita a avaliação de disputas efetivadas mais diretamente entre segmentos empresariais, o que evidenciaria com maior clareza a força e fragilidade de um e outro. Se, ao contrário, novamente a presença estatal fosse marcante, então isso confirmaria que a ação do Estado não só se faz presente, mas também pode ser conhecida através do estudo da atuação política de segmentos da sociedade civil. Além disso a pesquisa apontaria para a necessidade de cada vez mais se produzirem estudos sobre as ações do Estado no processo de formação de políticas, uma vez que, como afirmam Oszlack e O'Donnell (1974) "... el estudio de políticas estatales y sus impactos parece una promisoría manera de contribuir al conocimiento del Estado latino americano" (p. 2).

A N E X O S

A N E X O I

RELAÇÃO DE PERSONALIDADES ENTREVISTADAS:

1. Antônio Carlos Pereira de Souza (em 14.08.90)
Superintendente da COPELUL
2. Gherard Josef Theisen (em 25.09.90)
Presidente do Sindicato das Indústrias Químicas do Rio Grande do Sul
Secretário da Indústria e Comércio do Estado do Rio Grande do Sul (Administração Pedro Simon)
3. Heraclides Vargas de Oliveira (em 23.08.90)
Diretor da Petroquímica Triunfo
4. Mayer Avruch (em 01.06.90)
Ex-presidente do CONPETRO
Técnico ligado à Administração Pública Estadual
5. Pedro Simon (em 07.07.90)
Governador do Estado do Rio Grande do Sul - 1987/89
6. Percy Lozada de Abreu
Ex-diretor da Petroquisa
Secretário de Minas, Energia e Comunicações do Estado do Rio Grande do Sul (Administração Pedro Simon)
7. Ricardo Vergara Barbosa (em 14.08.90)
Engenheiro vinculado à Petroquisa

8. Vilmar Silveira

Secretário do Grupo Executivo de Petroquímica

Vinculado à Secretaria da Indústria e Comércio do Estado do Rio Grande do Sul

A N E X O 2

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS CITADOS

Governo Federal

- Plano Nacional de Petroquímica de agosto/1987
- Revisão do Plano Nacional de Petroquímica de 01.11.88
(EM/GM nº 023/88 de 15.07.88 autorizado em 01.11.88)
- Relatório/Secretaria de Desenvolvimento Industrial/Secretaria das Indústrias Químicas nº 58/89 de 05.05.89
- Lei 7.793/89 de 04.07.89
- Memorando/Secretaria de Desenvolvimento Industrial/Secretaria das Indústrias Químicas nº 018 de 14.02.90
- Revisão do Plano Nacional de Petroquímica de 19.02.90
- "Programa Nacional Petroquímico - Unidade para produção de fenol" - Petrobrás - de 05.08.88

Governo Estadual

- Ofício 283/88 - Gabinete do Governador/Secretaria da Indústria e Comércio, de 08.06.88
- Ofício 444/88 - Gabinete do Governador/Secretaria da Indústria e Comércio, de 04.09.88
- Ofício 436/89 - Gabinete do Governador/Secretaria da Indústria e Comércio, de 30.11.89
- "Pólo Petroquímico - Informe Técnico de 12.08.88

- Telefax da Secretaria da Indústria e Comércio, de 07.08.89

Outros

- Parecer do conselheiro Luiz Carlos Mandelli junto ao CDI sobre o caso MVC-PVC

- Telefax Copesul à Secretaria de Indústria e Comércio do Estado do Rio Grande do Sul - de 25.05.90

A N E X O 3

RELAÇÃO DE JORNAIS E REVISTAS CITADOS

- Gazeta Mercantil - 14.09.89, p. 9
- Gazeta Mercantil - 07.08.89, p. 10
- Gazeta Mercantil - 22.02.90, p. 13
- Gazeta Mercantil - 23.02.90, p. 10
- Gazeta Mercantil - 30.08.90
- Isto é/Senhor nº 1016 - 08.03.89, p. 36-39
- Isto é/Senhor nº 1019 - 29.03.89, p. 36-39
- Isto é/Senhor nº 1060 - 10.01.90, p. 56-59
- Jornal do Brasil - 17.02.89, p. 3
- "Cardoso Alves e baianos dão fábrica a São Paulo"
- O Globo - 07.07.89
- "Petroquisa vai participar do projeto de fenol no Pólo do Rio"
- Zero Hora
- "O Pólo na mira"

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Pedro F. et al. **A Indústria Gaúcha de Bens de Capital na Dinâmica da Economia Brasileira.** Porto Alegre: FEE, 1986.
- ARTURI, Carlos Schmidt. **O Empresariado Industrial e a "Abertura" Política no Brasil: 1978-1984.** Porto Alegre: UFRGS, 1989. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1989.
- BANDEIRA, Pedro S. **O Rio Grande do Sul e as Tendências da Distribuição Geográfica do Crescimento da Economia Brasileira 1940 - 1980.** Porto Alegre: FEE, 1988.
- BANDEIRA, Pedro S. & GRUNDLING, Nilton A. **O Crescimento da Indústria no Rio Grande do Sul na Década de 70.** Porto Alegre: FEE, 1988.
- BEICIP & CIENTEC. **A Viabilidade de Implantação de uma Indústria Petroquímica no Estado do Rio Grande do Sul: resumo e conclusões.** Porto Alegre, 1975.
- BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975/1979).** Brasília, 1974.
- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1987.
- BRUNHOFF, Suzanne de. **Estado e Capital: Uma Análise da Política Econômica.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1985.
- CARDOSO, Fernando H. **Autoritarismo e Democratização.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CARDOSO, Fernando H. **O Papel dos Empresários no Processo de Transição: O Caso Brasileiro.** Dados, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 9-27, 1983.
- CARDOSO, Fernando H.; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina.** 6 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política.** São Paulo: Papyrus, 1990.

- CERQUEIRA, Eli D. & BOSCHI, Renato R. **Elite Industrial e Estado: Uma Análise da Ideologia do Empresariado Nacional nos Anos 70.** In: MARTINS, Carlos E. (Org.). **Estado e Capitalismo no Brasil.** São Paulo: HUCITEC, 1977.
- CERQUEIRA, Eli D. & BOSCHI, Renato R. **Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica.** In: CERQUEIRA, Eli D. et al. **O que se deve ler em Ciências Sociais no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1986.
- CONPETRO. **Petroquímica Novos Horizontes: avaliação do POLOSUL.** Porto Alegre, 1983.
- CONPETRO. **Algumas Considerações sobre o Desempenho do Pólo Petroquímico do Sul no ano de 1984.** Porto Alegre, 1985.
- DAIN, Sulamis. **Empresa Estatal e Capitalismo Contemporâneo.** Campinas: UNICAMP, 1986.
- DAIN, Sulamis. **Política Estatal e Política Econômica no Brasil.** In: MARTINS, Carlos E. (Org.) **Estado e Capitalismo no Brasil.** São Paulo: HUCITEC, 1977. p. 167-190.
- DINIZ, Eli. **O Empresariado e a Nova República.** Rio de Janeiro: IUPERJ, 1986. (Cadernos de Conjuntura, 5).
- DINIZ, Eli. **Empresários Sindicatos e Conflito Distributivo no Brasil da Nova República.** Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. (Cadernos de Conjuntura, 15).
- DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato R. **Empresariado Nacional e Estado no Brasil.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- DINIZ, Eli (et al.). **Modernização e Consolidação Democrática no Brasil: Dilemas da Nova República.** São Paulo, Vértice, 1989.
- DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato E. **Empresários e Constituinte: Continuidade e Rupturas no Modelo de Desenvolvimento Capitalista no Brasil.** Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987. (Cadernos de Conjuntura, 11).
- DINIZ, Eli; LIMA JR., Olavo Brasil. **Modernização Autoritária: O Empresariado e a Intervenção do Estado na Economia.** Rio de Janeiro: IUPERJ, 1986. (Série Estudos).
- DREIFUSS, René A. **O Jogo da Direita: Na Nova República.** 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- EVANS, Peter. **A Tríplice Aliança: As Multinacionais, as Estatais e o Capital Nacional no Desenvolvimento Dependente Brasileiro.** 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

- FRANK, Andrew Gunder. **Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- FIERGS & CIERGS. (Atas de Reuniões de Diretorias): 1985-1989. Porto Alegre: 1985/89.
- FIERGS. **Documento Provocativo: RS anos 90**. Porto Alegre, 1985.
- GROS, Denise B. (1985). **Burguesia Industrial Gaúcha e o Estado Nacional: 1964-1978**. Porto Alegre: FEE, 1987. (Teses, 12).
- GROS, Denise. A Atuação Política do Empresariado Industrial Gaúcho nos Anos 80 In: **A Economia Gaúcha e os Anos 80: Uma Trajetória Regional no Contexto da Crise Brasileira**. Porto Alegre: FEE, 1990.
- GROS, Denise B. Os Industriais e a Constituinte: Uma Reflexão Acerca do "Movimento pela Liberdade Empresarial". **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 130-146, 1989.
- GUIMARÃES, César. Empresários, Tipos de Capitalismo e Ordem Política. In: MARTINS, Carlos E. (Org.) **Estado e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1977. p. 191-204.
- HIRSCH, Joaquim. Observações Teóricas sobre o Estado Burguês e sua Crise. In: POULANTZAS, Nicos (Org.) **O Estado em Crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1977. p. 85-109.
- INFORMES SETORIAIS. Porto Alegre: BRDE, v. 3, n. 7, 1983.
- JOBERT, Bruno. L'Etat en action; L'Apport des Politiques Publiques. **Revue Française de Science Politique**, Paris, v. 35, n. 4, p. 655-682, 1985.
- LAPIS, Naira A. Burguesia Industrial Gaúcha e a sua Relação com o Capital Estrangeiro: os anos 1964-73. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 77-94, 1987.
- MANTEGA, Gudo & MORAES, Maria. **Acumulação Monopolista e Crises no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARTINS, Luciano. **Estado Capitalista e Burocracia no Brasil Pós-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- O'DONNELL, Guilherme. **Sobre o "Corporativismo" e a Questão do Estado**. Belo Horizonte: UFMG, 1976. (Cadernos do Departamento de Ciência Política).
- OZSLAK, Oscar & O'DONNELL, Guilherme. **Estado y Políticas Estatales en America Latina**. (s. l.: s. n., 1974). (Documentos CEDES/GE CLACSO, 4).
- OFFE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

- PESAVENTO, Sandra J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- PETROBRÁS. **Petroquímica Brasileira**. Rio de Janeiro, 1984.
- PETROQUISA. **A Indústria Petroquímica no Brasil**. Porto Alegre, 1976.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- REVISTA AMANHÃ, Porto Alegre: FIERGS, n. 4, 1986.
- REVISTA AMANHÃ, Porto Alegre: FIERGS, n. 34, 1989.
- RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Comissão Especial para Implantação do III Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul. **Terceiro Pólo Petroquímico: Uma Conquista do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1976.
- SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SUAREZ, Marcos Alban. A Estruturação Petroquímica: Causas e Conseqüências. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 31-39, 1989.
- SUAREZ, Marcos Alban. **Petroquímica e Tecno-burocracia: Capítulos do Desenvolvimento Capitalista no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- TARGA, Luiz Roberto P. Comentários sobre os "Paradigmas" da Economia Gaúcha. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 351-354, 1989.
- TORRES, João Carlos. Referências Teóricas para a Análise da Questão da Estatização. In: MARTINS, Carlos E. (Org.). **Estado e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1977. p. 241-260.
- VELASCO E CRUZ, Sebastião C. **Empresários e o Regime no Brasil: A Campanha contra a Estatização**. São Paulo: USP, 1984.